SADE

PULSÕES CRIMINOSAS PÁGS. 28 E 29

CINEMA & RURALIDADE

PRIMEIRO CICLO DE CINEMA SOBRE AGRICULTURA NO NOSSO TEMPO EM IDANHA-A-NOVA PG. 30

SALTA MONTES

GERÊS: FAUNA, FLORA E TRADIÇÃO PG. 31

mapa

Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 8
DEZEMBRO 2014 -FEVEREIRO 2015
TRIMESTRAL / ANO III
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

TTIP

Um tratado para uniformizar a exploração

págs. 9 a 11

Para 2015 está agendada a assinatura do Tratado Transatlântico entre a União Europeia e os EUA, um tratado de livre comércio entre as duas potências económicas que tem o objectivo de impulsionar a economia de ambas. Na prática, a parceria transatlântica, como também é denominada, servirá para estender o tapete vermelho às grandes corporações da indústria energética da fractura hidráulica, dos organismos geneticamente modificados, da produção intensiva de animais, farmacêutica, entre tantas outras. As suas consequências são, portanto, desastrosas para o ambiente e para a sociedade, estendendo-se, inclusive, às políticas públicas dos governos dos Estados membros.

TRUTHOUT.ORG

Dois anos de Informação Crítica

ASSINA O JORNAL MAPA

+ INFO NAS PÁGINAS **16 E 17**

Cooperação rima com consumo e produção

págs.5 e 6

A Rede Cooperar (ReCo) surgiu há um ano entre a serra e a planície alentejana como uma rede de confiança entre várias pessoas e colectivos locais para satisfazer diversas necessidades comuns. Centra-se na produção, transformação e distribuição alimentar e junta, à mesma mesa, produtores e consumidores. A relação campo-cidade, que está também subjacente na ReCo, leva-nos às incontornáveis questões e angústias que hoje envolvem o modelo de desenvolvimento capitalista.

YANN RENOULT

ROJAVA

A revolução sitiada

págs. 21 a 23

Junto à fronteira entre a Turquia e a Síria, na cidade de Kobanê, grupos organizados e milícias populares curdas resistem ao cerco do Estado Islâmico. A guerra que ali se trava já ceifou a vida a centenas de combatentes curdos, e o seu desenlace determinará a relação de forças no Médio Oriente. Esta é também uma guerra para defender um processo revolucionário que tem por protagonista a zona de Rojava , no Curdistão Ocidental, onde desde a primavera Síria foram criadas diversas comunas autogeridas.

Bitcoin: a cripto-revolução pariu um rato?

págs.14 e 15

A recente história da Bitcoin, uma cripto-moeda criada e mantida electronicamente pelos seus utilizadores, tornou-se no tema de moda de analistas financeiros e economistas. Neste artigo olhamos para as características, motivos e falácias duma tecnologia inovadora, pensada a partir da sofisticação técnica e abstraída de qualquer comunidade real.

"Creio que quem tenha uma leitura romântica da Constituição está a falhar completamente o alvo(...)"

ENTREVISTA A PEDRO BRAVO, AUTOR DO "MANUAL DE RESISTÊNCIA CIVIL PÁGS.12 E 13

Nem mortos saímos das casas

Há cerca de um ano e meio, os moradores dos Bairros dos Trabalhadores de Pinhal de Negreiros e das Vendas de Azeitão foram surpreendidos com a insolvência da cooperativa que, em 1987, tinha construído as suas habitações.

"Nem mortos saímos das casas" tem sido uma das frases mais repetidas entre 41 das famílias que habitam dois bairros situados em Azeitão. Há cerca de um ano e meio, os moradores dos Bairros dos Trabalhadores de Pinhal de Negreiros e das Vendas de Azeitão foram surpreendidos com a insolvência da cooperativa que, em 1987, tinha construído as suas habitações. A gravidade da situação financeira da cooperativa nunca tinha sido comunicada aos moradores. Foi por isso que a surpresa maior chegou quando tomaram conhecimento da potencial consequência da situação da cooperativa: o despejo. Depois de 25 anos a pagar as casas, período após o qual seria realizada a escritura – tal como acordado contratualmente com a cooperativa – estes moradores viram as suas casas ser incluídas na massa insolvente com o propósito de ressarcir os principais credores que integram o processo (de entre os quais, a banca, detém a maior fatia).

Vendo os seus créditos totalmente subordinados aos interesses dos principais credores, para além de não lhes ser reconhecida a propriedade das casas que pagaram integralmente e que habitam há quase três décadas, é-lhes negada qualquer possibilidade de reaver o dinheiro que pagaram no caso de estas serem vendidas.

Tudo se torna mais revoltante quando percebemos que um dos maiores credores deste processo e o único credor das habitações destas famílias, é um instituto estatal que tem como responsabilidade a salvaguarda do direito constitucional do direito à habitação: o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

As habitações em causa foram construídas com fundos públicos provenientes da referida instituição e cedidas a preço de custo a famílias sem grandes posses económicas. Estas famílias – na altura constituídas na sua maioria por operários – contam hoje com um número crescente de reformados e desempregados.

O IHRU reconheceu publicamente e em diversas ocasiões, que tinha conhecimento de que as famílias sempre pagaram as amortizações mensais, mas não deixou de lhes atribuir, perversamente, responsabilidade pela dívida da cooperativa. Apesar disso, e de portanto ser evidente que os moradores não podiam ter conhecimento que o seu dinheiro não chegava ao IHRU, nunca procuraram informá-los da gravidade do problema da cooperativa.

Ao fardo que estas pessoas sempre carregaram, comum a todos os que ocupam a base da pirâmide social, juntou-se então a responsabilização por uma dívida que nunca contraíram e a consequente ameaça de perderem as casas que pagaram integralmente.

No meio de um desespero e revolta crescentes, os moradores uniram-se e têm procurado intervir de diversas formas, realizando assembleias e acções com o propósito de sensibilizar e lidar com a enorme injustiça que enfrentam.

Fruto dessa mobilização, e no seguimento da divulgação do anúncio público de leilão das casas em Setembro, entretanto suspenso, o caso ganhou ampla repercussão mediática e atenção política.

O IHRU, que sempre se recusara a falar directamente com os moradores, desconsiderando a gravidade social do problema e remetendo a sua resolução para a esfera judicial, apenas em Outubro mostrou disponibilidade para receber os visados e só nessa altura afirmou agir em sua defesa.

Para já, em termos processuais, a situação encontra-se suspensa. Todavia, a luta dos moradores não cessa e todos garantem que abandonar as casas não é sequer uma possibilidade, tal como não será aceitável ter que pagar qualquer valor para além do que já pagaram.

Segundo um dos moradores, que pediu anonimato, "quem comprar estas casas compra uma guerra e terá que lidar com ela até às últimas consequências."

Cidades Inteligentes?

Vídeo-vigilância aprovada no Porto.

A instalação de vários tipos de sensores pretende fazer do espaço urbano um laboratório de estudo das rotinas da cidade nos seus vários aspectos e também dos hábitos e vontades humanas de quem a usa. Uma primeira fase teve já início com a instalação de 813 dispositivos que irão monitorizar os transportes da cidade.

O Porto viu recentemente aprovada a instalação de mais 4 câmaras de videovigilância na via pública. Estas irão recolher e guardar imagens 24 horas por dia, durante um período experimental de 3 meses. Contrariando o parecer negativo da Comissão Nacional de Protecção de Dados o despacho do Ministério da Administração Interna do passado dia 20 de Novembro aprova a instalação dos aparelhos de recolha de imagens na zona nuclear da denominada *"Movida"* da cidade, mais especificamente na Praça de Guilherme Gomes Fernandes, na Praça de Parada Leitão, na Rua de Cândido dos Reis e na Rua da Galeria de Paris. Segundo Rui Moreira, o actual presidente da Câmara, "a Câmara não quer ver imagens nem controlar os cidadãos" já que "quem terá acesso à informação é a PSP, que assim poderá programar melhor as suas patrulhas e intervir atempadamente".

Em 2009 foi aprovado um despacho que levou à instalação de um sistema semelhante nas ruas da Ribeira do Porto, outro pólo de bares e discotecas. Este foi o primeiro a permitir esta prática que entretanto se banalizou. A animação nocturna como pretexto para a instalação de mecanismos de vigilância é um argumento recorrentemente utilizado pelas autarquias. No Bairro Alto, em Lisboa, a mesma questão surgiu pela primeira vez há bastante tempo. Já lá vão cerca de 12 anos desde que Santana Lopes, como presidente da Câmara de Lisboa, avançou com a proposta de videovigilância neste bairro. Na altura a medida foi sugerida no pacote da requalificação desta zona de Lisboa, com a denominação de *Bairro Alto Astral*, que visava a transformação do boémio bairro popular num importante pólo turístico, o que obrigava à consequente necessidade do seu controlo e monitorização. Um processo semelhante encontra-se agora no Porto, uma cidade que tem vindo a assentar o seu desenvolvimento numa lógica monomaníaca da exploração do turismo sendo, desta feita, a *Movida* o nome *franchisado* escolhido para o crescente movimento de animação nocturna.

Para o presente executivo camarário este é apenas mais um ponto na lógica de renovação da cidade e que está presente no seu programa eleitoral. A par e passo avança um outro projecto que possivelmente fará esta forma de vigilância parecer uma marca de passado que apenas irá complementar uma teia bem mais complexa. Em curso, desde 2013, o projecto *Future Cities* pretende tornar o Porto numa cidade cobaia, um "laboratório vivo", segundo João Barros, o actual responsável pelo programa. A instalação de vários tipos de sensores pretende fazer do espaço urbano um laboratório de estudo das rotinas da cidade nos seus vários aspectos e também dos hábitos e vontades humanas de quem a usa. Uma primeira fase teve já início com a instalação de 813 dispositivos que irão monitorizar os transportes da cidade. Através desta lógica inverte-se a habitual retórica de controlo e vigilância e complexificam-se as relações debaixo da etiqueta do desenvolvimento sustentável. A mediação tecnológica torna-se assim numa pedra basilar da cidade do futuro onde todos os passos se pretendem facilitados pela mesma. Pelo caminho o habitante da cidade deixa de o ser e passa a ser o seu utente, limitando-se a cumprir o seu papel naquilo que se arrisca a tornar um género de totalitarismo urbano trazido pela previsibilidade de escolhas ambicionada naquilo a que insistem em chamar de *Cidade Inteligente*.

"Ayotzinapan Vive! Estado Morre!"

dizem os estudantes normalistas mexicanos

RAUL CHAVE

No dia 26 de Setembro, 43 estudantes desapareceram depois de um tiroteio que matou 6 pessoas e feriu 25 na localidade de Iguala, Guerrero, no México. Os jovens estudavam na Escola Normal Raúl Isidro Burgos, conhecida também como Ayotzinapan (O lugar das tartarugas), escola para filhos de camponeses pobres, conhecidos como estudantes normalistas. As escolas normalistas apareceram depois da Revolução Mexicana para difundir o ensino básico entre a população condenada ao analfabetismo. O ataque contra os estudantes foi uma resposta à luta popular contra a política nacional mexicana e contra a política local de José Luís Abarca, na altura presidente da câmara de Iguala e sua mulher María Pineda Villa, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), candidata ao cargo do marido.

Tudo teve início quando os estudantes decidiram levar a cabo o desvio temporário de dois autocarros suburbanos com o objectivo de se dirigirem para Iguala, pediram aos passageiros para abandonarem o autocarro e se dirigiram a Iguala. Esta é uma forma de luta comum que visa fazerem-se ouvir e apelar à luta social. Ao chegarem a Iguala, iniciaram uma campanha de angariação de fundos para uma viagem à Cidade do México, onde participariam nas marchas que relembram o Massacre de Tlatelolco, na Praça das Três Colunas, em 1968. Neste, centenas de estudantes morreram às mãos do exército quando se manifestavam pelos direitos humanos e contra o então presidente mexicano Díaz Ordaz, do PRI. Chegados a Iguala, os jovens foram recebidos com tiros pela polícia local, que os entregou ao grupo criminoso Guerreros Unidos. Durante a investigação descobriu-se serem financiados por María Pineda Villa, também familiar de um dos membros do grupo. José Luís Abarca foge com a sua mulher para a Cidade do México, onde são ambos detidos. Pouco depois, o líder dos Guerreros Unidos é também detido. Na sequência das investigações, são encontrados na lixeira de Cocula, perto de Iguala, sacos com partes humanas, confirmando-se pouco depois que os corpos não pertenciam aos estudantes normalistas desaparecidos no dia 26 de Setembro. Mais tarde, foram encontrados 17 corpos numa vala comum, os quais, segundo Inaky Blanco Cabrera, Procurador-Geral de Guerrero, pertencem a estudantes da escola de Ayotzinapa. 40 Dias depois do tiroteio em Iguala, o Estado mexicano diz que os 43 estudantes foram assassinados, queimados, torturados e os seus restos lançados a um rio.

Em Iguala, a população trabalhava no campo, mas com o aparecimento dos cartéis e das multinacionais, muitos são obrigados a trabalhar como seguranças ou nos laboratórios de droga dos cartéis. Em Abril deste ano, soldados mexicanos descobriram e desmantelaram um laboratório de anfetaminas em Iguala e, pouco depois, foram encontradas dezenas de corpos em valas comuns, que continuam por identificar publicamente. O que se passou em Iguala mostra a intrínseca relação entre o narcotráfico e instituições do Estado.

Em resposta à falta de respostas relativamente ao sequestro dos estudantes, têm sido realizadas várias manifestações. Mais uma vez. os estudantes e professores reagem com revolta, incendiando a sede do partido PRI e o Congresso Regional de Guerrero. Entretanto, a revolta já se estendeu à Cidade do México, onde o fogo já chegou às portas do Palácio Nacional de forma a exigir o fim da corrupção e ligação entre Estado e grupos criminosos. Os manifestantes têm exigido também toda a verdade sobre o desaparecimento dos jovens.

A onda de repressão policial tem sido violenta. Não é segredo que as escolas normalistas de Guerrero sempre estiveram ligadas a movimentos guerrilheiros e, mais uma vez, estão a pagar caro por isso. A violência dos cartéis contra quem os denuncia e enfrenta publicamente não é nova no México. Nos últimos anos, os homicídios da médica María del Rosario Rubio, das jornalistas Leiga Scalabriniana e Regina Martinez, bem como centenas de outros casos, são disso exemplo. Quando os cartéis são usados por políticos, casos como o de Iguala têm lugar e, enquanto perdurarem, essas alianças repetir-se-ão ao longo dos tempos.

Exarchia mais uma vez iluminada pelo fogo da revolta

NIKOS CHRISTOFAKIS

P.M.

O bairro de Exarchia, na capital da Grécia, Atenas, voltou, entre os dias 2 e 3 de Dezembro, a ser iluminada pelo fogo dos confrontos entre manifestantes, solidários com a greve de fome do preso anarquista Nikos Romanos, e a polícia. A manifestação, que contou com cerca de 10 000 participantes, partiu do bairro de Monastiraki, passando pelo praça Sintagma e terminando sem confrontos na Universidade de Atenas. Quando alguns dos manifestantes se deslocaram para a Escola Politécnica, que tinha sido ocupada na noite anterior também em solidariedade com Nikos Romanos, os confrontos acabaram por despoletar já dentro do bairro de Exarchia, com barricadas a serem montadas, caixas de multibanco e contentores do lixo a serem queimados, pedras e cocktails molotov a serem lançados e carros a serem capotados e incendiados, algo que também se passou com um autocarro que ardeu por completo. A polícia respondeu com gás lacrimogénio e granadas de atordoamento, tendo um número indeterminado de manifestantes ficado ferido ou sido detido.

Nikos Romanos foi dia 1 de Outubro condenado a 15 anos de prisão por assalto a um banco. Ainda durante o tempo que esteve em prisão preventiva, terminou o ensino secundário e candidatou-se a um curso na Escola de Administração Empresarial de Atenas, tendo conseguido obter vaga. Segundo a lei grega, teria direito a frequentar as aulas, mas este foi-lhe negado. Como resposta, declarou-se em greve de fome a partir de 10 de Novembro, tendo sido hospitalizado devido à sua débil condição física. Várias foram as acções em solidariedade com a sua luta, na Grécia e além fronteiras, o que fez com que o tema fosse debatido no parlamento grego que aprovou uma emenda, permitindo que o jovem anarquista grego pudesse frequentar as aulas munido de uma pulseira electrónica. Nikos Romanos terminou no dia 10 de Dezembro a sua greve de fome (agravada por uma greve de sede), 31 dias após o seu início.

Os recentes protestos trouxeram à memória as várias manifestações que incendiaram Atenas após o assassinato de Alexis Grigoropoulos às mãos da polícia a 6 de Dezembro de 2008, há 6 anos atrás. Desde então a repressão do estado grego aumentou, mas sem nunca apagar a chama de uma revolta que voltou a fazer-se sentir novamente na capital grega.

Demolições, cerco e terror na periferia de Lisboa

A periferia de Lisboa tem sido, no ultimo mês, alvo da polícia através de gigantes e violentas operações. No dia 11 de Novembro, no bairro 6 de Maio, Amadora, um dispositivo de 200 agentes do Grupo de Operações Especiais e do Corpo de Intervenção acompanhados dos veículos blindados adquiridos em 2010 para a segurança da Cimeira da Nato em Lisboa, cercaram todo o bairro impedindo qualquer movimento para dentro ou fora da zona. Foram feitas 30 buscas domiciliárias, detidas 8 pessoas e, suspensos os direitos de dezenas de pessoas que se viram impedidas de ir trabalhar, estudar ou levar os filhos à escola. A operação destacou-se não só pela desproporcionalidade dos meios envolvidos mas também pela cobertura mediática de televisões e agências de notícias. Numa clara consonância de interesses com as forças da ordem, todo o episódios foi noticiado como se de uma acção normal se tratasse não havendo lugar para questionar sobre qual é o impacto destas operações nas vidas das pessoas nem o estigma que lança sobre elas.

Na manhã de 25 de Novembro, o bairro de Santa Filomena, também na Amadora, foi invadido por escavadoras e vários funcionários da Câmara Municipal da Amadora que, escoltados por um enorme aparato policial, procederam à demolição de habitações, sem qualquer aviso prévio. Nesse dia, 4 casas foram demolidas deixando 8 pessoas desalojadas, incluindo 3 crianças.

Uma das moradoras, de 70 anos, foi surpreendida às 8h00 da manhã quando a polícia lhe arrombou a porta de casa e foi de seguida violentamente arrastada pelos cabelos por um agente da polícia municipal. Não tinha recebido nenhum aviso por escrito e, no momento nenhum documento lhe foi apresentado. Ainda pediu que lhe dessem 24 horas para poder tirar as suas coisas de casa mas não a deixaram. O recheio da casa foi levado por funcionários da Câmara, incluindo os comprimidos que toma todos os dias. Estava naquela casa há 37 anos, pagando IMI, água, electricidade e esgotos. Nos últimos anos, as demolições e a violência policial não têm sido novidade em Sta. Filomena. Em 2007 o terreno onde se encontra o bairro foi comprado por um fundo imobiliário do Millenium-BCP.

A implementação do Programa Especial de Realojamento (PER) tem sido a justificação apresentada para as demolições. O programa prevê a erradicação de barracas e o realojamento dos seus moradores, e embora esteja a ser aplicado atualmente, tem como base uma recensão dos moradores realizada em 1993.

Subestação EDP/REN no Alto de São João

Perante a indignação dos habitantes, REN e EDP avançam com projecto de estação de alta tensão nas Olaias, em Lisboa, uma zona de bairros sociais, onde já existe uma ETAR e um cemitério

JOSÉ PEDRO ARAÚJO
JOSE.P.ARAUJO@JORNALMAPA.PT

Os moradores de vários bairros na zona do Alto de São João estão indignados com o projecto de construção de uma subestação elétrica de alta tensão, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), a pouco mais de 50 metros de habitações sociais. A zona, descrita por um técnico da EDP como "um vazio urbano", engloba várias áreas residenciais, como o bairro da Quinta do Lavrado, a Calçada da Picheleira ou o Bairro Horizonte.

A subestação servirá para baixar a tensão nas linhas de transmissão da Rede Elétrica Nacional (REN), (com tensões de 220kV) para os 60kV das linhas de média tensão da Energias de Portugal (EDP). A infraestrutura será composta por dois edifícios onde estarão instalados os transformadores, num projeto conjunto entre as duas entidades. Na zona de Lisboa existem outras subestações do mesmo tipo, nomeadamente na calçada de Carriche e em Sete Rios. Segundo técnicos da REN, foram já "dados passos para a implantação deste projeto através da instalação de cabos subterrâneos", garantindo não haver necessidade de instalação de novos cabos. A energia chegará então a uma subestação isolada por gás (Gas-insulated substations), uma tecnologia que usa hexaflouoreto de enxofre para isolar os campos elétricos e magnéticos produzidos pelos cabos e outros equipamentos na subestação.

Convém notar que o impacto e riscos para a saúde e para o ambiente decorrentes da exposição a campos eletromagnéticos de alta e média tensão têm sido intensamente questionados e denunciados onde quer que linhas de Alta Tensão sejam erguidas.

Precisamente pelos mesmos motivos, o projeto de construção da linha de Muito Alta Tensão entre o Minho e a Galiza tem encontrado grande resistência em ambos os lados da fronteira. Nesse caso trata-se de linhas em altura cujos cabos estão em contacto com o ar. Na instalação do Alto de S. João, as linhas serão subterrâneas.

De acordo com informação da própria EDP sobre Alta Tensão e Saúde Pública publicada pela no seu site, o facto de se tratar de cabos subterrâneos (o que faz com que os cabos elétricos estejam mais próximos entre si) a intensidade e impacto dos campos é menor a maiores distâncias da linha mas, diretamente em cima dos cabos, a intensidade será muito maior, superior até à de linhas em altura. A questão é, portanto a que profundidade estão enterrados já que esse facto por si só não significa que os campos (e os riscos) deixem de existir.

O projeto desta subestação e o processo em torno da sua instalação é mais um exemplo da forma como o espaço urbano se pensa e organiza. Existem claramente zonas onde é aceite pelas autoridades a instalação deste tipo de infraestruturas – como as periferias e bairros pobres dos grandes centros urbanos – e zonas onde isso não é possível.

É notório que quando se trata das questões técnicas e impacto dos grandes projetos de empresas do setor energético - como a REN e a EDP - são sempre os seus argumentos que ganham força e projeção no espaço público. São as próprias empresas que encomendam os estudos de impacto ambiental e posteriormente divulgam os resultados, sempre na tentativa de legitimar os seus projetos. Se tivermos em consideração que as estas empresas fazem da eletricidade e da energia em geral, um negócio altamente rentável, não é de estranhar que todos os projetos por si dinamizados venham envolvidos numa aura de segurança e respeito pelo ambiente, com a qual o poder local compactua. O sucesso dos seus negócios depende em grande medida da imagem de segurança que transmitem.

Para além dos efeitos dos campos eletromagnéticos, durante a apresentação do projeto, os técnicos foram também questionados acerca do nível de ruído que se fará sentir na zona e as suas respostas foram evasivas. Estes transformadores geram um zumbido constante. Dada a necessidade de estarem colocados próximo do exterior, os níveis de ruído junto a subestações elétricas desta natureza podem chegar aos 80 dBA, o mesmo valor registado, por exemplo, numa estrada movimentada.

No entanto sem minorar estas questões, o grande problema deste projeto prende-se com os seus impactos económicos e sociais, já que os terrenos para onde está prevista a subestação não são o "vazio urbano" que a EDP afirma. Nas suas imediações existem várias zonas residenciais, assim como uma creche, uma escola, várias associações e pavilhões desportivos. O terreno, vendido pela CML por cerca de 557.000, tem mais de 8.000 m^2 foi concessionado à REN por 99 anos. A região circundante estava integrada no Plano de Urbanização do Vale de Chelas. Com data de 1998, este previa a construção de várias urbanizações e estruturas públicas, bem como a demolição do antigo bairro da Curraleira. Originalmente pensado em quatro fases, o plano nunca passou da primeira, que consistia no realojamento dos moradores e construção de uma estrada. Cinicamente, a existência do plano (que está parado) tem sido a justificação utilizada pela CML para não instalar outros equipamentos exigidos pelos moradores. Embora a estação seja apresentada num contexto de reabilitação urbana da zona, a verdade é que a instalação de uma subestação desta natureza e dimensões num local onde já existem habitações sociais, uma ETAR a céu aberto e um cemitério, apenas vai desvalorizar ainda mais a área e os seus imóveis.

Segundo Sandro Fonseca, morador da zona, é como se tivessem sido "esquecidos no purgatório". A paredes-meias com o cemitério do Alto de São João, Sandro ironiza: "já estamos entre um cemitério e uma ETAR a céu aberto, e agora uma central de alta tensão, só temos de atravessar o muro [do cemitério] e ficar lá".

É notório que quando se trata das questões técnicas e impacto dos grandes projetos de empresas do setor energético - como a REN e a EDP - são sempre os seus argumentos que ganham força e projeção no espaço público.

O processo decorreu essencialmente à margem dos moradores, que nunca foram consultados nem viram as suas (muitas) questões esclarecidas. Na zona apenas se sabia da construção de uma estação de alta tensão, que estaria a ser negociada entre a CML e a EDP/REN. João Paulo Mota, da Associação Viver melhor no Beato, interroga-se sobre o secretismo das negociações: "se eu vejo que uma coisa não tem maldade não vou esconder. Por que é que eles não consultaram a população, para saber se achavam bem ou não? Fizeram tudo às escondidas". As preocupações de João Paulo Mota compreendem-se melhor se notarmos que apenas no passado dia 21 de outubro foi apresentado à população o estudo de impacte ambiental, bem como o projeto em questão.

O projeto desta subestação e o processo em torno da sua instalação é mais um exemplo da forma como o espaço urbano se pensa e organiza. Existem claramente zonas onde é aceite pelas autoridades a instalação deste tipo de infraestruturas – como as periferias e bairros pobres dos grandes centros urbanos – e zonas onde isso não é possível.

Obviamente as razões serão sempre justificadas de um ponto de vista técnico e qualquer questão levantada é soterrada num sem fim de normas, dados técnicos e diretivas internacionais mas a verdade é que a haver prejudicados de todo este processo não serão os hotéis, o comércio e as infraestruturas de turismo do centro de Lisboa mas os habitantes dos bairros contíguos à nova subestação. A escolha desta zona não deve, portanto, ser coincidência.

Rede Cooperar

A ReCo surgiu há um ano nas franjas da planície alentejana a partir de diversos produtores e consumidores unidos pela agro-ecologia com vista a criar uma comunidade de apoio mútuo.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Nasce a ReCo

A sua formação deu-se na Aldeia das Amoreiras, onde em 2007 o GAIA (Grupo de Acção e Intervenção Ambiental) se instalara com o propósito de dar corpo a alternativas sustentáveis e criativas para o desenvolvimento rural. Contrariando o abandono do campo, pretendia estabelecer a ponte entre as comunidades locais e um fluxo de citadinos animados por um "regresso à terra".

Em torno da Aldeia das Amoreiras um outro contexto contribuía, sob idênticos pressupostos, para o nascimento da ReCo. Na zona – essencialmente entre Odemira e Ourique –, desde a década de 90 do século passado até aos nossos dias, têm vindo a estabelecer-se diversas "comunidades alternativas", de projecção mais conhecida como a Tamera, a outra mão-cheia de projectos de menor dimensão. A estes juntara-se – tendo como fio condutor a agro-ecologia e a permacultura – um crescente número de quintas, projectos familiares ou individuais. Em todo este universo crescia a vontade de criar circuitos e relações de proximidade e entreajuda.

Surge assim, em Dezembro de 2013, na Aldeia das Amoreiras, um encontro para pensar uma cooperativa informal de produtores/consumidores. Ao longo de um ano, a ideia foi ganhando forma em encontros, à volta de pequenos mercados, que acabam por desenhar uma geografia não encerrada da ReCo: passando pela Aldeia das Amoreiras, Alvalade do Sado, Tamera (Relíquias), São Luís, Vale do Vento, Ribeira do Salto, Messejana ou Castro Verde (e a que se juntam produtores de Ferreira do Alentejo e Lagos). A maior parte dos encontros é promovido directamente pelo grupo em formação, o qual nos últimos meses deste ano promoveu apresentações do projecto em outras tantas iniciativas de Beja a Lisboa.

A ReCo apresenta-se, numa "definição possível (mas não definitiva)", como "uma rede de confiança que vai nascendo entre várias pessoas, colectivos e associações, que abrange desde a produção alimentar até à forma de organização em sociedade, tomadas de decisão e resolução de conflitos, passando pela habitação, educação, saúde e cultura". Os objectivos assim anunciados traduzem uma ambiciosa meta a atingir, formulada de modo propositadamente lato para incluir uma maior diversidade de intervenientes. Hoje haveria que enquadrar tamanhos objectivos, na verdade, a um processo em construção cujo desenlace não é ainda certo. O próprio princípio informal que está na sua base não permite que possamos descrever a ReCo à luz de modelos pré-definidos, como acontece no mesmo território com as associações de desenvolvimento local ou projectos de desenvolvimento rural e comunitário, que floresceram nos últimos anos a troco da manutenção de verdadeiros aparelhos de técnicos de "desenvolvimento local". O inverter (informal e directo) precisamente dessa mediação (formal e representativa) marca a diferença, naquilo que aparenta à primeira vista objectivos similares.

Rita, do Monte Mimo – projecto familiar de agricultura ecológica e permacultura em Alvalade do Sado –, olha para este ano que passou e assinala "um grupo de pessoas bem diverso e que no tempo também se transforma e regenera". O que se foi atingindo "embora de forma atabalhoada por vezes e quase de fugida" ao longo dos vários encontros permitiu que a iniciativa não se esfumasse. Marcos, que chegou à Aldeia das Amoreiras há alguns anos como "activista" do GAIA, resume como "todo este processo é em si mesmo instituinte, ou seja, o próprio processo cria as condições necessárias ao seu desenvolvimento. À medida que as pessoas se vão organizando e criando aquilo que consideram necessário criar para terem uma boa vida enquanto indivíduos e enquanto colectivo, vão alargando a gama de possibilidades. Ao longo do processo desenvolvem as suas capacidades organizativas, dialécticas, empáticas, etc".

Produtores e Consumidores

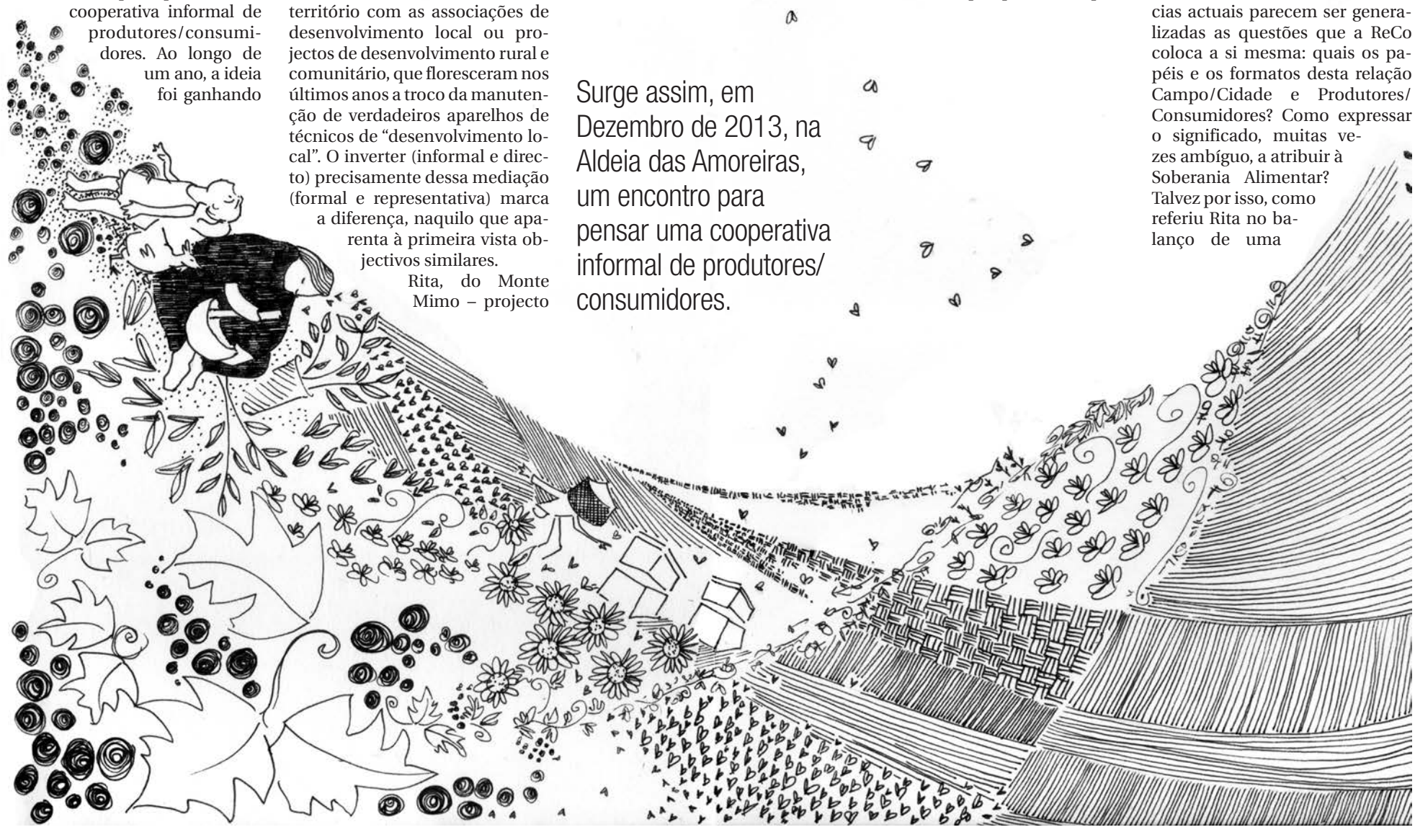
O cabaz natalício Al-Cabaz contém uma proposta seleccionada de alguns produtores da ReCo, parte do "resultado daquilo que as pessoas que procuram viver no campo e do campo conseguem produzir": as chouriças veggie, a tomatada e o tomate seco ao sol, grão-de-bico, e aboborinhas recheiam o cabaz, junto com o azeite biológico, os orégãos, mel, cactos e o vinho tinto maduro, num saco de produção própria (acompanhado de uma fanzine ilustrada). O escoamento assim concertado destes e de outros produtos (em mercados ou por contacto) espelha como o foco de acção da ReCo recai essencialmente sobre a produção, transformação e distribuição alimentares, abarcando desde produções familiares a produtos já registados no circuito do mercado "bio". Alargado a outras produções artesanais, a preocupação é estabelecer uma rede de apoio e entreajuda. "Unindo e fortificando pequenos produtores ecológicos e consumidores", citando Sara Serrão (a ilustradora – aproveite-se para assinalar – do presente artigo), como meta para 2015, ao mesmo tempo divulgando as alternativas ao modelo agro-industrial que vai tomando conta do território.

No processo de criar uma plataforma de cooperação entre pessoas simultaneamente produtoras e consumidoras de bens e serviços, cedo a ReCo constatou a limitação da base de dados de ofertas e procuras estabelecida internamente. A necessidade de fortalecer a comunicação com a população local/rural, acentuando a boa vizinhança e a partilha de saberes, surge em conjunto com a criação de grupos de consumo. Esta última faceta foi aparentemente perspectivada pela ReCo mais para uma população citadina, em relação à qual, e a par do escoamento de produtos, foi apontada a contribuição na partilha de saberes e na discussão e trabalho crítico.

A relação Campo/Cidade surge por esse motivo ao lado da relação Produtores/Consumidores. Uma questão partilhada pela ReCo no festival "Em Pratos Limpos", organizado pela Assembleia pela Soberania Alimentar e pela Campanha pelas Sementes Livres, em Outubro em Lisboa. Aí, de alguma forma, tornava-se evidente que os passos seguintes da ReCo se dariam também no sentido de interagir com outras iniciativas similares e sobretudo com cooperativas de consumo, como pode ser o caso da Cooperativa de Consumo Bela Rama e a Cooperativa Boa na zona de Lisboa, entre outras. Esses movimentos traduzem, no final de contas, uma preocupação crescente com a chamada "soberania alimentar", como espelha por um lado o programa da ONG portuguesa CIDAC, que da bandeira do "comércio justo" se lançou agora no debate "do campo para o prato, o direito à alimentação e à Soberania Alimentar", ou, por outro lado, o levar à prática do Projecto 270, da iniciativa de Agricultura de Suporte Comunitário na zona do Pinhal Novo, entre outros exemplos possíveis.

Em todo este debate e tendências actuais parecem ser generalizadas as questões que a ReCo coloca a si mesma: quais os papéis e os formatos desta relação Campo/Cidade e Produtores/Consumidores? Como expressar o significado, muitas vezes ambíguo, a atribuir à Soberania Alimentar? Talvez por isso, como referiu Rita no balanço de uma

Surge assim, em Dezembro de 2013, na Aldeia das Amoreiras, um encontro para pensar uma cooperativa informal de produtores/consumidores.



conversa tida em Novembro no espaço RDA (Lisboa), haja desde logo a necessidade de encontrar viabilidade económica na "venda de produtos sem intermediários, com base numa relação de proximidade/confiança a criar-se pelo trabalho em conjunto". Uma procura de autonomia, sem perder de vista como "criar alternativas de mercado". Recordando a importância do "olhar crítico de quem não está a recriar o modelo capitalista vigente mas sim alternativas para que a lógica de crescimento exponencial e do lucro sejam desmanteladas e se trabalhe na lógica da solidariedade social e da harmonia da vida neste planeta!" Daí que considere haver na ReCo alguns temas a trabalhar: a certificação participada (à margem das certificações institucionais); a moeda social; o criar novas oportunidades para as trocas (já realizadas nos mercados); ou os critérios de produção e consumo da rede.

POR UMA COMUNIDADE DE APOIO MÚTUO

As questões ultrapassam daqui em diante a mera relação produção/consumo, numa discussão e posicionamento crítico que não parte de uma qualquer afinidade ideológica no seio da ReCo, e que carece de desenvolvimento. Os princípios da Rede estão ainda em formulação, o que não significa que não haja uma base comum de valores, tendo como "motivação a entreajuda e o apoio mútuo". A dinâmica pretendida, expressa no último encontro da ReCo no Monte Mimo, caracterizar-se-ia "por ter clareza, por ser de baixo impacto ambiental, por partilhar os excedentes, por partilhar a mobilidade, por partilhar informação, por participar em reuniões eficientes e claras, por ter beleza, arte e poesia, por ser belo no modo de reunir e decidir, por reconhecer os ritmos orgânicos e daí ser flexível às necessidades do momento."

Em territórios como o Alentejo, temos assim a presença de uma "ruralidade" vinda das cidades que se cruza com uma imigração proveniente do Norte da Europa, em boa medida igualmente ávida e capacitada pelas propostas alternativas aos modelos de desenvolvimento e crescimento capitalista.

Nestes termos é definida a visão plural da ReCo, uma visão holística, a visão de "uma comunidade de apoio mútuo" e de um projecto a "ser concretizado a longo prazo, e que é mutável a curto e médio prazo". Foi por isso adoptada como "grelha de leitura e forma de estruturação" a flor da permacultura. As ramificações da sua ética e princípios abrangem várias áreas de actuação, desde a agricultura aos bancos de sementes; do espaço construído às ferramentas e tecnologias, sobretudo as que possibilitem transformar a produção e garantir alternativas energéticas; das artes às questões de educação alternativa; da saúde ao bem-estar espiritual, etc.

E se nem todos na ReCo se expressam na matriz e linguagem da permacultura, a sua expressão abrangente vai de encontro ao desejo de "promover a proximidade e a confiança característica entre vizinhos", fazendo evoluir o projecto "a partir do pequeno, criando núcleos de harmonia". Nesse âmbito, a ReCo anotou nos seus encontros "que para uma engrenagem funcionar é necessário ser oleada", pelo que propõe "o óleo confiança com origem em encontros como ajudadas e círculos de partilha". E é sob essa aproximação e funcionamento que considera "uma prioridade definir um processo de tomada de decisão: que seja ao mesmo tempo eficiente, claro e inclusivo". Processo esse, mantido por encontros regulares, que requer uma coordenação comprometida e responsável (interna e externa), levando em consideração as necessidades de todas as pessoas, mas que – como refere Rita – "acontece, tanto mais horizontalmente e tanto mais em comum com as nossas necessidades/perspectivas pessoais quanto mais participado for". Esse é talvez o desafio maior que se coloca à solidificação da ReCo, não dissociada da opção de enquadrar ou não legalmente a mesma, assim como os moldes cooperativistas a desenvolver no seu futuro.

Já a conversa ocorrida em Novembro no RDA, acentuou para Rita a certeza de que nesses "colectivos da cidade, assim como em comunidades do campo, existe a vontade de trabalhar modelos políticos, que não sejam o da democracia representativa, mas sim de participação/acção. Podendo esta proximidade cidade-campo favorecer o debate e o trabalho para encontrar e replicar o que já existe feito, por exemplo, nesta área da democracia participativa/activa."

Em territórios como o Alentejo, temos assim a presença de uma "ruralidade" vinda das cidades que se cruza com uma imigração proveniente do Norte da Europa, em boa medida igualmente ávida e capacitada pelas propostas alternativas aos modelos de desenvolvimento e crescimento capitalista. Apesar de ter sido esse o cenário que deu azo ao surgimento da ReCo, o salto qualitativo para considerar possível a emergência das mencionadas possibilidades de uma "democracia participativa" parece esbater-se ainda nas dificuldade ou incapacidades de esses novos actores no território se integrarem na memória e na paisagem social, junto dos velhos actores do território e seus descendentes. Mas os gestos simples que recuperam as hortas, podam as árvores, cuidam das águas e das plantas que nos curam, erguem a terra das paredes e iluminam-nas com a cal branca, e celebram a natureza entre o riso de crianças… Esses gestos podem afinal reatar os laços com o território de ontem e de hoje e capacitar projectos como a Rede Cooperar, uma rede de produtores/consumidores, a trilhar o caminho da almejada harmonia e solidariedade social.

Rede Cooperar: reco@riseup.net
http://redecooperar.blogspot.pt

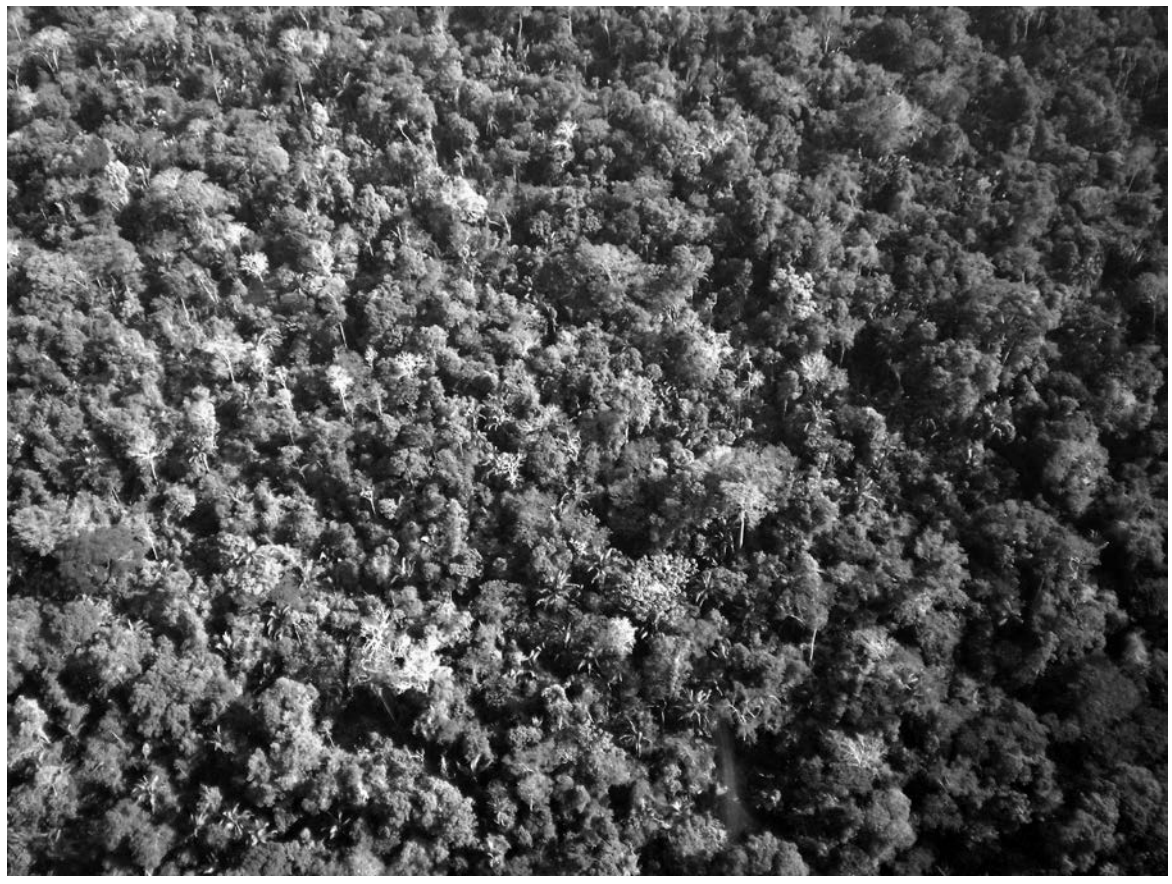
Capa do primeiro número da fanzine da RECO, publicado em Novembro deste ano.

sahara

A floresta que nos resta

O que são as Florestas? Que país florestal é o nosso? Quais as consequências da exploração deste recurso económico no território? Neste artigo, que finalizará no próximo número do MAPA, descobrimos os resquícios das florestas originais em Portugal e traçamos o percurso da alteração das nossas paisagens: desflorestação e reconversão de usos. Uma devastação centrada nos últimos 100 anos, numa política de terra queimada sobre um território natural moldado há mais de 10 mil anos.

JOÃO PAULO GOMES



Diz-se por aí que Portugal é um país florestal, que se devia apostar mais na floresta, que a floresta é um recurso sustentável, etc. Mas que floresta é esta?

O conceito de floresta é usado para definir variadíssimas coisas. De uma forma geral, refere-se ao conjunto de árvores que ocupam um determinado território. A partir daqui pode ser (ab)usado como convir. De um modo inocente, a floresta é associada a algo de origem natural, que sempre existiu. Mas uma floresta é um ecossistema complexo, onde as árvores são dominantes, mas todo um conjunto de outras espécies, arbustivas e herbáceas, interagem entre si e com outros seres vivos que a habitam. Onde até as árvores mortas e caídas são importantes nesta dinâmica de relações. No tal país florestal, quando se fala de floresta fala-se, maioritariamente, de silvicultura e de sistemas agro-florestais, ou seja, de produção de árvores, combinados com produção agrícola e/ou pecuária, algo que está mais próximo de uma área agrícola do que de uma área natural. As árvores são escolhidas com critérios económicos de produtividade e de relação custo/benefício pensada a um curto espaço temporal. Os terrenos são limpos, ficando quase exclusivamente a espécie que se está a cultivar. O ecossistema fica desfalcado e as consequências são uma perda significativa de biodiversidade que é progressiva e exponencial.

O resultado são paisagens monoculturais, que de natural pouco ou nada têm, com o eucalipto e o pinheiro-bravo a tornarem-se espécies dominantes no Norte e Centro do país. No Sul, o sobreiro, espécie autóctone, ainda resiste na paisagem, mas são os solos empobrecidos pela campanha do trigo do Estado Novo que sobressaem. Pouco se aprendeu destes tempos em que se usou e abusou de uma monocultura em grande escala.

A EVOLUÇÃO DAS PLANTAS

As florestas de origem natural são o resultado evolutivo de uma série de interacções de seres vivos e de uma sucessão de etapas nos ecossistemas (ver infografia). Nem todos os territórios têm a capacidade de suportar florestas, mas boa parte do território português sim. De um prado surgem alguns arbustos, depois formam-se matagais com algumas árvores e por fim abre-se a possibilidade de uma floresta se instalar. Isto é uma simplificação dos processos naturais e da sucessão local da vegetação.

As espécies actuais são o resultado de uma série de adaptações ao longo de milhões de anos, escala temporal difícil de interiorizar-mos na nossa existência. Os primeiros seres vivos, unicelulares, terão surgido há 3,5 mil milhões de anos, mil milhões de anos após a origem do planeta Terra. Os primeiros organismos fotossintéticos, que podem ser relacionados com as plantas modernas, seriam parecidos com as algas modernas. Aproximadamente há 450 milhões de anos estas primeiras "plantas" aventuraram-se em terra. Numa resposta ao problema imposto pela gravidade e pela desidratação, desenvolviam-se de forma rasteira, como os actuais musgos, mantendo-se ainda dependentes de zonas húmidas. Milhões de anos depois (420 Ma), surge um grupo de plantas em terra com sistema vascular, isto é com vasos condutores que lhes permitiu crescer em altura e com maior independência da água.

O grande salto evolutivo nas plantas dá-se com o aparecimento das sementes (370 Ma), mecanismo de reprodução e dispersão mais eficiente que os esporos, ainda presentes nos actuais fetos. As sementes contêm embriões já bastante desenvolvidos e reservas de comida para a primeira fase de crescimento da planta. Outro aspecto importante das sementes é o facto de conterem instruções que comandam o momento certo para germinar, podendo estar relacionado com a temperatura, com a humidade ou com a luz (duração dia/noite). Por fim, um outro momento-chave da evolução das plantas foi o aparecimento das flores (245 – 208 Ma). Até aqui o planeta era dominado por plantas sem flor (gimnospérmicas), que continham as suas sementes em estruturas tipo cone (pinha), tal como as espécies actuais de pinheiros, de ciprestes ou de zimbros. Com flores (angiospérmicas), esta nova estrutura reprodutiva terá contribuído para a diversificação e domínio dos ecossistemas terrestres por parte destas plantas e a formação dos cobertos florestais

DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES

Os seres vivos nascem onde os seus progenitores viviam.

Se as condições o permitirem, irão viver nessa mesma região, reproduzir-se e deixar descendência. Mas, num tempo geológico, o meio vai-se alterando e as diferentes espécies vão-se adaptando, modificando e deslocando para sobreviverem. Assim, novas espécies surgem e novos habitats são ocupados. Nesta escala de tempo, um dos grandes motores de transformação do meio e da deslocação de espécies é a "deriva continental". As massas continentais estão em permanente movimento e já formaram um único grande continente, a Pangeia (265 Ma). Com o fraccionamento deste primitivo supercontinente, já revestido de vegetação, as populações de seres vivos isolaram-se e evoluíram.

Infografia que ilustra o processo de evolução das plantas desde a formação do planeta Terra. Desenhado e planificado por: HUMA >>

O clima também teve e continua a ter um papel importante na distribuição das espécies. Além de ir sofrendo alterações ao longo do tempo, cada continente, ao deslocar-se, vai estando sujeito a condições diferentes. O clima mediterrânico, que abrange parte do território português (Centro e Sul) só surge com o fecho do istmo do Panamá (3,2 Ma), que, com a alteração das correntes marinhas, provocou a alteração climática na Península Ibérica, de clima subtropical para mediterrânico. A vegetação exuberante de florestas sempre verdes e com espécies de folha larga, características do clima subtropical húmido, ainda se encontra presente nos tempos de hoje nos Açores e na Madeira – a laurissilva. No continente, a última glaciação arrasou a laurissilva existente dando lugar a espécies características do Norte da Europa. A paisagem

O PAÍS É UMA MANTA DE RETALHOS ONDE É DIFÍCIL INTERPRETAR O QUE ERA SUPOSTO EXISTIR E O QUE É RESULTADO DA ARTIFICIALIZAÇÃO DESCONTROLADA

próximo número do MAPA. O que vemos ao percorrer o País é uma manta de retalhos onde é difícil interpretar o que era suposto existir e o que é resultado da artificialização descontrolada. No mapa ao lado estão assinalados alguns locais onde ainda é possível sentir e vivenciar a paisagem ancestral das florestas do actual território português. O que nos remete para o que poderia chamar de imaginário genético.

De um modo simplificado, a paisagem em Portugal Continental deveria ser marcada por florestas de carvalhos (árvores do género Quercus). No Centro/

A floresta de Poça das Asas no concelho da Horta, Ilha do Faial, Açores.

seria similar ao actual Círculo Polar Árctico. Progressivamente, com o aumento das temperaturas começam a surgir as espécies ditas mediterrânicas, como os estevais, os zambujais e os carvalhais de folha persistente. É neste período – a partir dos últimos 10 mil anos – que a paisagem começa a adquirir as espécies actuais.

As florestas de cariz natural e formadas por espécies autóctones são já raras em Portugal. São muitas e variadas as razões para esta situação, tema a abordar no

Norte, com um clima mais temperado, dominaria o carvalho-alvarinho (Q. robur) substituído pelo carvalho-negral (Q. pyrenaica) nas montanhas. No Centro/Sul, onde a influência mediterrânica começa, surgiria o cerquinho (Q. faginea) e a Sul o sobreiro (Q. suber). E por fim a azinheira (Q. rotundifolia), percorrendo toda a região raiana de clima marcadamente continental.

O HOMEM

A nossa espécie (*sapiens sapiens*) circula por estas paragens há aproximadamente 35 mil anos. Outros hominídeos já por cá andavam. Todos eles praticavam modos de vida em total relação com o meio – recolecção e caça. As alterações na paisagem com significado espacial terão começado há cerca de 6 mil anos, com um maior uso do fogo a moldar o território para optimizarem a pastorícia e a agricultura. Mas a recolecção e a caça sempre serviram de complemento na alimentação até ao século XX. As pessoas usavam o que a natureza lhes dava e, como tal, adquiriram um vasto conhecimento dos recursos existentes em seu redor. Para alimentação recolhiam frutos e folhas comestíveis, cogumelos, assim como animais que nela viviam. A nossa actual diversidade alimentar é neste sentido mais limitada e pré-formatada, uma vez que está centrada em 3 principais culturas – trigo, milho e arroz. As florestas desempenhavam um papel essencial, pois além de alimento serviam de fonte de energia, através de lenha para aquecer, e de material para a construção de abrigo, ferramentas, etc. Com tal dependência do meio, a interacção estabelecida implicou sempre um elevado conhecimento da natureza que os rodeava.

O mais marcante no nosso tempo é a perda deste conhecimento. A relação com a floresta, que já foi uma necessidade de sobrevivência, passou a fazer parte de memórias longínquas, apesar de essa mudança ser um facto muito recente (de há uma, duas gerações). Deixámo-nos levar por um suposto progresso e industrialização, e afastámo-nos da natureza, do território, das estações do ano, da nossa essência. Perdendo esse conhecimento, e como dificilmente cuidamos do que não conhecemos, o resultado traduz-se na degradação das florestas e dos ecossistemas naturais sem darmos por isso. Ou olhando para o lado.

Mata de Albergaria

No coração do Parque Nacional da Peneda-Gerês, é o mais próximo que existe em Portugal de um bosque pristino de carvalho-alvarinho e carvalho-negral. Terra de lobos e corços, a vegetação é exuberante e diversificada, onde musgos e fetos homogeneízam o ambiente granítico. Podemos ver espécies já pouco comuns na natureza como o azevinho e o mirtilo.

Mata da Margaraça

Inserida na Paisagem Protegida da Serra do Açor, é dominada pelo carvalho-alvarinho e pelo castanheiro. Outras espécies de folha caduca compõem este bosque de solo xistoso: aveleiras, ulmeiros, cerejeiras e nogueiras. Entrecruzam-se espécies tipicamente mediterrânicas como o medronheiro, o folhado e o loureiro com relíquias da floresta Laurissilva subtropical do Terciário como o azereiro (Prunus lusitanica), que tem aqui a sua maior área de distribuição.

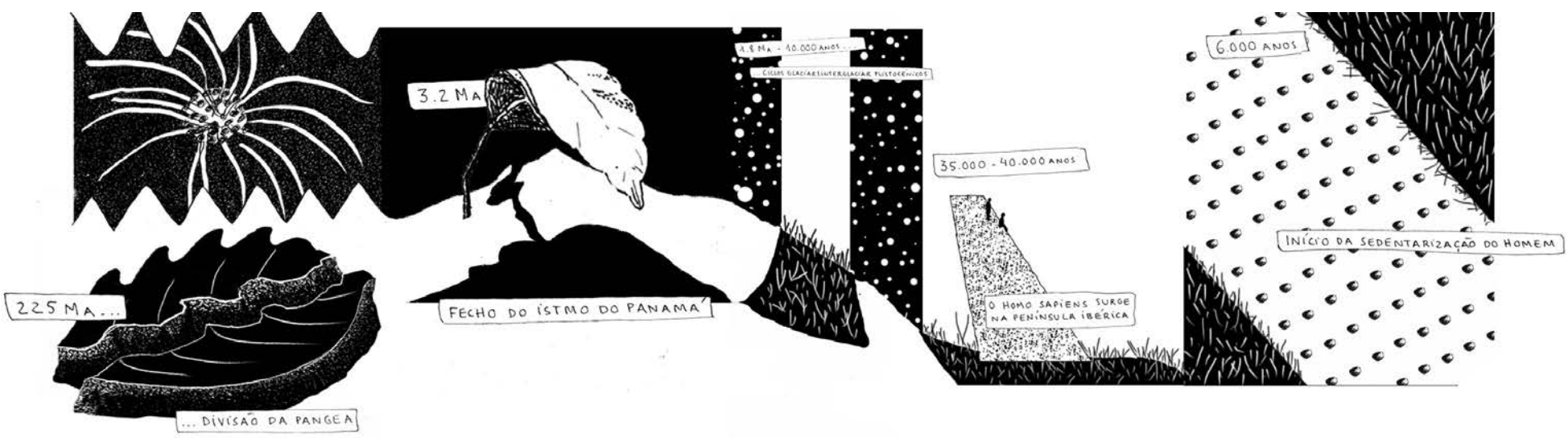
Mata do Solitário

No Parque Natural da Arrábida, onde o calcário não permite a existência de cursos de água permanente, esta mata situa-se próximo do Portinho da Arrábida. Este bosque é representativo da paisagem marcadamente mediterrânica, com a particularidade de muitas das espécies que a compõem serem arbustos que aqui atingem porte arbóreo, tal como os carrascos, os medronheiros e os adernos.

Florestas de Laurissilva nos Açores e Madeira

Estas florestas caracterizam-se pela presença de espécies arbóreas, de folha grandes e persistentes, associadas a um clima ameno, como o loureiro, o vinhático e o barbusano. A sua existência deve-se ao efeito termo-regulador do Oceano Atlântico, que protegeu a vegetação da última glaciação.

>> Continuação da infografia



O (Des)acordo Transatlântico(TTIP)

Caso este acordo seja ratificado todos os contratos públicos lançados em Portugal e na União Europeia serão abertos a corporações estrangeiras

GRANADO DA SILVA
ANA RUTE VILA
TERCERO

A **ParceriaTransatlântica para o Comércio e Investimento** (PTCI), no original em Inglês "**Transatlantic Trade and Investment Partnership**" (TTIP), é um acordo bilateral entre os EUA e a UE.

Na prática é mais um BIT (*Bilateral Investement Treaty* – Tratado de investimento bilateral) proposto pelos EUA com o objectivo de fortalecer a política de globalização e integração económica corrente, dentro da estratégia delineada pela Organização Mundial de Comércio – que por sua vez mais não é do que uma instituição criada para promover os interesses do poder económico, americano e global. Para além dos habituais discursos de circunstância afirmando a necessidade e justeza da iniciativa, pelo seu alcance e potencial impacto, para a Europa e para o mundo em geral – a Europa representa quase um terço da riqueza global e um acordo desta natureza teria consequências à escala mundial – este acordo representa potencialmente o maior e mais perigoso esforço de reconfiguração socio-económica, à escala planetária, e da história da humanidade. O acordo será assinado à revelia dos habitantes de cada Estado, graças ao poder da União Europeia para negociar em nome dos seus membros, conferido no contexto do tratado de Lisboa assinado em 2007. O acordo já havia sido apresentado em 2013 durante a reunião do então G8, grupo que reúne os países mais industrializados e economicamente desenvolvidos do mundo, como formula para combater a crise económica mundial. Se for ratificado, prevê-se que possa entrar em vigor em 2015, favorecendo de forma descomunal interesses corporativos e capitalistas globais.

O primeiro ponto a ter em conta é a harmonização legislativa entre a Europa e os EUA com o objectivo de reduzir os impostos aduaneiros, facilitando a entrada na Europa de produtos importados dos EUA e Canadá. Consequentemente, esta "harmonização" vai piorar a situação dos comerciantes e agricultores locais que veem diminuir ainda mais as suas possibilidades de competir num mercado cada vez mais feito para as grandes empresas. Como exemplo deste tipo de acordos podemos olhar para o já existente ***Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre Portugal-China*** que visa potenciar a entrada de produtos fabricados na China, oferecendo benefícios fiscais e por exemplo o uso de "Golden *Visa cards*", (vistos dourados) para pagar a sua entrada no país.

O acordo prevê também medidas de protecção do investimento privado através de Mecanismos de Resolução de Conflitos Resultantes de Relações de Investimento – no original Inglês *Investor-State Dispute Settlements* (ISDS) – que, de forma gravosa, oferecem a possibilidade às corporações de processarem um Estado por perdas resultantes das políticas desse mesmo Estado. O processo é decidido por um painel *ad hoc* de advogados especializados em direito comercial internacional que avalia o caso com base nos acordos estabelecidos e nas convenções do direito comercial internacional independentemente de quaisquer questões de justiça social ou interesse comum que o mesmo possa levantar. Como exemplos recentes de processos decorrentes de mecanismos dessa natureza, existentes no âmbito de acordos bilaterais entre dois Estados, podemos citar dois casos esclarecedores. O primeiro opõe uma empresa sueca, a Vattenfall, que reclama biliões em perdas ao governo alemão na sequência da decisão descontinuar o programa de produção de energia nuclear após o desastre de Fukushima e o segundo a multinacional americana Philip Morris, que exige uma indemnização ao governo uruguaio pela passagem de legislação anti-tabagista.

> O PRIMEIRO PONTO A TER EM CONTA É A HARMONIZAÇÃO LEGISLATIVA ENTRE A EUROPA E OS EUA COM O OBJETIVO DE REDUZIR OS IMPOSTOS ADUANEIROS, FACILITANDO A ENTRADA NA EUROPA DE PRODUTOS IMPORTADOS DOS EUA E CANADÁ

Para além do já referido, o tratado transatlântico incide sobre variadas matérias e questões, todas elas essenciais para as políticas económicas, ambientais e sociais da Europa.

ORGANISMOS GENÉTICAMENTE MODIFICADOS

Actualmente o uso de "Organismos Geneticamente Modificados" (OGM) está fortemente regulamentado na Europa. Apesar disso, o intenso *lobbying* por parte das corporações do sector agro-alimentar, apoiado pelo governo dos EUA, têm levado ao aumento de plantações destes organismos, mesmo em países que os proíbem formalmente. Em 2011 foram plantados cerca de 120.000 hectares de OGM na Europa, sendo a Espanha o país líder, seguido por Portugal. No entanto países como França e Alemanha, (assim como a Grécia, Bulgária, Áustria, Itália, Hungria, Luxemburgo e Polónia), proibiram o uso de OGM, utilizando a chamada "cláusula de salvaguarda", justificando os males dos OGM para os seres humanos e ambiente. A Alemanha, mesmo com a proibição formal, em 2011 plantou 2 hectares de Batata "Amflora" (OGM). O TTIP fará com que estes valores sejam amplamente ultrapassados.

Da mesma forma, o uso de hormonas como a Somatotropina Bovina Recombinante na criação de bovinos e a Ractopamina na de suínos, bem como a lavagem das carnes com dióxido de cloro são actualmente proibidas. No quadro do novo tratado essa leis serão "ajustadas", permitindo a introdução na UE desses produtos, já intensamente usados nos EUA. No caso dos OGM, o acordo estenderá a passadeira vermelha a gigantes do sector como a Monsanto ou a Syngenta até ao Alqueva, onde se prevê a plantação de milhares de hectares de produtos transgénicos.

À luz do acordo, a directiva comunitária de Energias Renováveis (RED), que impede que o Bio-Etanol (extraído a partir de milho e soja transgénicos) receba benefícios fiscais ou subsídios europeus, poderá ser derrubada, enfraquecendo o combate global à produção de Bio-combustiveis.

Em Portugal, empresas da indústria da produção de papel como a Portucel esperam o fim dos entraves aos OGM, para apostar em variantes transgénicas de árvores, como o Eucalipto, como as desenvolvidas pela FuturaGene/Suzano. No Brasil esta empresa tem feito pressão para a aprovação do eucalipto transgénico. Se o Brasil acompanhar os EUA na aprovação dos OGM, o continente Africano, a América Latina e a Ásia serão inundados com estas novas árvores. As ramificações e consequências da aprovação do tratado serão sentidas à escala global.

ENERGIA

No caso da energia, o acordo destruirá todos os esforços

– ténues que sejam – levados a cabo por governos Europeus no combate às Alterações Climáticas. Especificamente, ao tornar o combustível obtido a partir do crude resultante da extracção de areias betuminosas (processo extremamente poluente, o ***Tar sand oil***, é definido como crude "não convencional") no Canadá e o uso da técnica de fractura hidráulica (***Hydraulic fracturing*** ou ***fracking***, técnica altamente danosa através do qual se extrai gás de maciços de xisto argiloso) aceites na UE – permitindo a sua comercialização na Europa e assim fomentando o uso e desenvolvimento generalizados destas técnicas e tecnologias – deita-se por terra qualquer esperança de impor ou desenvolver o trabalho iniciado com os acordos de Quioto sobre as políticas energéticas dos Estados Membros.

No caso concreto das areias betuminosas, a sua extracção no Canadá bem como a construção de uma super rede de tubagem nos EUA para transportar o crude, têm enfrentado uma grande resistência por parte das populações locais, mas também de cientistas, políticos, ambientalistas e activistas por todo o mundo. Ao mesmo tempo, empresas americanas e canadianas do sector, e o próprio governo Canadiano têm feito um enorme esforço de *lobbying* na Europa para remover entraves à sua aceitação, exercendo pressão para a passagem de legislação europeia que assim o permita.

Parte do argumento legal que poderá ditar que combustível derivado de areias betuminosas não possa ser comercializadas na UE prende-se com o seu enquadramento na Directiva de Qualidade de Combustível de Transportes que, no seu artigo 7º, obriga a que fornecedores de combustível para transportes contribuam em 6% para a redução de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) até 2020. Esta directiva faz parte dos critérios de sustentabilidade da UE, com vista a reduzir a emissão destes gases. Com a aprovação do acordo o alcance ou relevância desta directiva e de mais legislação semelhante estará irremediavelmente ameaçada. Para as petrolíferas e as empresas dos combustíveis não-convencionais o acordo será portanto uma enorme benesse com consequências desastrosas para o ambiente.

Mesmo sem o acordo assinado, passos têm sido dados para trazer estes combustíveis para a Europa o que prova que ele é, neste caso específico, apenas a confirmação de uma tendência que já se verifica. Em Junho deste ano teve lugar a primeira descarga de petróleo derivado das areias betuminosas canadianas, no porto de Bilbao, no País Basco. Com a entrada em vigor do TTIP, sem dúvida também Portugal irá receber este petróleo e serão retomadas as explorações de gás de xisto entretanto abandonadas.

Faculdades, como o Instituto Superior Técnico, trabalham juntamente com petrolíferas americanas, realizando investigação sobre a extracção de gás de xisto e petróleo não-convencional. A empresa Partex Oil and Gas – que pertence integralmente à Fundação Calouste Gulbenkian – tem como presidente um professor do IST, instituição de onde têm saído inúmeras teses de doutoramento relacionadas com o interesse financeiro da Partex Oil and Gas e das petrolíferas americanas interessadas no gás e petróleo no território português. O IST tem sido um grande aliado nos estudos técnicos para extracção de Xisto Betuminoso (*Oil Shale*) em Portugal.

Em termos de infraestrutura, os portos de Sines e de Matosinhos têm sido preparados para receber mais cargas de super-petroleiros e metaneiros. Em Abril deste ano o terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines, recebeu pela primeira vez, pela mão da REN Atlântico, um navio metaneiro de ultima geração, do tipo Q-Flex. A operação só foi possível devido ao projecto de expansão do porto, neste caso a ampliação dos reservatórios, que tem como objectivo aumentar a capacidade de armazenamento de gás e petróleo. Estes são apenas alguns exemplos de transformações que têm sido feitas de forma a integrar as novas tecnologias e fontes de combustível nas infraestruturas energéticas de Portugal e da Europa. Nesta dinâmica está também inserido o aumento dos reservatórios de gás na estação de Carriço, Concelho de Pombal, propriedade da REN e da GALP Energia. São ainda de referir os estudos para captura e armazenamento de CO_2 requeridos pela Tejo Energia em 2009 – realizados conjuntamente com a Universidade de Évora e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia, a que deram o nome de projecto KTEJO, na Central Termoelétrica do Pego – financiados pelo erário público para mais tarde servir interesses privados.

O processo que levará à aprovação do TTIP assemelha-se, em muitos aspectos, ao Plano Marshall, o Programa de Recuperação Europeia apresentado pelos EUA e que, no rescaldo da 2ª Guerra Mundial, serviu para reconstruir e recuperar economicamente os Países Aliados, ao mesmo tempo cimentando a sua dependência e subserviência aos interesses estratégicos Americanos.

(...) O USO DE HORMONAS COMO A SOMATOTROPINA BOVINA RECOMBINANTE NA CRIAÇÃO DE BOVINOS E A RACTOPAMINA NA DE SUÍNOS, BEM COMO A LAVAGEM DAS CARNES COM DIÓXIDO DE CLORO SÃO ACTUALMENTE PROIBIDAS. NO QUADRO DO NOVO TRATADO ESSA LEIS SERÃO "AJUSTADAS", PERMITINDO A INTRODUÇÃO NA UE DESSES PRODUTOS, JÁ INTENSAMENTE USADOS NOS EUA.

SAÚDE

Em 2012, Paulo Portas, falando ao congresso americano, afirmou que "*existem diferenças entre Portugal e outros países em crise financeira*" e sublinhou a *"determinação do governo português em cumprir as regras*". Em 2011 Cavaco Silva foi recebido por Barack Obama na Casa Branca, onde numa declaração conjunta se afirmou: *"estamos determinados em aprofundar ainda mais o nosso relacionamento, discutimos formas de maximizar o trabalho da Comissão Bilateral Permanente entre Portugal e os EUA, que promove a cooperação em áreas tão diversas como defesa e a segurança, a educação, os intercâmbios de ciência e tecnologia, a revitalização económica, justiça, assuntos internos, e o desenvolvimento dos Açores. Também notámos que nos últimos anos, as parcerias entre Universidades portuguesas e americanas têm desenvolvido a pesquisa avançada em áreas como a engenharia, as tecnologias de informação e a medicina, e comprometemo-nos a promover estes relacionamentos no futuro"*.

As corporações portuguesas têm já acordos bilaterais com corporações e universidades americanas. A LIlly Portugal, corporação farmacêutica americana, está em Portugal a vender os seus produtos ao mesmo tempo que realiza campanhas com a Sociedade Portuguesa de Diabetologia. Num contexto em que o livre acesso a cuidados de saúde se torna, pelos custos inerentes, impeditivo para um número crescente de portugueses, é certo que através do TTIP a situação irá piorar. A privatização da saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS), é um dos objectivos explícitos do documento, seguindo o exemplo americano onde o modelo é essencialmente privado e deixa milhões sem acesso a cuidados de saúde.

Em cima: **Acção num silo de areias betuminosas. O processo de extração de crude "não convencional" é altamente poluente.**
Em baixo: **Manifestação no centro de Lisboa contra o TTIP, organizada pela plataforma Não ao Tratado Transatlântico no passado dia 11 de Outubro.**

CLÁUSULA MODO 4

Uma das principais interessadas no acordo é, por exemplo, a multinacional agro-alimentar Monsanto. Entre outras vantagens, passará a poder defender os seus "interesses e empreendimentos" agrícolas em Portugal tal como já acontece noutros locais do mundo, recorrendo a empresas de segurança privada como a Academi (antiga BlackWater) que emprega mercenários e protege as suas explorações pelo mundo fora. Dentro da cláusula "Modo 4"do acordo, é permitida a circulação livre de trabalhadores temporários através das fronteiras. Isto é, permite que uma corporação estrangeira que venha a Portugal realizar trabalhos por uma semana ou um mês traga consigo trabalhadores não registados no País. A cláusula não se fica por aqui, pois permite também que empresas subsidiárias de países terceiros estabelecidas nos Estados parceiros, ou empresas de fora dos EUA e da UE, mas estabelecidas num Estado membro, possam fornecer trabalhadores. Foi precisamente isso que a Mohave Oil and Gas fez este ano em Portugal. Para os trabalhos de perfuração do poço de gás natural em Alcobaça, trouxe cerca de 50 trabalhadores de várias nacionalidades e de vários pontos do mundo, para trabalho temporário, já que em Portugal não existem trabalhadores classificados. Com o TTIP, este tipo de movimentações é normalizada, significando isto que se possam empregar trabalhadores sem sujeição à legislação laboral dos locais de destino, dando carta-branca a empresas dos mais variados sectores (com especial incidência no agrícola) para gerirem a sua for-

ça de trabalho à margem de leis nacionais e tenham uma autêntica via verde para se deslocarem. Nesta lógica temos por exemplo os empregados sazonais, trazidos por multinacionais para trabalhar na agricultura, em condições de "semi" ou real escravatura, como acontece nos Olivais irrigados pelo Alqueva.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

O acordo poderá ter também o condão de tornar qualquer cidadão num potencial ladrão, ou pirata, culpado de plágio ou violação de direito de propriedade intelectual por, por exemplo, copiar e utilizar conteúdos da internet, de discos ou Cd's, no processo legitimando a criação de uma rede de vigilância violadora dos mais elementares princípios de privacidade e liberdade de expressão. Pode-se tomar como exemplo mediático o caso de Kim Schmitz, fundador do site de partilha de ficheiros Megaupload, detido na Nova Zelândia por violação de direito de propriedade intelectual, devido à lei americana conhecida como ACTA (Anti-Counterfeiting Trade Agreement). Os EUA pressionam para que exista no TTIP, um capítulo sobre a propriedade intelectual, que proteja empresas da pirataria, o que estimularia o crescimento económico e nesse sentido querem inserir as estipulações da ACTA – que foi rejeitada pela UE em 2012, por violar o direito à privacidade e liberdade de expressão dos cidadãos europeus – no TTIP. Em última análise, se for ratificado, o acordo transformará os servidores da internet em polícias, ao serviço dos grandes interesses privados, já que estes poderão vigiar o conteúdo e actividade dos seus clientes.

LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO

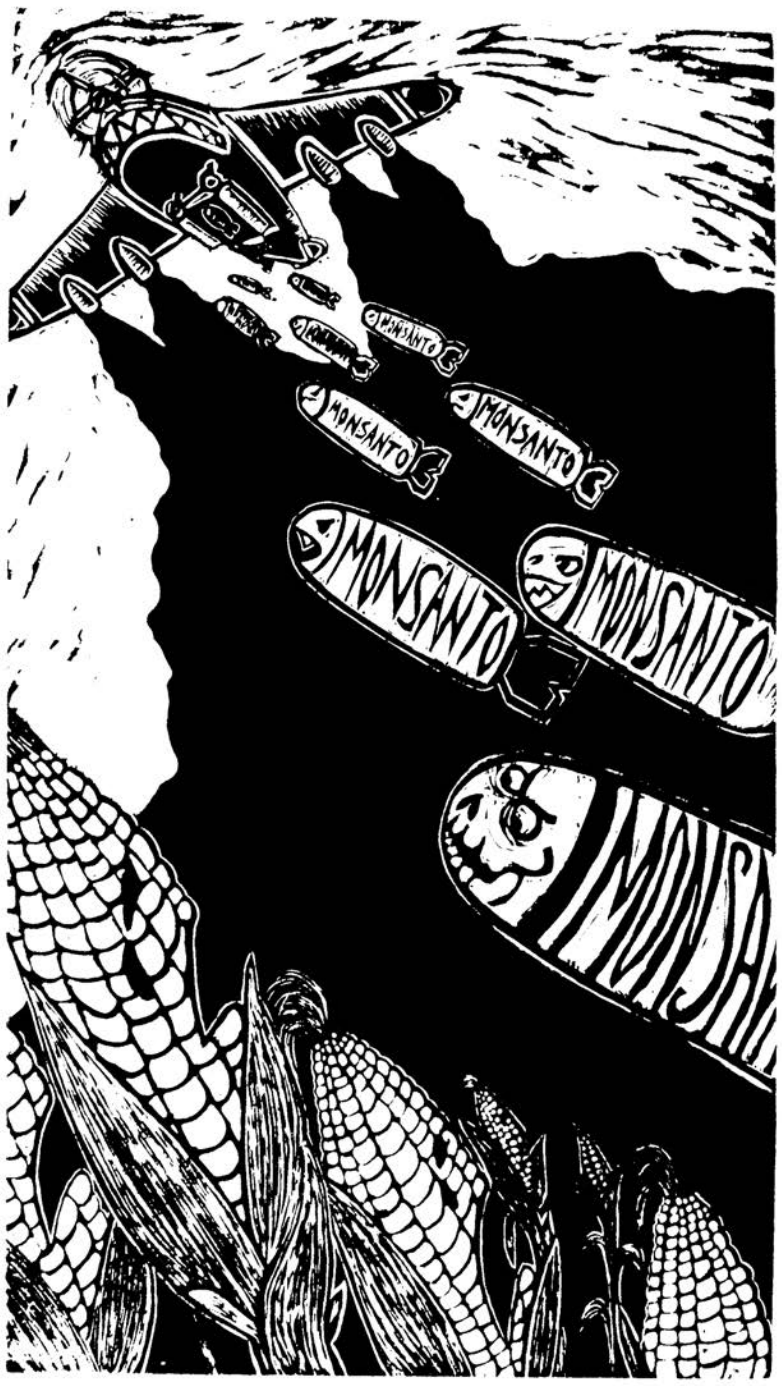
O acordo irá também afectar o sistema financeiro promovendo uma ainda maior "liberalização" (traduzida em mais desregulação e maior opacidade) do sector bancário e finança.

Casos como o do BES, um banco "*too big to fail*", ("demasiado importante para deixar" cair em tradução livre) serão consequentemente mais prováveis e ainda mais difíceis de evitar, já que as mudanças exigidas pelo acordo vêm enfraquecer a capacidade reguladora, de vigilância e intervenção do Estado nomeadamente pela remoção ou alteração de leis que actualmente ainda oferecem alguma protecção aos cidadãos.

Isto vem ao encontro do que já acontece. Com o Reino Unido à cabeça, a UE promove maior liberalização no mercado e dos serviços financeiros, através da remoção de leis nacionais que actuem como um entrave ao crescimento de lucros, à revelia do interesse e direitos das populações. Com este acordo a liberalização dos mercados decorrente na UE não só continuará a avançar, como será radicalmente acelerada. Causa directa do acordo será inevitavelmente o aumento da impunidade e inimputabilidade, jurídica e real, dos bancos e agentes económicos em relação à legislação nacional. Isso será possível, por exemplo, criando regras que condicionam ou anulam a aplicação dos regulamentos financeiros nacionais, favorecendo o fluxo de operações financeiras e movimento de capital através e para além da esfera atlântica, o que abrirá aos bancos "too-big-to-fail" o caminho para o "Business as usual".

Tudo isto levará a que quantias astronómicas de dinheiro circulem livremente, sem controlo, pelo Atlântico e dele para o sistema global, já que os mecanismos de controlo existentes neste momento sobre transacções, bens, serviços, *royalties* e dividendos, serão condicionados na sua actuação ou em alguns casos deixarão simplesmente de existir de forma efectiva. O fluxo de capitais para paraísos fiscais ficará de vez fora do alcance da lei. Foi este processo, (que o acordo acelerará), que, em última análise, levou a Grécia a ser obrigada a hipotecar o seu futuro para pagar aos seus credores: os próprios Bancos que promoveram a sua ruína. Portugal e Espanha também já foram processados por privados no caso da falência da Afinsa (Espanha) e do Fórum Filatélico (Portugal), no qual milhares de investidores terão sido burlados. A receita de desregulação apresentada no acordo, modelada como é na experiência e características do sector financeiro americano, é, como consequência, semelhante à que nos trouxe a crise financeira global de 2008, despoletada pela falência do banco americano Lehman Brothers.

Essencialmente, o acordo visa enfraquecer os mecanismos de protecção e regulação dos estados em favor do capital e corporações, vender ou hipotecar o património comum e empresas públicas, levando nesse processo, o pouco que ainda resta de serviços públicos (Águas de Portugal e Energias), da saúde e protecção social anulando todos os direitos que lhe são inerentes. Será a normalização da corrupção, dos negócios duvidosos e práticas comerciais e económicas injustas em detrimento das condições sociais no geral.



O "monstro" Monsanto é uma das principais coorporações interessadas no tratado, desta forma poderá defender com maior facilidade os seus "interesses e empreendimentos" agrícolas em qualquer país da UE.

Para se ter uma ideia do impacto futuro do TTIP basta olhar para os efeitos do acordo NAFTA (acordo tripartido entre os EUA, o México e o Canadá: um processo semelhante, mas menos ambicioso) nos países que o ratificaram. Começando mais a norte, temos a destruição de boa parte do tecido industrial americano (e de muitas comunidades que dele dependiam), deslocalizado inicialmente para o México e depois para regiões com condições salariais e laborais ainda mais vantajosas (como a Ásia). O congelamento ou diminuição de salários, a perda de poder de compra, o aumento da pobreza e desigualdade e claro, o colapso parcial ou total das instituições públicas perante o poder das corporações. Muitos destes sintomas foram partilhados pelo Canadá mas os efeitos mais dramáticos foram sentidos a Sul, no México. Para um país mais frágil, o acordo trouxe a devastação do pequeno comércio e agricultura mexicanos, com um violento aumento da pobreza extrema e fome e consequentes vagas de emigração de milhões de mexicanos (para os EUA predominantemente) enquanto privatizações a preço de saldo consumiam a insuficiente rede de protecção social e o património público. Isto por sua vez permitiu a expansão desmesurada do poder dos cartéis, (que por estes dias enchem páginas e ecrãs), cujas fileiras engrossaram à custa do desespero de tantos e que, impulsionados pelo implodir das instituições e graças à famosa "War on drugs" (Guerra às drogas) americana – que injectou desde então no México biliões de dólares (do contribuinte americano) em subsídios e equipamento que acabaram divididos entre elites corruptas e cartéis – se transformaram em autênticos Estados dentro do Estado.

O MAIOR PROBLEMA COLOCADO POR ESTE TRATADO É QUE ELE REPRESENTA UM RÁPIDO E DECISIVO PASSO PARA A PERDA FORMAL E EFECTIVA DO PODER, DA INDEPENDÊNCIA LOCAL E AUTONOMIA DAS POPULAÇÕES.

No pólo oposto, a 1 de Janeiro de 1994, no próprio dia em que entrou em efeito o NAFTA, o EZLN (*Ejército Zapatista de Liberación Nacional)* em resposta ao acordo, declarou guerra ao Estado Mexicano em defesa dos direitos e interesse das populações, contra o que consideravam ser um governo ilegítimo que não mais os representava, dando início a uma experiência de revolta comunitária que dura até hoje.

É esta, sinteticamente, a herança da NAFTA. Resta dizer que genericamente, nos três países signatários, os milionários tornaram-se bilionários e as fileiras dos mais pobres não mais pararam de engrossar. Podemos desta experiência e do que já vai acontecendo, inferir algo acerca do que se passará na Europa caso o TTIP avance. A UE, através da directriz (2011/0437 (COD)), prepara a privatização das águas na Europa. Uma possível visão daquilo que poderá acontecer é-nos dada pelo caso de Paços de Ferreira, onde o preço da água subiu 400%. (Este e outros casos podem ser seguidos em aguadetodos.com).

EM OPOSIÇÃO

Em Portugal a plataforma Não ao Tratado Transatlântico (www.nao-ao-ttip.pt) acompanha as movimentações políticas e corporativas sobre o acordo Transatlântico.

No passado dia 11 de Outubro uma acção a nível europeu teve lugar juntando diversos grupos da sociedade civil, sindicatos, agricultores e activistas com o objectivo de parar as negociações do acordo. Nesse mesmo dia assinalava-se o dia internacional contra o fracking. As acções espalharam-se por toda a Europa. Em Portugal a Plataforma Não ao TTIP organizou uma acção inserida no evento internacional no Rossio, Lisboa. Alem desse encontro a plataforma têm mantido regularmente acções de informação e sensibilização.

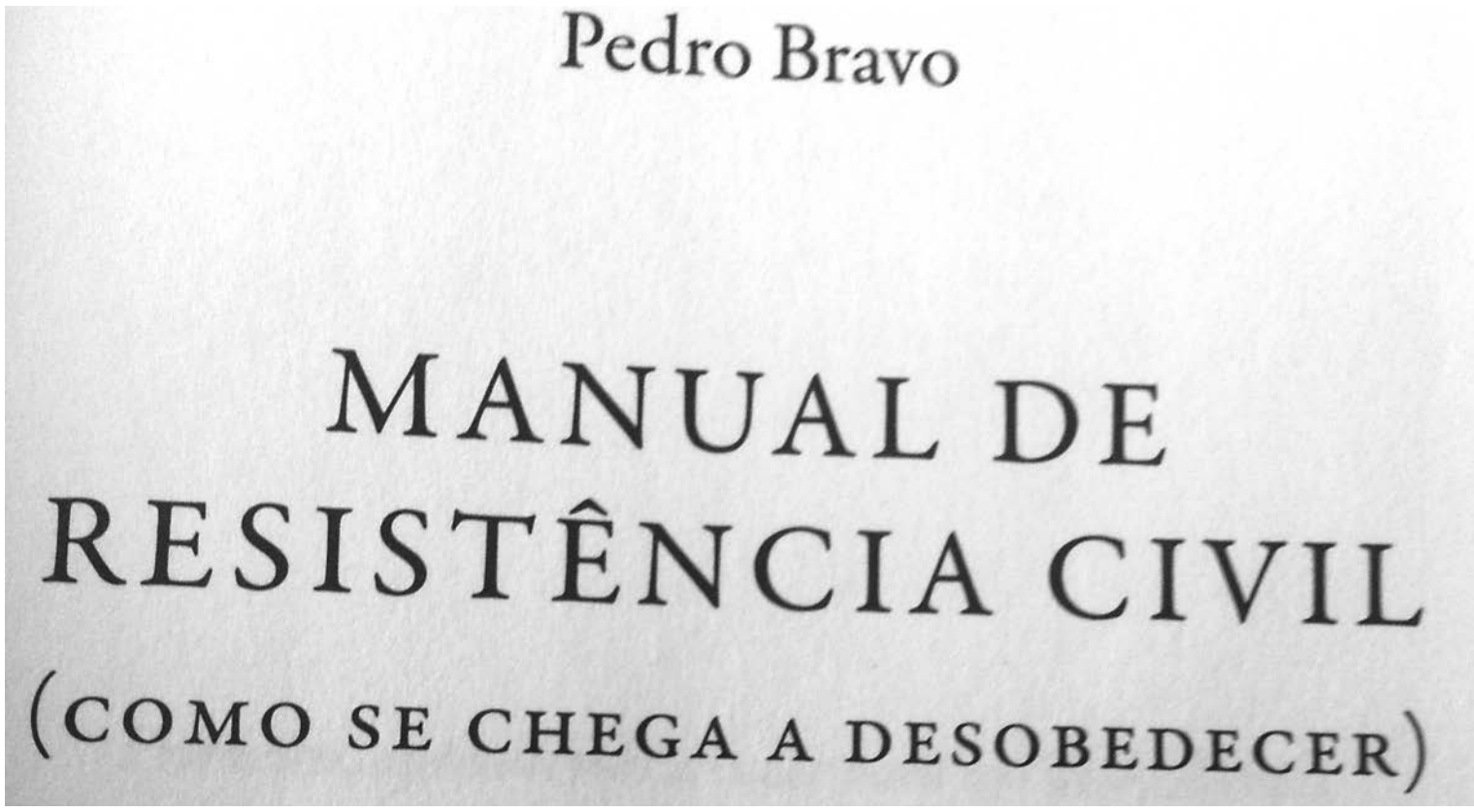
O TTIP e as suas implicações levantam muitas questões sobre o futuro dos Europeus e do mundo. Existe, no entanto, uma delas, porventura a essencial, que, por trazer mais questões ainda, é de difícil trato. A extrema comercialização de todos os aspectos da vida social e individual, que o pacote de medidas acarreta é, de facto, um passo muito concreto para a instauração cada vez mais coerente de uma nova ordem que canibaliza o todo social como modelo de negócio. Modelo esse que é em última análise partilhado por toda e qualquer grande empresa neste mundo.

No entanto, o modelo puramente Estatal e regulado (visto de qualquer ponto do espectro político) não pode ser a única proposta que se lhe oporá. Os diferentes Estados na Europa funcionam hoje como extensões e instrumentos das corporações formando uma grande corporação hegemónica, que, como se de uma grande empresa se tratasse, coloca em posições estratégicas, espalhadas nas suas sucursais, os representantes do grande poder económico.

O maior problema colocado por este tratado é que ele representa um rápido e decisivo passo para a perda formal e efectiva do poder, da independência local e autonomia das populações. De facto, se pouco poder de decisão temos hoje sobre como é governada a Saúde, sobre o nosso modelo de desenvolvimento económico, energético e de produção alimentar, o tratado vem formalizar e acelerar essa tendência que, sob a alçada das políticas estatais, já se impunha.

Num contexto de colapso ecológico e crise social globais, um tratado como este é, (para além de uma demonstração de refinado sadismo), para uns quantos, uma grande cereja no topo de um já enormíssimo bolo, mas não pode deixar de ser também uma oportunidade para que, com organização, determinação e solidariedade se comece a reclamar esse mesmo bolo que é de – e chega para – todos.

"Nos tribunais, não se transforma a sociedade, nem as suas classes: renova-se o sistema, conservando-lhe a dinâmica produtiva."



Pedro Bravo é autor do "Manual de resistência Civil", livro editado em 2014 pela editora Letra Livre. As suas 92 páginas disponibilizam-nos um manual com o qual poderemos fazer frente aos tribunais e às forças policiais e aos seus permanentes abusos de poder, de autoridade e demonstrações de despotismo. Para além disso o Manual traz-nos uma visão lucida sobre as rusgas policiais, os assassinatos de jovens em bairros sociais, a repressão policial e, mais que isso, a violência de um sistema judicial, social e político que, sob o título de democracia, se assemelha cada vez mais à mais dura das ditaduras.

As rusgas policiais, como a última num bairro da Amadora, parecem estar a tornar-se cada vez mais megalómanas (200 agentes e o tanque blindado da cimeira da NATO) e banalizadas pela comunicação social. Qual a legitimidade com que a polícia pode sequestrar um bairro inteiro, tratando qualquer pessoa como suspeita, revistando até crianças?

Os cercos policiais de bairros de trabalhadores pobres não são uma novidade e o carrossel mediático precisa de novidade constante para se substituir ao frenesi da vida… pois não nos podemos esquecer que temos a polícia que a actual classe dominante deseja, organiza e arma.

Contudo, nos termos da lei, o pedido de identificação, a revista de uma pessoa, a sua detenção, tem sempre de decorrer de um juízo fundado de suspeição da prática de crimes, ou seja, essa suspeição deve ter por base algo concreto, real, que deve ser demonstrável, explicável, justificável. Então, o que se passa nesses casos: os habitantes de determinado bairro ficam todos sob suspeita, são todos suspeitos em razão do território, pela cor da pele, pela origem social? O tráfico de estupefacientes é invocado a toda a hora, uma bela fachada para a repressão! Ora, o dever ser da lei dir-nos-ia que tal é inaceitável. Só que há que saber que essas acções não vêm da cabeça de um oficial mais abrutalhado da força policial, mas que emanam de uma linha de comando, de uma hierarquia que tem no topo, tutelando e exigindo, o ministro da administração interna, ou seja, têm uma dimensão política, estão ligadas a uma determinada composição do poder, à repressão que o mantêm em exercício, nem que seja à pancada.

Todavia, no jogo democrático de um Estado de direito, há um espaço de acção e responsabilidade pessoal que tem de ser preenchido, sob pena desse espaço se contrair e apertar na realidade. Se há que saber como agir no caso concreto, exigindo a observância da lei, compreendo como é difícil, sozinho, isolado, fazer frente à força da ordem.

Os riscos são sobejamente conhecidos. Daí a necessidade das pessoas se organizarem nos bairros, nos prédios, nas ruas, para resistirem individual e colectivamente, em comunhão de esforços, recorrendo aos instrumentos que a lei ainda disponibiliza a todas as pessoas que vivem nesta sociedade. Mas tem de ser uma organização direccionada para a acção, para a resistência quotidiana, incessante e imparável! Quem não está farto de estudos ou de petições na assembleia da república que só servem para demonstrar à classe dominante como está errada moralmente, que é uma coisa que ela leva muito a peito, como se sabe…

Assim, conhecer a lei, aprender a invocar os direitos, a reconhecer os deveres e os limites de acção dos agentes policiais, é por demais importante, pois desenvolve no indivíduo a consciência da sua posição real e ficcional, digo, do dever ser da lei, nesta sociedade. Na verdade, quem conhece os deveres e os limites legais dos órgãos de polícia criminal e é confrontado com a sua sistemática violação, não pode deixar de produzir o desejo de transformar a vida em sociedade.

Já o recurso aos tribunais, melhor dizendo, ao ministério público, e apresentar queixa-crime contra os agentes policiais, contra o comando policial, exige um outro grau de participação no sistema, mas o pior é não fazer nada. Na verdade, recorrer aos tribunais pode constituir uma lição extraordinária sobre a realidade do sistema, sobre a moral vigente nas instituições. Pois a função judicial não é tanto técnica como moral e, por isso, este sistema tem um lugar de virtude, que parece, por vezes, fazer recuar minimamente a opressão, ainda que extemporaneamente, compensatoriamente.

Mas têm de se organizar! Mesmo para se queixarem, para recorrer a tribunal, façam-no conjugando esforços, económicos e logísticos, nem que seja por uma questão de prova. Por exemplo, quando um bairro é cercado, as saídas controladas, as pessoas indiscriminadamente identificadas e revistadas, se for só uma pessoa a dizer que "aquele agente chamou-me ao lado, exigiu que me identificasse, revistou-me em plena rua, ofendeu-me na minha integridade física e moral e mandou-me embora" será sempre a palavra dessa pessoa contra a do agente.

Mas se forem todas as pessoas que passaram naquela rua e viveram a mesma situação já se torna diferente em termos de prova, da sua força e credibilidade. Por isso, a organização é necessária, disso não tenho dúvida nenhuma, nem que seja para os níveis mais básicos da resistência: um contra um não funciona.

No último verão, polícias e jornalistas tornaram-se obcecados com encontros de adolescentes, os famosos *meets*. No encontro que esteve na origem de tudo, no C.C. Vasco da Gama, a polícia agrediu vários jovens, incluindo uma mulher grávida. Já dois jovens (negros) sem quaisquer antecedentes foram condenados, com uma procuradora do M.P. a assegurar que "não há racismo em Portugal". Perante esta cumplicidade entre a polícia e os tribunais, será possível nestes casos esperar alguma justiça pela via judicial?

Desde logo, do que é que se fala quando se invoca a noção de justiça na produção social? É que não se julgue que se trata da mesma coisa quando a classe dominante ou os estratos intermédios falam de justiça, ou quando as classes subalternas falam de justiça. Por muito que se encontre um substrato linguístico ou base de significação comum, não dizem a mesma coisa concretamente. Portanto, parece-me que será pouco relevante quando se tenta alicerçar numa noção de justiça o discurso contestatário sobre a produção social: as classes e as suas fracções não dizem o mesmo quando usam a mesma palavra, dado que não se trata do mesmo conceito. Assim, se estamos à espera que haja algum rebate de consciência da classe dirigente, o melhor é fazer outra coisa.

Por outro lado, não se trata de cumplicidade entre polícias e tribunais, mas do funcionamento em distintos níveis do mesmo sistema. Nesse sentido, há que perceber que as polícias funcionam como uma máquina de corte, elas interrompem o fluxo histórico, social e económico, que depois o ministério público cristaliza, fragmenta e empacota em acusações ou arquivamentos, enquanto os tribunais penais funcionam como máquinas de fluxo, restaurando a produção social e transformando a

MANUAL DE RESISTÊNCIA CIVIL
Pedro Bravo
Letra Livre, 2014

dinâmica do movimento interrompido numa punição ou absolvição. Neste sistema é uma visão do mundo que se protege e declara sobre a vida do arguido.

Depois, o sistema criminal realmente produtivo não está montado para admitir habitualmente acusações a agentes policiais. É claro que o dever ser do sistema diz-nos o contrário, mas a realidade impera. Já tentaram apresentar uma queixa-crime contra um polícia numa esquadra de polícia, com as dificuldades que se levantam sendo, por vezes, até rejeitado o exercício desse direito de queixa? E quantas vezes não é o agredido constituído arguido no processo criminal e julgado como tal? Ainda assim, este sistema reconhece um conjunto de direitos e garantias processuais que permitem uma defesa judicial com algum grau de eficácia. Mas, entendamo-nos, tem de haver uma cultura de resistência, uma prática quotidiana, consciente, esclarecida, organizada, pois o sistema não se supera a si mesmo, ele só se renova a si mesmo.

Quando vemos casos de investigação criminal que envolvem comissários do poder económico, digo, envolvendo políticos no activo ou na reciclagem do comentário, e altos quadros da administração pública, é o sistema a renovar-se, a revelar o seu lugar de virtude, mas conservando sempre toda a estrutura de poder e dominação. Nos tribunais, não se transforma a sociedade, nem as suas classes: renova-se o sistema, conservando-lhe a dinâmica produtiva. A luta tem de ser política e cultural, assumida como controvérsia bélica.

Apresentas no teu livro uma análise clara e simples do caso do Rúben, o jovem morto pela polícia em Março de 2013, na Bela Vista, Setúbal. Em poucas linhas explicas por que é que os agentes policiais teriam de ser alvo de inquérito por homicídio qualificado. Em Junho desse ano, outro jovem de um bairro pobre da Amadora foi torturado numa esquadra e morreu um mês depois devido a lesões cerebrais. Também este caso careceria de um inquérito? E qual a possibilidade de responsabilizar os agentes pela morte do jovem?

O enquadramento jurídico de um caso não delimita o lugar da verdade, mas uma possível interpretação de factos ao abrigo da lei. Em tribunal, não se digladiam somente interpretações da lei, mas, acima de tudo, a interpretação de actos, de intenções, de culpa, de intensidades, ou seja, o juiz, na sua apreciação da prova, que é sempre um fragmento do real, define a realidade admissível e, ao fixá-la, exprime, nos melhores casos em linguagem técnico-jurídica, toda a sua concepção moral do gozo e da vida em sociedade.

Ora, não importa discutir de que classe provêm os juízes e os procuradores da república quando são educados, escolhidos e formados para produzir a verdade do sistema, delimitada e protegida pelos valores dominantes da propriedade, do modo de produção capitalista e suas contradições aparentes, uma verdade sustentada pelos equilíbrios e desequilíbrios das relações de poder. Talvez isto ilumine o espaço da tua pergunta, ainda que não lhe possa responder em concreto, implica muitos factores que desconheço.

Mas, tortura numa esquadra? E a pessoa torturada morre na sequência das lesões produzidas pela tortura? No discurso do dever ser do sistema, isso seria abominável, mas, para ser realidade produzida pelo sistema, tudo vai depender da elevada composição da prova, isto é, do preciso recorte judicial da realidade. Para o discurso do dever ser do sistema, qualquer notícia de tortura numa esquadra ou praticada por agentes policiais deveria ser imediata e profundamente investigada.

Mas o que é que posso dizer mais?

Que explicação encontras para a dissonância entre aquilo que são as Leis, a Constituição, e o exercício do direito, no contexto português?

Há um grande desconhecimento sobre quais são os direitos e garantias consagrados na Constituição e nas leis do Estado. *É indiferente, pois eles fazem o que querem*, é o que se ouve dizer tantas vezes. Mas não é verdade. Sem consciência desses direitos pessoais, políticos, económicos, culturais, sem o conhecimento das imposições programáticas para o exercício do poder político, os espaços de liberdade e vida, que, apesar de tudo, esta democracia ainda admite e reconhece, entram em contracção por força de qualquer governação dedicada a servir a acumulação de poder e riqueza numa classe ínfima de gente.

Se nada fizermos, ou se prosseguirmos o caminho de indignação político-partidária ou de um sindicalismo elementar, receio que tais direitos, tais espaços de liberdade e vida, se tornem definitivamente um exercício de retórica.

Creio que quem tenha uma leitura romântica da Constituição está a falhar completamente o alvo, pois essa leitura só pode constituir indivíduos atrasados na sua produção do desejo de transformação social.

A Constituição é o fundamento jurídico do poder realmente constituído, o poder de Estado, onde os direitos, liberdades e garantias, funcionam como valores-limite da organização social para o modo de produção capitalista, para a produção e consumo de mercadorias como o nervo da vida. No entanto, estes direitos, liberdades e garantias, se exercidos e exigida a sua observância pela organização das forças, permitem o desenvolvimento mínimo da consciência política, de uma visão do mundo, das condições em que se vive e luta, da realidade da sobrevivência diária, pois guarda um espaço de resistência à repressão e à ofensa daqueles mesmos direitos, ainda que seja um espaço para o desenvolvimento virtuoso do próprio sistema. Se desejamos outra vida quotidiana e outra produção social, há que saber que o sistema tem horizontes muito limitados, como se existisse uma rede de comandos jurídicos que são insuperáveis dentro do sistema.

Seja como for, repetido, esta democracia ainda oferece um espaço de organização das pessoas, reconhece espaços de debate e associação, que devem ser gozados e preenchidos se alguma vez se quiser superar a organização social vigente e de algo modo tomarmos o domínio da nossa própria vida. Mas aí, entramos noutro campo de actividade.

"Em tribunal, não se digladiam somente interpretações da lei, mas, acima de tudo, a interpretação de actos, de intenções, de culpa, de intensidades, ou seja, o juiz, na sua apreciação da prova, que é sempre um fragmento do real, define a realidade admissível e, ao fixá-la, exprime, nos melhores casos em linguagem técnico-jurídica, toda a sua concepção moral do gozo e da vida em sociedade."

Na tua opinião, o que é que pode estar na origem da apatia ou falta de motivação que se vive actualmente em Portugal, para não existir uma resistência alargada à degradação das condições de vida que o poder político e financeiro tem imposto ao país?

Se quero acreditar que ainda não foi dada a última palavra sobre a vida em sociedade, a actual organização social parece produzir maquinalmente a indiferença e inacção, ao mesmo tempo que desvia a produção do desejo por meio de uma falsa consciência da falta, de uma necessidade permanente em constante insatisfação. Ora, isto não é uma metáfora, mas algo real e concreto.

Todas as sociedades produzem em massa um tipo humano predominante, produto das relações de força e poder, das hierarquias vigentes, da moral, das rotinas e repetições da vida de todos os dias, etc. Ora, esta produção social, ao contrário do que se pensa, não visa produzir indivíduos, mas uma aparência de individualidade revestida, transitoriamente, na propriedade e no consumo de mercadorias, uma vida desmultiplicada em mil fragmentos ilusórios e sem relação entre si, mas mercantilizados até mesmo na solidão.

A indiferença não é só o estado afectivo do desinteresse, alienação ou conformismo, mas é também a incapacidade de discernir o diferente, o perturbador, o abominável. Também a inacção não é só o "deixa andar", o baixar de braços, mas também a gestão da indignação dentro do jogo democrático realmente praticado, uma assunção de impotência para mudar a realidade em que se faz a vida. Dentro deste jogo, não transformaremos a vida, o mundo. .

Assim, no plano político, na perspectiva da classe dominante, não tenho dúvida que uma das formas de produzir a indiferença e a inacção é desenvolver um discurso técnico sobre a realidade em que vivemos e de o desenvolver nos aparentes limites da economia, num incessante mantra de modelos de crescimento e produtividade, de taxas de lucro e tendências dos mercados. Pois, sem se poder caracterizar a realidade no interior do discurso dominante, como é que se pode produzir o desejo de a transformar? Por outro lado, o ruído permanente da informação decomposta é outra das formas maravilhosas de educar a indiferença, a inacção, numa sucessão de eventos espectaculares que logo se desintegram para serem rapidamente substituídos… Mas isto são banalidades.

As classes dominantes da história sempre usaram os instrumentos que tinham à sua disposição para sujeitar as classes dominadas, o que é estranho, ou talvez não seja assim tanto, é que as classes dominadas não se sublevem, nem compreendam que, sendo o grande número, se podem sublevar: o poder da classe dominante precisa da colaboração das classes subalternas para ser exercido e gozado.

Creio que se aprende, pouco a pouco e desde crianças, a gozar a miséria, a submissão, o sofrimento, a resignarmo-nos a eles, a aceitá-los como uma inevitabilidade da anatomia, da organização histórica das sociedades, da suposta natureza humana, e assim acaba-se a desprezar a vida, a única que temos e teremos, a vendê-la na sua força e inteligência, na sua electricidade vital, para meramente sobreviver, como se a simples duração do corpo fosse uma vitória… aliás, chega-se a um ponto tão nauseante que até se julga que a única forma de gozar a vida é da forma destrutiva, mesquinha e parasitária dos membros da classe dominante.

Bitcoin: as ilusões do preciosismo técnico

JÚLIO SILVESTRE
JÚLIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

No início de 2014, a organização do Boom Festival anunciava que os bilhetes do evento poderiam ser comprados em Bitcoins. Habituados ao movimento de milhares de pessoas que por ali passam durante o Verão para assistir ao festival, os habitantes e produtores locais de Idanha-a-Nova terão ficado indiferentes. Provavelmente nunca tinham ouvido falar em dinheiro virtual...

Meses depois era inaugurado em Lisboa o primeiro multibanco para câmbio de Bitcoins. O Banco de Portugal (BdP) antecipou-se num comunicado, alertando os consumidores para os riscos das moedas virtuais, ausentes de qualquer supervisão ou regulação por autoridades do sistema financeiro. Isto numa altura em que a actualidade informativa era ainda marcada pela falência do Banco Espirito Santo e seus activos tóxicos, transformados em banco "mau". Terão sido profícuos os conselhos do BdP, durante o desenrolar de mais um episódio de comprovada idoneidade institucional e financeira.

Sobre os perigos desta nova moeda tinha já aludido um conhecido político de esquerda, referindo-se ao "pesadelo" dessa "velha ideia nova", salientando ser imprescindível uma autoridade responsável pelo sistema monetário. Contrapunha assim as famosas características da Bitcoin, nomeadamente a "criação" de moeda pelos próprios utilizadores e a sua independência face a qualquer entidade central.

Das moedas virtuais que proliferam actualmente na internet, a Bitcoin é a mais popular. Aquilo que começou com uma experiência de programadores, depressa veio a ser o tema de moda de analistas financeiros e economistas. O leque de simpatizantes é de tal modo abrangente que inclui activistas, investidores, empresários e entusiastas da ficção científica. O mesmo acontece com os críticos, que já apelidaram a volatibilidade desta moeda como a "vingança de Keynes"[1].

DOS PRIMÓRDIOS À BOLHA ESPECULATIVA

Em 1992, Timothy May, autor do manifesto cripto-anarquista[2], organizou um encontro para debater as questões técnicas e políticas sobre as ameaças à privacidade na internet emergente, como era a tentativa do governo norte-americano em restringir o acesso a ferramentas criptográficas [3]. No fim do encontro, os participantes[4] comprometeram-se com a defesa da privacidade no mundo digital. Este compromisso passou a incluir a possibilidade de transacções comerciais anónimas e a criação de criptomoedas. Seguiram-se algumas propostas para a sua implementação, como o B-money ou o Bit-gold.

A Bitcoin foi concebida em 2008 por Natoshi Sakamoto[5], a partir de um artigo científico publicado numa lista de discussão sobre privacidade[6]. Neste artigo é descrito um sistema de transacções electrónicas e uma moeda digital que dispensa a mediação de instituições financeiras. Pouco depois começou a ser desenvolvido o software que viria a implementar os algoritmos e os protocolos necessários ao seu funcionamento. A rede Bitcoin começou a funcionar em Janeiro de 2009 com o lançamento open source (código aberto) do primeiro software cliente, permitindo a qualquer utilizador fazer parte da rede e efectuar transacções através da sua carteira virtual (Bitcoin Wallet), ou participar no processo de "emissão" de Bitcoins. As primeiras foram geradas pelo próprio Natoshi Sakamoto.

Pelo que é conhecido, a primeira transacção envolvendo bens tangíveis foi a compra de duas pizzas [7], no valor de 10.000 BTC. Nos tempos seguintes, à medida que o software era aperfeiçoado, o número de utilizadores aumentava. Surgiam também as primeiras empresas de câmbio como a Mt. Gox, sediada no Japão. Na Dark Web[8] aparecia o SilkRoad, um dos primeiros sites para comercialização de produtos ilegais[9] fazendo uso da moeda.

No início de 2011, a Bitcoin movimentava uma economia que ultrapassava um milhão de dólares e a sua cotação equiparava a do dólar. Com o seu valor a aumentar aparecem também as primeiras notícias de extravios, como consequência de falhas de segurança encontradas no sistema. Durante esse ano e no auge da polémica entre a Wikileaks e o governo norte-americano, a rede Bitcoin foi utilizada para transaccionar donativos destinados à Wikileaks, furando o bloqueio económico levado a cabo por instituições financeiras como a rede VISA, MasterCard, PayPal e Western Union.

No início de 2011, a Bitcoin movimentava uma economia que ultrapassava um milhão de dólares e a sua cotação equiparava a do dólar. Com o seu valor a aumentar aparecem também as primeiras notícias de extravios, como consequência de falhas de segurança encontradas no sistema.

Em plena crise Cipriota, a negociação do resgate entre o governo de Chipre e a Troika previa, entre outras condições, o congelamento e a taxação de depósitos bancários acima dos 100.000 euros. Isto terá assustado aqueles que estavam habituados a ver Chipre como um paraíso fiscal ou um oásis para a lavagem de dinheiro. A procura de soluções coincidiu com a compra massiva de Bitcoins, fazendo saltar a sua cotação de 80 para 260 dólares nos primeiros dias de Abril de 2013. A afluência de negociantes foi de tal ordem que os servidores da MT. Gox ficaram fora de serviço, no que se pensava ser um ataque DDoS[10].

Com a detenção do suposto dono do Silkroad, acusado por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, a Bitcoin começa a ganhar a atenção dos média internacionais. Nas buscas deste processo, o FBI apreende 174.000 BTC, passando também a fazer parte da "aristocracia Bitcoin". Este evento não terá tido impacto substancial na flutuação dos preços de câmbio, que, mesmo assim, continuavam instáveis. Após declarações favoráveis à moeda por um representante do Banco Central da China, a Bitcoin atinge um dos picos históricos da sua cotação, chegando aos 1075 dólares por unidade. Meses mais tarde, o governo chinês decide proibir a utilização da moeda pelos bancos, voltando o preço a cair abruptamente.

A LÓGICA FINANCEIRA DOS BITS

A crise financeira global, iniciada em 2007, confirmou a dissonância entre a economia real e o sector financeiro, aumentando a desconfiança nas políticas económicas dos governos e nas decisões dos bancos centrais. Este contexto de débito, incerteza e austeridade incentivou a procura de alternativas ao sistema monetário oficial. A ideia de uma moeda para uso comum, que não seja manipulável por políticos e banqueiros, inspirou Natoshi Sakamoto na concepção da Bitcoin, substituindo a crença nas instituições financeiras e nos governos pela crença na transparência técnica dos algoritmos e da informática.

De forma simplificada, o sistema Bitcoin consiste num "caderno" digital de registos, designado por Block Chain (cadeia de blocos), onde são anotadas todas as transacções, bem como as quantidades de dinheiro virtual que cada utilizador possui. Esta informação é replicada por todos os nós que constituem a rede P2P (peer-to-peer[11]) do sistema. As Bitcoins são "criadas" como recompensa pelo processamento disponibilizado para verificar e registar de pagamentos, num processo competitivo conhecido por "mineração" (mining). A resolução de um "desafio" matemático adicional, de elevado esforço computacional, selecciona o destinatário das novas

ATM Bitcoin (multibanco) instalada no centro comercial Saldanha em Lisboa. Estas máquinas têm-se multiplicado por vários paises desde Outubro de 2013, data em que o primeiro equipamento foi instalado em Vancouver, no Canadá.

moedas emitidas. À medida que a cadeia de blocos vai crescendo, mais dificil é a resolução do desafio, o que simula a dificuldade de extracção atribuída aos metais preciosos. Isto deu origem a uma novo negócio especializado que requere cada vez mais electricidade e investimento em tecnologia de ponta.

As transacções da Bitcoin são públicas, mas dos seus utilizadores apenas se conhece um endereço gerado por técnicas criptográficas[12]. Esse é um dos objectivos das criptomoedas, a garantia de anonimato aos seus utilizadores, permitindo o comércio e a circulação de valores, evitando restrições legais. Esta característica tanto pode favorecer o multimilionário habituado aos paraísos fiscais, como a cooperativa[13] de produção e consumo sobrecarregada de impostos e fiscalizações. Escusado será dizer que aqueles que actualmente criam riqueza não são os mesmos que escondem milhões em paraísos fiscais. O interesse no anonimato e a usurpação do conceito terá levado o banco JP Morgan a solicitar uma patente em 2013 sobre um sistema anónimo de pagamentos, funcionando através da Internet, com características recuperadas da tecnologia presente nas criptomoedas. A patente foi entretanto rejeitada.

A Bitcoin tem no seu desenho uma interpretação económica específica. Ao ser estabelecido um limite na oferta, que não poderá ultrapassar 21 milhões de unidades, ela é concebida como um bem de natureza "escassa". Este factor e o aumento progressivo da dificuldade em "gerar" novas unidades fazem da Bitcoin uma moeda deflaccionária. Isto fomenta a acumulação de moeda e a sua concentração, resultando em perdas de liquidez que a tornam inviável como meio de troca. Assim os produtores de bens e fornecedores de serviços são prejudicados, e os investidores favorecidos. Terá sido esta uma das razões que levou à criação da Freicoin, uma outra criptomoeda baseada na mesma tecnologia, mas que inclui no seu algoritmo uma taxa de oxidação, segundo os criadores, para prevenir os interesses usurários e facilitar a circulação.

Natoshi Sakamoto define o seu invento como "um sistema de transacções electrónicas que não depende da confiança". Desta afirmação deduz-se que o código e os algoritmos passam a assumir o papel da lei, cuja função é garantir o cumprimentos de contratos, assegurar direitos de propriedade e regular a circulação do dinheiro. Este conceito de governo é o mesmo que está presente nas moedas convencionais, só que neste caso é o software a definir o que os utilizadores podem ou não fazer. Nesta perspectiva, a tecnologia P2P serve para fomentar uma forma de capitalismo "distribuído", e não um sistema de crédito entre pares, baseado na confiança.

Muitos dos seus entusiastas vêem a Bitcoin como uma moeda "neutra", sujeita apenas aos algoritmos e à lógica de mercado, independente do Estado. Isto baseia-se numa fantasia originada nos manuais da ortodoxia económica, segundo a qual o dinheiro como relação e mercadoria surgiu naturalmente da necessidade em agilizar a troca directa e ultrapassar o problema da "dupla coincidência de necessidades". Esta perspectiva não passa de um mito. A emissão de moeda e o uso generalizado do dinheiro tornou-se dominante nas sociedades em que o Estado passou progressivamente a regulamentar toda a vida social e económica.

A CRIPTO-REVOLUÇÃO PARIU UM RATO?

A História recente mostra-nos que grande parte do dinheiro investido na Bitcoin tem como objectivo explorar as flutuações do seu valor, procurando lucros fáceis e rápidos. A utilização da moeda é em grande parte motivada pela especulação, e não pela troca de bens e serviços. Se entretanto sobreviver às bolhas especulativas, na melhor das hipóteses permitirá reduzir os custos das transacções financeiras e diminuir a intermediação dos bancos, aproximando-se de um sistema alternativo de pagamentos. Para esta previsão aponta também o facto de a rede MasterCard ter reclamado recentemente a patente sobre um carrinho de compras online que inclui a possibilidade de pagamentos em Bitcoins.

As criptomoedas são uma implementação específica de um conjunto de tecnologias abertas, de acesso público, que não representa todas as suas possibilidades. As redes distribuídas, o software livre, a criptografia, poderão ser ferramentas úteis para facilitar a gestão de cooperativas, LETS (Local exchange trading system) ou sistemas de crédito, como é o exemplo do Ripple ou do CES (Community Exchange System). Este último foi mantido durante anos por um único programador, e alberga actualmente mais de 600 projectos que incluem LETS e Bancos do Tempo. Cada grupo ou comunidade gere as características e o funcionamento da sua moeda, baseada no crédito e na interdependência dos seus membros.

A Bitcoin, por outro lado, baseia-se numa sofisticação técnica, abstraída de qualquer comunidade real. O seu potêncial de mudança não representa mais do que uma falácia, e em nada altera os fundamentos do modelo económico vigente, ou os privilégios dos seus principais beneficiários. É necessário encontrar outras formas de pensar a economia, não como ciência separada da vida, mas como manifestação desta num todo indissociável. Só a construção de relações de confiança entre indivíduos e entre comunidades nos libertará da autoridade dos bancos, dos governos ou das regras impregnadas nos bits.

Natoshi Sakamoto define o seu invento como "um sistema de transacções electrónicas que não depende da confiança". Desta afirmação deduz-se que o código e os algoritmos passam a assumir o papel da lei, cuja função é garantir o cumprimentos de contratos, assegurar direitos de propriedade e regular a circulação do dinheiro.

/// NOTAS

1 Bitcoin: el universalismo como error de diseño, David de Ugarte, El Correo de la Indias, 11-05-2014.
2 The Crypto-anarchist Manifesto, Tim May, Usenet, 1988.
3 Em 1991, o programador e activista anti-nuclear Phil Zimmerman, criou o program a informático PGP (Pretty Good Privacy), para facilitar o uso pessoal de criptografia de chave pública em emails, textos, ficheiros e directórios. O programa foi disponibilizado para download gratuitamente, juntamente com o código fonte. Pouco tempo depois, a encriptação PGP ficou disponível fora dos Estados Unidos e Zimmerman tornou-se alvo de investigação criminal por "exportação de munições". Os sistemas criptográficos, com chaves superiores a 40 bits, eram na altura considerados "munições", segundo a definição da lei americana que regulava as exportações.
4 Autodenominados Cypherpunks.
5 Pseudónimo de indivíduo ou colectivo que permanece anónimo até à actualidade.
6 Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System, Satoshi Nakamoto, The Cryptography Mailing List (metzdowd.com), 2008.
7 Bitcointalk (http://bitcointalk.org), laszio, 22-05-2010.
8 Conteúdos anónimos da web que não estão indexados nos motores de busca convencionais e só podem ser acedidos através de software especializado.
9 Entre outros, canábis, cocaína e heroína.
10 Distributed Denial-of-Service
11 Arquitectura de redes de computadores, onde cada ponto (ou nó) funciona simultaneamente como cliente e servidor, sem necessidade de um servidor central, configurando uma topologia distribuida. Este conceito passou também a ser utilizado em dinâmicas sociais.
12 Criptografia de chave pública e hashing.
13 Por exemplo, a Cooperativa Integral Catalã suporta as criptomoedas e alguns dos seus membros participam no desenvolvimento do projecto DarkWallet, que tem por objectivo incrementar a privacidade da Bitcoin.

mapa

O QUE É O MAPA: JORNAL DE INFORMAÇÃO CRÍTICA?

O MAPA: jornal de informação crítica é um projeto de informação dedicado à publicação de notícias, reportagens, investigações, ilustrações, factos e opiniões a partir de uma perspetiva livre e de claro incentivo à autonomia política, material e económica. Está, portanto, longe da esfera de influência de partidos políticos ou grupos económicos de qualquer cor ou sabor. O seu interesse são as questões emergentes da sociedade e do tempo em que vivemos e mantém o seu foco em temas e questões específicas principalmente aquelas que nos chegam de realidades locais em Portugal e no mundo. Neste sentido tenta contribuir para a criação de uma alternativa consistente aos títulos de jornais, agências, organizações e canais de informação que dominam o espaço informativo em Portugal ligados, na sua maioria, a grandes interesses políticos e económicos. É justamente na variedade e diversidade de projetos informativos produzidos individual e coletivamente que a informação deixa de ser um mercado de empresas e políticos e passa a ser uma arma coletiva de comunicação e transformação.

Neste sentido O MAPA deseja ser uma ferramenta útil na divulgação das ideias e dos debates que se desenvolvem em torno de lutas sociais, ambientais e económicas que brotam na sociedade portuguesa e no resto do mundo. Para além disso tenta ainda ser alimento para um espírito crítico ao fomentar debates e discussões sobre diversos temas e ideias.

Nas suas páginas têm presença habitual temas como as transformações do território rural como preâmbulo para o desenvolvimento da indústria turística, a violência da polícia e o controlo do Estado sobre os cidadãos, as cidades e o espaço urbano como terreno de mercantilização da vida e as políticas implementadas a nível local, a denúncia do jogo político e as máfias partidárias e as implicações ecológicas e sociais do modelo energético e alimentar na sociedade em que vivemos.

Como parte deste mapeamento tiveram já um lugar de destaque o levantar do povo brasileiro contra a Copa do mundo e os megaeventos como estratégia de transformação urbana e social, as mobilizações contra a construção da linha de Alta-tensão no Norte de Portugal, as alternativas de base ao sistema económico capitalista ou a divulgação dos episódios que na história ficaram marcados pela rebeldia e a insubmissão.

O MAPA é, na prática, um canal de comunicação mas também um território de resistência em tempos de guerra.

QUEM EDITA E COMO É EDITADO?

O projecto tem por base um colectivo editorial que se organiza de forma horizontal, assembleária e trabalha de forma voluntária com o objectivo de escrever, procurar colaborações, ilustrar, fotografar, desenhar, paginar e rever, trimestralmente, um jornal de 32 paginas em papel bem como a manutenção e publicação regular de conteúdos e actualizações on-line através do site jornalmapa.pt.

É
ca
ce
tiv
do
dis
mu
atr
de
me
É
sis

O Jornal MAPA pretende alargar o leque de lugares e projectos com acesso à edição em papel no território interior
de fazer um apelo a diversas iniciativas e projectos, com ou sem espaço físico e que tenham interesse, para que no
o jornal MAPA. O nosso interesse é chegar a projectos e colectivos de pessoas, procurando saber de espaços/associ
o MAPA disponivel na sala de leitura/biblioteca/bar. Eventuais interessados na sua distribuição local são obviamente

O envio dos jornais é feito de forma gratuita pelo que se solicita o nome do projecto/link ou descrição do mes
distribuicao@jornalmapa.pt

Jornal de Informação Crítica

ASSINA O JORNAL mapa

Campanha de assinaturas

QUE APOIO PRECISA?

O projecto conta já com 8 edições em papel e inúmeras publicações na internet e nas redes sociais tendo vindo a aumentar o número de páginas e a quantidade de conteúdos publicados.
Os custos do projeto estão centrados, na sua maioria, na impressão e posterior distribuição já que a totalidade do trabalho dos seus envolvidos é voluntária.

Por isso...

A continuidade deste projeto depende do apoio dos leitores, colaboradores e simpatizantes.

COMO E ONDE SE DISTRIBUI?

distribuído de Norte a Sul de Portugal em
fés, livrarias, quiosques, universidades,
ntros sociais de bairro, associações e coopera-
as. É deixado deliberadamente nos assentos
s transportes públicos para ser encontrado, é
tribuido ocasionalmente à porta de mercados
nicipais e feiras e passado de mão em mão
avés de uma rede de distribuição voluntária
pessoas que faz com que chegue simultanea-
nte às grandes cidades e às aldeias perdidas.
ainda distribuído por correio através do
tema de assinaturas anuais.

de Portugal e Galiza. Nesse sentido gostaríamos
s contactem para que possamos dar a conhecer
ações/colectividades onde seria possível colocar
bem vindos.

mo, endereço postal e correio electrónico para

REGISTA UMA ASSINATURA

O jornal MAPA tem uma periodicidade trimestral. As assinaturas por correio constituem uma base económica segura para a continuidade do projeto.

Para o fazer basta seguir os seguintes passos:

1. Preenche o formulário disponível em assinaturas.jornalmapa.pt ou manda um mail para assinaturas@jornalmapa.pt

2. Escolhe, de entre as modalidades, como queres pagar.

3. A tua assinatura está registada e começarás a receber na morada indicada o jornal MAPA a cada edição com uma periodicidade trimestral (4 edições por ano)

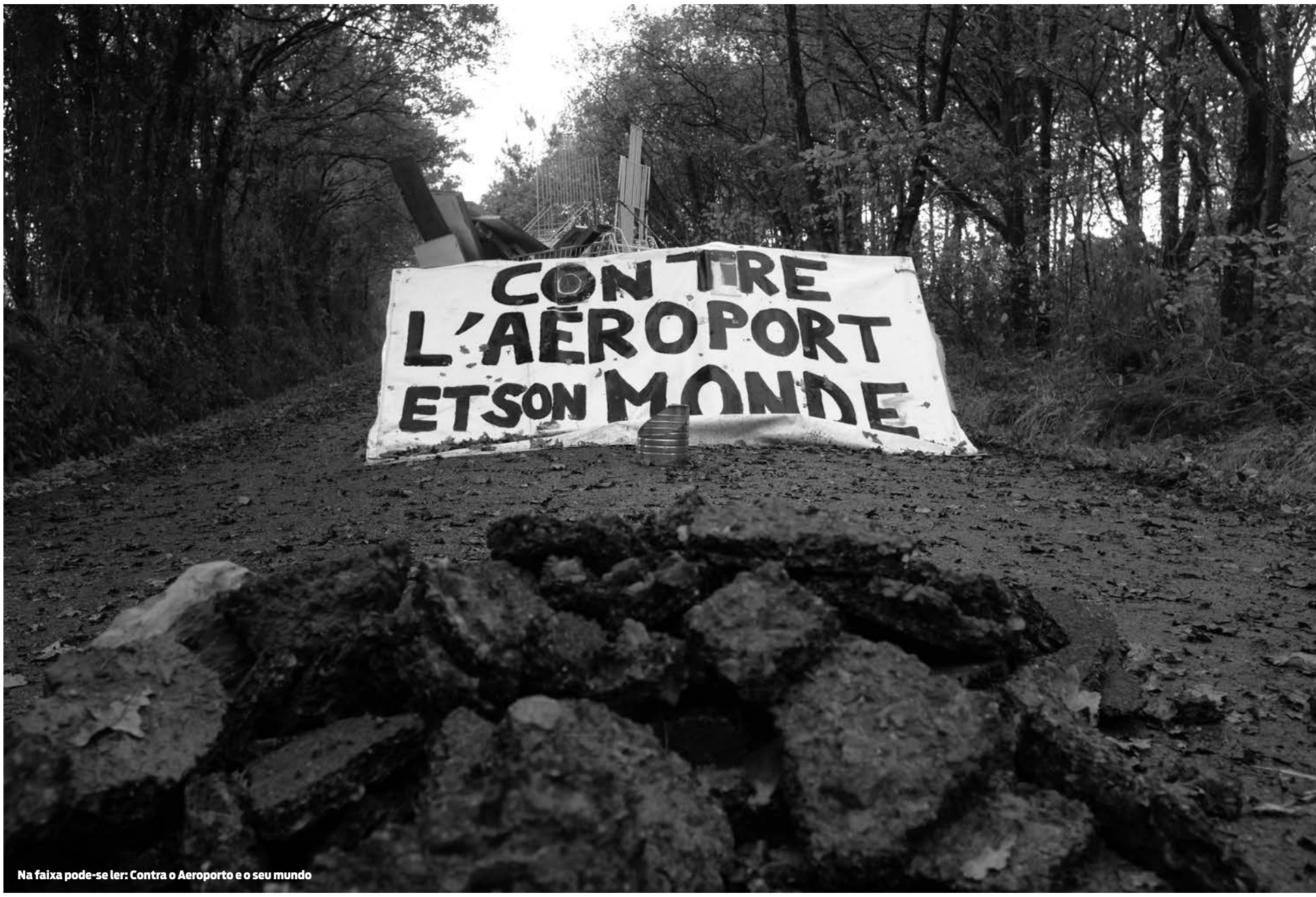
TABELA DE PREÇOS:*

Assinatura Normal:	
(Portugal) 6 números	12.5€
(Europa) 6 números	16.5€
(Resto do mundo) 6 números	21€
Assinatura Solidária:	
(Portugal) 6 números	20€
(Europa) 6 números	30€
(Resto do mundo) 6 números	40€

*Assinaturas grátis para presos

www.jornalmapa.pt

designruim.wordpress.com



Na faixa pode-se ler: Contra o Aeroporto e o seu mundo

Semear a resistência

Ocupação de terras regressa à Europa

40 anos após a reforma agrária em Portugal, 30 anos depois do início do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) no Brasil, Europa fora, volta a ecoar o grito: "A terra a quem a trabalha!".
À margem dos *media* e demais instituições, uma vaga de ocupações de terra tem varrido o continente. Reclama-se o direito à terra e a autonomia alimentar. Experimenta-se formas diferentes de viver. Luta-se contra a agro-indústria e os megaprojectos económicos. Semeia-se o sonho de um mundo para lá do capitalismo.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO

17 de novembro de 2012. O aviso soara há mais de um ano: "Se nos expulsam, nós reocupamos".

Apesar disso ninguém terá previsto um ato de desobediência civil desta dimensão. 40 mil pessoas. São famílias, são jovens de cara tapada, são agricultores da região, unidos. "Não ao aeroporto e ao seu mundo", "Agricultores sim, aeroporto não", lê-se em faixas.

Centenas de tratores carregam materiais de construção. A multidão converge para uma clareira, lugar mantido secreto até ao ultimo momento. É daí que arranca o frenesi de construção coletiva: erguem-se uma cozinha, um dormitório, cabanas, casas nas árvores, barricadas.

Estamos no noroeste francês em *Notre-Dame-des-Landes, Nantes*. A zona prevista para a construção do Aeroporto do Grande Oeste tornou-se, desde 2009, na ZAD: "Zona A Defender"[1].

São mais de 1500 hectares expropriados pelo Estado, que foram sendo ocupados por gente determinada a impedir a destruição destes campos e florestas. Já lhe chamam a maior ocupação pós-capitalista da Europa.

A 16 de outubro, 1200 agentes da polícia de intervenção, vários helicópteros e bulldozers foram mobilizados na brutal 'Operação César', destinada a por fim à ocupação. Com barricadas, casas nas árvores e armas improvisadas, os 'ZADistas' resistiram vários dias.

Hoje, é o dia da resposta: a 'Operação Astérix'. Esta enorme manifestação de reocupação é o rebentar da onda de indignação que há um mês percorre o país. "Há esse lado de Astérix contra César, de David contra Golias. Face a tanta destruição e repressão, esta solidariedade dá-te uma sensação incrível de resistência. Há gente das cidades vizinhas, de toda a França e de toda a Europa que trazem apoio e donativos. Não consegui tocar num só prego!" Quem o diz é Zou, parisiense que veio viver na ZAD em 2011 quando, após um apelo da rede *Reclaim the Fields* (Reclamar os Campos), mil pessoas de enxada em mão lá ocuparam um terreno e começaram uma horta coletiva.

A primeira colheita alimentou os ocupantes com legumes biológicos, distribuídos em mercados semanais a preço livre. A segunda veria uma parte ser contaminada por 250 granadas de gás lacrimogéneo lançadas durante o ataque policial e outra utilizada como projéteis contra a polícia.

A ocupação foi reduzida a escombros mas a solidariedade entre ocupantes, agricultores da região e pessoas de todo o país não podia ter saído mais reforçada. "Foi para muitos a primeira vez que ouviram falar de uma resistência que se faz pela ocupação de terras agrícolas. *Notre-Dame-des-Landes* mostrou que a criação de um lugar de vida e luta no próprio terreno pode ser uma forma de resistência pertinente e eficaz – que vai além de petições e manifestações", conta o jovem parisiense.

Nesta microsociedade autogerida há assembleias regulares, um jornal distribuído de bicicleta, uma padaria, uma biblioteca e até uma rádio que pirateia a frequência da rádio das autoestradas concessionadas à Vinci. A gigante francesa – dona dos aeroportos portugueses desde a respetiva privatização em 2012 e concessionária da Ponte Vasco da Gama – é a responsável pelo novo aeroporto e o inimigo número um na região. Aqui luta-se contra o avanço dos trabalhos e aprende-se a "viver em conjunto, cultivar a terra e ser mais autónomo em relação ao sistema capitalista".

"Nesta sociedade de consumo tudo é feito para que a população não tenha nenhum conhecimento da prática agrícola e deixe essa tarefa a 'profissionais' que fazem agricultura intensiva", afirma Zou. "Não ocupo porque fui expulso das minhas terras – mas precisamente porque já nascemos sem terra."

REIVINDICAR O CAMPO

Foi há precisamente 30 anos que trabalhadores rurais no Brasil começaram o Movimento dos Sem Terra, pela reforma agrária e pela justiça social. Hoje, mais de um milhão e meio de camponeses vivem em acampamentos e assentamentos por todo o país, ocupando e cultivando grandes latifúndios improdutivos.

É assim, inspirados pelos trabalhadores sem terra brasileiros e pelo movimento internacional Via Campesina, que jovens de toda a Europa, "determinados em voltar à terra e reassumir o controlo da produção alimentar", se organizam desde 2007 na rede *Reclaim the Fields* (RtF).

"Há uma longa história de lutas pelo acesso e controle da terra na Europa. É importante partilhar e dar visibilidade à grande variedade de lutas atuais", afirmam.[2]

Em novembro de 2011, mil pessoas marcharam de enxada em mão para ocupar um terreno para uma horta coletiva na ZAD, França.
Fotografia: Anne-Marie Chabod, acipa-ndl.fr

A RtF tem organizado acampamentos, apelado à ocupação de terras e apoiado a resistência contra megaprojectos em todo o continente.

Em Inglaterra, nos arredores de Londres, o coletivo *Grow Heathrow* ocupa uma série de estufas de frutas e legumes na zona onde iria passar a terceira pista do aeroporto mais movimentado da Europa, projeto de expansão entretanto abandonado, na sequência de grandes protestos populares.[3] Em *Roia Montan*, na Roménia, o projeto de uma multinacional para a abertura da maior mina de ouro a céu aberto do continente, ameaçando arruinar uma vasta zona rural, despoletou em 2013 os maiores protestos no país desde o fim do regime comunista.[4] Em Itália, cresce há 20 anos o "NO TAV", tremendo movimento de resisência à linha de TGV entre *Lyon* e Turim, pela a proteção do *Valle di Susa*. Em Colónia, na Alemanha, a expansão de minas de carvão – de onde cem milhões de toneladas de CO_2 são emitidas por ano, enquanto florestas, aldeias e campos agrícolas são destruídos – tem motivado campos de protesto e ocupações nas florestas, para travar o avanço das máquinas.[5]

Por outro lado, quer-se "criar alternativas ao capitalismo, através de iniciativas de pequena escala, cooperativas, autónomas e orientadas para as necessidades reais. Ligando a ação local às lutas políticas globais." Procurando conciliar o 'não' e o 'sim', o combate e a construção, o RtF dá voz a uma nova geração sem terra, nesta Europa em que a terra agrícola escasseia e a sua posse está cada vez mais concentrada.

Segundo dados do *Trasnational Institute* de abril passado, 3% de grandes proprietários controlam metade das terras europeias e a Política Agrícola Comum vem cavando desigualdades, beneficiando grandes empresas agroalimentares em vez da generalidade dos agricultores e da população.

NO PAÍS DOS PARADOXOS

Dois terços da terra concentrada em grandes latifúndios e dois mil grandes proprietários a receber mais fundos europeus do que 250 mil pequenos e médios agricultores: eis Portugal em duas décadas de União Europeia e Política Agrícola Comum.

No país que foi palco de uma das últimas experiências de reforma agrária da Europa – as ocupações de grandes latifúndios por agricultores começaram há 40 anos no Alentejo e terminariam depois do PREC, em 1977, com a lei Barreto, a repressão policial sobre camponeses e a devolução das terras e indemnizações aos antigos proprietários – a superfície agrícola não parou de diminuir e a concentração de posse das terras de aumentar.

Face às dificuldades de acesso à terra – invertendo as rotas do êxodo rural a decorrer desde os anos 60 – no interior desertificado de Portugal, cada vez mais pessoas – do norte da Europa, mas também das grandes cidades – encontram o lugar para experimentar uma vida mais simples e sustentável.

Muitas chegam inspiradas pelas ideias da Permacultura e da Transição. Em novembro passado, 380 pessoas, vindas de projetos de todo o país, juntaram-se no Fundão para a primeira Convergência de Permacultura.[6]

Num movimento inspirador mas fortemente despolitizado, as questões da justiça social, do acesso à terra e da propriedade mantêm-se à margem das discussões.

A badalada Bolsa Nacional de Terras, criada pelo governo em dezembro de 2012, não é mais do que uma plataforma online para promover o contacto entre oferta e procura, com uma vaga promessa de benefícios fiscais. Orientada para a grande produção, insiste em que continuem a ser só e apenas o mercado e o capital a ditar o destino das terras, saldando dois anos de existência pela transação de 45 propriedades.

É nas grandes cidades que têm surgido experiências de ocupação. No Porto, a horta comunitária "Quinta Musas da Fontinha" ocupa desde 2011 uma encosta no Bonjardim. Outrora silvado e lixeira a céu aberto, já foi entretanto alvo de uma ação de despejo e de um processo judicial.

A Horta do Monte dinamizou durante seis anos um terreno camarário abandonado na Graça, tendo inspirado várias hortas comunitárias ocupadas por toda a grande Lisboa, até ser, em junho de 2013, destruída pela Câmara Municipal.

Só na grande Lisboa já haverá mais de 70 mil hortas,[7] forçando alguns municípios a lançar programas de apoio à horticultura. Um pouco por todo lado, em terrenos deixados vazios, junto a linhas de comboio ou acessos a autoestradas, brotam verduras clandestinas por entre o betão suburbano.

RECUPERAR DO ABANDONO

"Em todos os países há imensa terra abandonada ou com uso muito pouco adequado. Faz sentido ocupar coletivamente para nos alimentarmos, recuperar os usos tradicionais da terra, proteger os ecossistemas locais." diz Guillem, que vive na Can Masdeu, centro social e terreno agrícola ocupado há 12 anos na periferia de Barcelona.

O espaço já foi um hospital para leprosos e estava há décadas ao abandono. "Recuperámos o uso agrícola mas também o uso social da terra, abrindo-a completamente ao bairro. Nas hortas comunitárias participam cem pessoas, de todas as idades e origens. Desenvolvemos projetos de educação agro-ecológica. Fazemos pão, cerveja artesanal, organizamos uma cantina popular...".

O jovem catalão faz parte de uma das redes regionais dedicadas à soberania alimentar que surgiram em território espanhol. "A conflitualidade e a mobilização por um lado, e a criação de alternativas por outro, estão a viver um momento de esplendor. Espanha tinha acumulado uma historia de resistência, uma cultura própria. Com a crise tudo cresceu e se diversificou."

Desde projetos 'rurbanos' bem estabelecidos, como as 'okupas' *Can Masdeu* e *Can Paskual*, ou o BAH![8] – iniciado em 2000 com a ocupação de terrenos agrícolas públicos, hoje alimenta 230 espaços de Madrid com base na agroecologia e na autogestão – até à

O *Testet* é uma de muitas sementes de resistência que brotaram por toda a França quando desde *Notre-Dame-des-Landes* se espalhou o slogan "ZAD partout" (ZAD por toda a parte).

ocupação de aldeias abandonadas nos lugares mais remotos do interior do país, somam-se exemplos. Só em Navarra e Aragão houve recentemente uma dezena de ocupações de aldeias, que se juntam às experiências de *Artizkuren* e *Lakabe*, ocupadas há já mais de duas décadas.

"A nós como a ti, o sistema tentou convencer de que não há outro modo de viver que não passe pelo trabalho assalariado, o consumo e a obediência da lei, enquanto somos espetadores passivos da destruição da terra. Não conseguiu. Pusemo-nos a recuperar as nossas vidas, e para isso estamos a regressar à terra e a criar alternativas coletivas. Convidamos-vos a entrar em contacto com o movimento de 'okupação' e repovoamento rural, apoiando coletivos ou criando novos projetos. Defendendo o território das garras do Estado e do mercado".

O apelo é da rede Rizoma,[9] que vem dinamizando os encontros ibéricos anuais de "Agitação e Okupação Rural" e publicando já desde 1999 o boletim *La Llamada del Cuerno*. São recentes capítulos de uma longa história, que remonta por exemplo à experiência ibérica da Federação Anarquista de Coletividades do Campo, em 1990.[10]

Por todo um país que, tal como em Portugal, sofre um grave processo de desertificação, erosão dos solos e degradação ambiental, falamos de três mil aldeias abandonadas. "Não podemos deixar perder esse património agrícola, de terraços, poços, sistemas de irrigação, moinhos", afirma Guillem.

> "Convidamos-vos a entrar em contacto com o movimento de 'okupação' e repovoamento rural, apoiando coletivos ou criando novos projetos. Defendendo o território das garras do Estado e do mercado"
>
> ● ● ●
>
> "Não ocupo porque fui expulso das minhas terras – mas precisamente porque já nascemos sem terra." afirma Zou, parisiense que vive na ZAD desde 2011

Nas aldeias ocupadas de Navarra recuperou-se o *auzolan* (ou *tornallons*), prática ancestral da ruralidade basca: alternadamente, cada aldeia organiza jornadas de trabalho comunitário – como colheitas ou trabalhos de construção – seguido de celebrações coletivas. Nestas encostas prépirenaicas cultivam-se as ideias da auto-gestão e do apoio mútuo, da educação alternativa, da ecologia social e do feminismo.

Na Andaluzia, é o SAT - *Sindicato Andaluz de Trabajadores* (herdeiro do SOC - *Sindicato de Obreros del Campo*, que fez das greves de fome e ocupações de quintas, marcas de uma forma alternativa e combativa de fazer sindicalismo) que voltou à ocupação de terras como forma de luta.

Em março de 2012, 500 agricultores ocuparam a quinta de Somonte: os 400 hectares que davam emprego a um segurança, são hoje de novo cultivados por agricultores desempregados, que exigem que a autarquia os inclua num banco público de terras.

No 1º de maio de 2013, ocuparam-se *Las Turquillas*, enorme propriedade do exército (despejada após duas semanas de resistência), *La Rueda*, propriedade do banco BBVA, e *Lebrija*. Dias depois, em *Almería*, 130 agricultores marroquinos ocupam 70 hectares de estufas de tomate, para salvar os seus postos de trabalho após a fuga do patrão.

ZAD POR TODA A PARTE

O assassinato de Rémi Fraisse em outubro passado, pela polícia francesa, trouxe para as ruas a revolta e para os *media* o exemplo de resistência na ZAD do Testet, contra a construção da barragem de *Sivens*. No Testet medra uma de muitas sementes de resistência que brotaram por toda a França quando, desde *Notre-Dame-des-Landes* , se espalhou o slogan "ZAD partout" (ZAD por toda a parte). Em *Mont-Saint-Aignan*, a norte de Ruão, ocupa-se e cultiva-se em *Les Bouillons*, uma quinta histórica comprada por uma imobiliária do grupo Auchan. Em *Dijon*, centenas de pessoas celebraram os quatro anos da ocupação de *Lentillères*, seis hectares de hortas comunitárias que tentam travar um projeto imobiliário. Em Avinhão, em abril de 2013, uma manifestação contra a construção de uma auto-estrada que poderá vir a atravessar a cintura verde da cidade, culminou na ocupação de casas e terrenos agrícolas.

E na ZAD de *Notre-Dame-des-Landes*? Hoje há mais lugares de vida e ocupantes do que antes das expulsões. Enquanto perfurações no solo e torres elétricas para o início dos trabalhos eram destruídas, surgiam novos coletivos agrícolas. O cruzamento outrora ocupado por um posto de vigilância policial, recebe o *non-marché*, um "não-mercado" semanal de produtos produzidos na ZAD.

"Tornamos fértil aquilo que eles querem tornar estéril. Lutamos contra um aeroporto poluente, mas sobretudo contra a pilhagem da Terra e a privatização da vida. Contra a agricultura produtivista europeia, os OGM e os produtos químicos. A resistência ao cataclismo capitalista passa pela independência alimentar local. Continuaremos a ganhar raízes aqui e a polinizar o resto da terra!", lia-se no apelo "Semeia a tua ZAD".

Em abril de 2013, nas vésperas da jornada mundial das lutas camponesas – assinala o assassinato de dezanove sem-terra pela polícia brasileira em 1996 – ocuparam-se novas quintas e terrenos. No traçado previsto para o eixo rodoviário de acesso ao aeroporto, plantaram-se centenas de árvores.

Já em abril deste ano, os agricultores impediram a destruição de uma quinta e forçaram as autoridades a ceder: nenhuma expulsão terá lugar até ao fim dos processos em tribunal. Acredita-se que o abandono do projeto pode estar para breve e as atenções começam a focar-se no futuro, em como manter este território libertado.

"Se queremos realmente experimentar em agricultura, se o objetivo é a autonomia alimentar, é preciso pensar à escala de vários anos", conta Zou, lembrando a constante "insegurança sobre o futuro e a precariedade legal e material" no contexto de uma ocupação. No entanto, ocupar permite "experimentar sem qualquer custo de aluguer da terra, sem a pressão de ter de prestar contas a alguém."

Sobre a ilegalidade das ocupações, Guillem é perentório: "De que legalidade falamos? A legalidade atual é a estabelecida para manter o *status quo* por uma elite que constrói um mundo à sua visão: onde tudo se mercantiliza, não se tem em conta os limites da natureza, não se vêm as desigualdades sociais crescentes. É a legalidade que possibilita e legitima a pobreza, a fome e a destruição ecológica."

"A ocupação põe em causa uma base de toda a nossa sociedade: a propriedade como valor supremo", conclui Guillem. "O direito à propriedade não pode prevalecer sobre o direito a satisfazer necessidades básicas. Num tempo de crise civilizacional, estas experiências não pretendem ser um modelo ou uma receita, mas exemplos de que se podem fazer coisas de outra maneira. São como sementes que antecipam o futuro."

/// NOTAS

1 Ver ZAD, mais do que uma luta contra um aeroporto, Jornal Mapa, março 2013
2 reclaimthefields.org
3transitionheathrow.com/grow-heathrow
4 rosiamontana.org
5 hambachforest.blogsport.de
6 convergenciapermacultura.wordpress.com
7 http://goo.gl/qyPygs
8 Bajo el Asfalto está la Huerta!, bah.ourproject.org
9 Red Rizoma Tierra y Libertad, colectivosrurales.wordpress.com
10 Ver revista Alambique nº5, primavera 2013.

Camponeses sim, Aeroporto não

JONAS

Rojava: Guerra e Revolução

TEÓFILO FAGUNDES
TEÓFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

A BATALHA DE KOBANÊ

O Estado Islâmico (EI) entrou definitivamente no léxico de toda a gente, graças à campanha militar com que tem conquistado e ocupado território no Iraque e na Síria. Um projecto de poder que escolheu a religião para se legitimar. O califado que diz querer fundar, se visto ao pormenor, é um território abundante no que são as riquezas da região: petróleo, gás, água. Terreno a partir do qual se pode fazer muito dinheiro, dominar as maiores reservas petrolíferas da área e controlar os rios Tigre e Eufrates a partir da Síria e do Iraque, ganhando um poder brutal sobre quem viva a jusante desses pontos.

Nos últimos anos, a diminuição da precipitação e o aumento dos desvios de água reduziram o fluxo desses rios em cerca de 40%. A seca de 2007-2009 e as consequentes más colheitas terão sido uma das faíscas da guerra civil síria ao criarem desequilíbrios sociais, com agricultores a tornarem-se refugiados e os preços dos alimentos a subirem em flecha.

O cantão de Kobanê, região curda no norte da Síria, encostado ao Eufrates quando este entra nesse país, fica no caminho do EI. Mais do que os outros dois cantões curdos, Afrin e Jazira. Também por ser da zona em que existe 60% do petróleo sírio, terra de oleodutos, e por estar em cima da auto--estrada Raqqah-Ayn Arab (Kobanê)-Jarablus que se assume como a única via livre para levar reforços de Raqqah, a capital do EI na Síria, para as suas tropas em Aleppo.

Desde a sua instauração, em 2012, a região autónoma democrática de Rojava (o conjunto desses três cantões) tem sofrido um duro bloqueio económico e uma forte pressão militar, acima de tudo por parte da Turquia, talvez numa tentativa de fazer o projecto autonómico falhar.

Para além do bloqueio, tem existido, desde há dois anos, um forte assédio por parte de grupos como a Frente Al Nusra e o Estado Islâmico. O mais recente ataque do EI a Kobanê e a actuação da Turquia perante essa ameaça de massacre não são mais do que o seguimento lógico do passado recente. O papel turco e a acção titubeante do Ocidente no apoio aos combatentes curdos só não foram completamente dramáticos pela excelente capacidade das milícias, compostas por curdos e curdas oriundos e oriundas de territórios da Turquia, Síria, Iraque e Irão, a maioria guerrilheiros experimentados na longa guerra do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) contra o estado turco.

O EI voltou a Kobanê em força, de facto. Com dezenas de tanques e artilharia pesada de fabrico estadunidense, capturados às forças iraquianas, ameaçando matar ou escravizar toda a população. Contra estas armas e contra três frentes de ataque, as forças de defesa desta região autónoma curda (cerca de 10% da população, ou seja, toda a que não se refugiou) barricaram-se na única cidade desse cantão, a que lhe dá o nome, e lutam desesperadamente por esse naco de território, fazendo bastante mais do que se poderia esperar.

Sabem que a sua resistência, se estiver isolada, só irá atrasar o avanço do EI, nunca impedi-lo. Por esse motivo, não hesitaram em pedir auxílio à coligação internacional que se organizara para combater esse mesmo EI no Iraque. Mas é preciso assinalar que o que os curdos pretendem não é uma intervenção militar. Precisam de armas. Precisam que a fronteira com a Turquia esteja aberta para deixar os refugiados partirem e para que se juntem a eles todos os que querem e ficam barrados. Precisam de comida e medicamentos.

O OCIDENTE

Poder-se-ia pensar que, pela sua localização estratégica, pelo simbolismo, pela possibilidade de quebrar o alastrar do território dominado pelo EI, as forças de defesa da região iriam receber auxílio ocidental a qualquer momento. Nada disso se passou.

O exército turco mantém-se na fronteira a impedir que reforços, armas e munições cheguem aos defensores de Kobanê, ao mesmo tempo que abre poros para que

Desde a sua instauração, em 2012, a região autónoma democrática de Rojava (o conjunto desses três cantões) tem sofrido um duro bloqueio económico e uma forte pressão militar, acima de tudo por parte da Turquia, talvez numa tentativa de fazer o projecto autonómico falhar.

Mapa dos Cantões de **Afrin**, **Kobanê** e **Jazira**, criados na zona de Rojava (Curdistão Ocidental) depois da retirada do exército de Assad

jihadistas a atravessem. De facto, apenas sob uma enorme pressão interna e internacional, o governo turco permitiu que 150 soldados *pershmergas* entrassem em Kobanê. E apenas a 1 de Novembro. *Pershmergas* que são, lembre-se, parte das forças de segurança do governo regional curdo do Iraque, nacionalista e conservador, alinhado com as potências ocidentais e a própria Turquia. Membros do YPJ/YPG (Yekîneyên Parastina Jine – Unidades de Protecção de Mulheres / Yekîneyên Parastina Gel – Unidades de Protecção Popular) e voluntários continuam sem conseguir atravessar a fronteira de forma legal. Para além disso, há provas irrefutáveis de ajuda material concreta ao EI, que parece cada vez mais uma extensão da Turquia no seu afã de se vingar definitivamente dos curdos. Sabe que uma vitória curda nesta batalha irá fortalecer o seu velho inimigo PKK. E acredita que cada posição que as milícias perdem é uma quebra na capacidade na mesa de negociações. De facto, parece óbvio que o EI não teria crescido nem conquistado tanto sem o apoio da Turquia.

A coligação liderada pelos EUA, por seu lado, reagiu tarde, já se disse. O cerco do EI a Kobanê começou em Julho. A coligação limitou-se a ver. Com o decorrer dos combates, a sua actuação passou a pesar no desenrolar dos acontecimentos. Calculava-se que Kobanê resistisse por pouco tempo. Com a resistência das milícias tiveram que agir, para não serem acusados de cumplicidade num massacre evitável. A questão para a lentidão é que sabem que as gentes desta parte do mundo deram à luz o poder do povo e provaram que é possível governarem-se a si mesmos sem governo, sem estado e sem dependência dos EUA, da União Europeia ou das instituições financeiras mundiais. Um projecto de autogestão que choca com os interesses estratégicos do Ocidente. E quanto mais preocupados estiverem em combate, menos se empenham na construção da sua democracia sem estado, um projecto de sociedade ecológica não subordinada ao neoliberalismo, que poderá alterar o acesso do Ocidente aos combustíveis fósseis da região.

Dum lado, uma Turquia solícita às necessidades do EI. Do outro, uma coligação internacional interessada em garantir uma presença estratégica na Síria, sob capa humanitária, mas sem vontade de auxiliar povos em fuga do modelo capitalista de organização. No meio, os habitantes de Kobanê continuam a resistir. Nos últimos tempos, com aparente sucesso, abandonando a mera defesa e passando ao contra-ataque. No entanto, se aqui a situação militar parece melhorar, há um novo perigo sobre outro enclave curdo. A Frente Al-Nusra, espécie de al-Qaeda síria, está a deslocar-se para Afrim, cantão com cerca de um milhão de habitantes.

Órfãos de líder e de modelo, com o desabar da experiência soviética, os partidários do PKK e do PYD começaram a ler artigos de filósofos, feministas, anarquistas e ecologistas sociais.

TRÊS PINCELADAS DE HISTÓRIA

Excluídos das negociações e traídos pelo Tratado de Lausanne (1923), depois de os Aliados (da Primeira Guerra Mundial) lhes terem prometido um estado próprio, os curdos são a maior etnia do mundo que não o tem. Entre 27 e 36 milhões de pessoas[1], na sua maioria muçulmanos sunitas, habitam uma região com cerca de 500.000 km². Vítimas das fronteiras forjadas pelo colonialismo, são mortos no Irão, assassinados na Turquia, gaseados no Iraque, massacrados na Síria.

Até aos anos 70, os movimentos curdos de defesa de direitos nacionais eram dominados por chefes tribais, autoridades religiosas, ou elites urbanas. Uma fase caracterizada pela ausência de um projecto de alteração sócio-económica e demasiado confiante em apoios externos. Entretanto, o rápido crescimento capitalista da região, o aumento da urbanização e da literacia proporcionaram o nascimento de novas formações políticas que desafiavam radicalmente os moldes das forças nacionalistas tradicionais, nomeadamente o PKK, na Turquia, formado por um grupo de estudantes universitários desiludidos com os caminhos da luta nacional curda dos anos 70.

Na sequência do golpe militar de 1980, que levou o exército turco ao poder, o PKK iniciou (1984) a luta armada por um estado curdo independente. Explorando a tensão geopolítica entre a Turquia (membro da NATO) e a Síria (pró-soviética), estabeleceu nesta última os seus campos de treino militar. A sua influência neste país é notória e reflectiu-se no rápido crescimento do seu aliado local, o PYD (Partiya Yekîtiya Demokrat - Partido da União Democrática), nascido em 2003.

O fim da guerra fria levou os Assad, primeiro o pai, Hafiz, e, depois o filho, Bashar, a aproximarem-se do Ocidente. Ao mesmo tempo, a intensificação da via militar do PKK fez a Turquia aumentar as ameaças de intervenção armada se a Síria não deixasse de dar abrigo à liderança desse partido e aos seus campos de treino. Assad fechou esses campos e expulsou o líder do PKK, Abdullah Oçalan, que foi, consequentemente, capturado no Quénia pelos serviços secretos turcos, com a ajuda da CIA, a 15 de Fevereiro de 1999.

Grupo de milicianas do YPJ (Unidades de Protecção de Mulheres)

UM NOVO CICLO

Órfãos de líder e de modelo, com o desabar da experiência soviética, os partidários do PKK e do PYD começaram a ler artigos de filósofos, feministas, anarquistas e ecologistas sociais. A partilharem espaços e convivências há décadas, os curdos sabiam, pela experiência na Turquia, que nada se podia esperar do mercado. E, pela vivência na Síria, que o estado pouco mais tem para dar.

Terá sido nessa tentativa de procurar alternativas ao capitalismo e à experiência soviética que Oçalan chegou a **Bookchin**[2] e que outros chegaram ao zapatismo, ao feminismo, ao anarquismo[3] Reduzir as influências ao teórico do municipalismo libertário e à centralidade do líder preso do PKK é a simplificação habitual de quem não consegue ainda entender uma organização sem figuras tutelares. De quem acredita ou quer fazer acreditar que as coisas acontecem isoladamente, sem ver ecos de Seattle, Génova, Chiapas, do 15M espanhol, do *Occupy*, dos protestos no Brasil dos mega- eventos ou da própria Primavera Árabe.

A REVOLUÇÃO

A partir de 2005, inspirado pela es-

Funcionamento concreto do sistema de comunas

A Primavera Árabe chegou à Síria em 2011 e expandiu-se em pouco tempo para Afrin, Jazira e Kobanê, onde se revelou forte e eficaz, a ponto de ter contribuído de forma decisiva para a retirada do exército sírio dos cantões curdos.
Com o espírito assembleário bem presente, o povo dessas regiões, com o apoio do PYD e do PKK, formou o Tev-Dem (Tevgera Civaka Demokratîk – Movimento da Sociedade Democrática).
Com a retirada do poder sírio, a situação ameaçava tornar-se caótica e o Tev-Dem iniciou a implementação dos seus programas. Programas extraordinariamente inclusivos, mas de organização pré-estabelecida a que se adere ou não. Programas com tudo antecipadamente pensado. Em primeiro lugar, criar uma quantidade de grupos, comités e comunas nos bairros, aldeias e cidades, com o papel de se envolverem em todos os aspectos da sua sociedade: questões de género, ambiente, educação, saúde.
Hoje, estes grupos têm reuniões semanais onde falam dos problemas de onde vivem. Nas cidades, têm o seu representante no grupo principal, chamado "Casa do Povo".
As comunas foram criadas um pouco por todo o lado. Baseadas no princípio da participação directa na gestão das ruas, dos bairros, das aldeias e das cidades. São os lugares onde as pessoas com mais de 16 anos se organizam voluntariamente para falarem e procurarem soluções para os seus problemas sociais, políticos, ambientais e de segurança.
O corpo executivo desta "auto-administração democrática" é eleito pela Assembleia Popular e tem autonomia para implementar e executar as decisões da Casa do Povo. Quase metade dos seus membros são mulheres. Está organizado de forma a que pessoas de todos os géneros, nacionalidades e crenças possam participar.
Na maioria das zonas, as decisões são tomadas de acordo com os princípios do consenso. Há cuidados para que uma pessoa não domine os processos.
Das suas mãos já saiu um Contrato Social, uma Lei dos Transportes, uma Lei dos Partidos.
No Contrato Social, pode ler-se na primeira página: "as áreas de democracia autogerida não aceitam os conceitos de nacionalismo estatal, exército ou religião, gestão e governo centralizados, mas estão abertas a formas compatíveis com as tradições da democracia e do pluralismo".
Há dezenas de partidos. A maioria em oposição ao PYD, ao Tev-Dem e à auto-administração democrática. A única restrição que têm é a de não poderem ter guerrilheiros ou milícias sob seu comando.

tratégia dos rebeldes zapatistas, o PKK declarou um cessar-fogo unilateral e iniciou uma estratégia não violenta que pretendia ganhar mais autonomia regional. Nessa altura, concentrou os seus esforços no desenvolvimento das estruturas que criava nos seus territórios. O PYD procedia da mesma forma. Ambos acreditando que é possível resolver a "questão nacional" através da chamada "autonomia democrática", que envolve a rejeição do nacionalismo e que parte da ideia dum sistema de confederações autogeridas, fundado em comunas populares como órgãos base do exercício de democracia directa. Um sistema com uma grande preocupação com a igualdade de género e a protecção ambiental. A "autonomia democrática" foi a pedra de toque teórica para a formação e a administração dos cantões de Afrin, Jazira e Kobanê, na Síria (ou melhor, no Curdistão Ocidental, ou Rojava), depois da retirada do exército de Assad, no seguimento da militarização da revolução síria e do estalar da guerra civil.[4]

Um poder desaparecia e não era substituído por outro semelhante, mesmo que de sinal aparentemente contrário, como ocorre, de resto, na grande maioria daquilo a que nos habituámos a chamar de revoluções. Os curdos seguiram para caminhos novos, assentes em 4 pilares: a revolução deve começar na base da sociedade e não no topo; deve ser uma revolução ao mesmo tempo social, cultural, educacional e política; deve estar contra o poder, o estado e a autoridade; devem ser as pessoas das comunidades a terem responsabilidades na tomada de decisões. E organizaram-se em "Regiões Autónomas Democráticas" para dar corpo a uma confederação de curdos, árabes, assírios, caldeus, arameus, turcomanos, arménios e tchetchenos. Foram criadas assembleias populares enquanto órgãos decisórios. Os conselhos foram constituídos com uma grande preocupação de equilíbrio étnico. Existe um exército misto, o YPJ/YPG e brigadas feministas, a YJA Star (Yekîtîya Jinên Azad – União de Mulheres Livres – a estrela refere-se à antiga deusa mesopotâmica, Ishtar). As propriedades do regime sírio foram entregues a cooperativas geridas pelos trabalhadores. Uma democracia sem estado, antes baseada na criação de comunidades livres de autogoverno em gestão directa.

> O exército turco mantém-se na fronteira a impedir que reforços, armas e munições cheguem aos defensores de Kobanê, ao mesmo tempo que abre poros para que jihadistas a atravessem.

Uma ideia consagrada na constituição de Rojava[5], um documento verdadeiramente notável na história moderna do Médio Oriente, principalmente pelo seu enfoque na coexistência igualitária entre etnias, religiões e géneros. Ponto de partida para uma experiência colectivizadora. Uma revolução, sem dúvida. Talvez no único sentido que, hoje, verdadeiramente conta. Aquele em que se deixa, pura e simplesmente, de funcionar da forma que interessa ao poder e ao capital e se passa a organizar as coisas com base nas decisões das próprias pessoas. Um movimento aparentemente nacionalista que ultrapassou essa questão para se centrar na que realmente interessa: viver mandando na própria vida, independentemente da origem étnica, geográfica ou religiosa.

Uma revolução que não nasce duma expressão de raiva. Que não é criada por ordem superior. Que não acontece em 24 horas e não é um golpe militar ou palaciano nem um levantamento bolchevique. E que não se limita a desmantelar a infra-estrutura económica da sociedade. Antes, tenta eliminar desejos de autoridade, dos campos às escolas e às famílias. Que esbate, de facto, as diferenças entre homens e mulheres. Uma revolução que se dá na vida social, na cultura, educação, mentalidade, comportamento e pensamento. Um projecto de criação permanente de rebeldes que vivam em harmonia e em ambiente de liberdade e abertura e se acostumem a uma cultura de vida colectiva, de dar e não só receber, de confiança e desafio, de crença no trabalho voluntário e na solidariedade. Uma cultura de tu primeiro e, depois, eu.

MAS...

Pintámos, decerto, um quadro a cores demasiado suaves. Porque a paisagem real deve ser bem menos harmoniosa. Não apenas pelo clima de guerra, também pela escassez de bens para além do trigo e do petróleo, numa zona sem indústria, por exemplo. As privações, mesmo partilhadas, serão muitas. Um quadro onde, apesar de tudo, é preciso reconhecer um marcado culto da personalidade. Öcalan é endeusado em muitas zonas e o próprio, que rejeitou o estado e a autoridade, ainda não criticou os que continuam a chamar-lhe grande líder. Para além do mais, sabemos que, a esta distância, as palavras são sempre ecos relativamente distorcidos da realidade. E que esta deve ser bem mais dura do que a que transparece.

Para além disso, há aparentes contradições que despertam dúvidas. Sabendo-se que é o PYD que está por trás do movimento popular de autogestão e sabendo-se que um partido, lá como cá, é sujeito a interesses particulares, o que acontecerá se as decisões das comunidades, porventura, seguirem caminhos "errados"? E como fazer conviver estruturas com formas e naturezas diferentes como são os partidos, hierárquicos, e os órgãos decisórios que se pretendem implementar, de hierarquia invertida? Qual a importância que as lideranças do PYD e do PKK têm no desenvolvimento destas relações? Que outras forças e outras ideias podem surgir no terreno? Ou, de outro ângulo, é possível que uma revolução iniciada de cima para baixo desague numa sociedade organizada de baixo para cima?

Finalmente, há a questão da existência de uma espécie de poder dual. O sistema de comunas e um parlamento que forma um governo transitório (até à realização de eleições) no qual estão representados todos os partidos políticos e grupos sociais. A estruturação deste poder dual está ainda em discussão. Das conclusões dependem muitas das possibilidades libertadoras da experiência de Rojava.

O desenvolvimento futuro das comunas pode trazer luz a estas questões. Na melhor das possibilidades, alargarão as suas competências, deveres e poderes. Na pior, serão couto de funcionários de partidos a preocuparem-se, acima de tudo, com os seus interesses próprios.

/// NOTAS

1 Não é possível determinar o número exacto de curdos que vivem no Médio Oriente, principalmente devido à relutância dos vários governos das regiões habitadas por curdos em fornecer dados importantes.
2 A história que se conta nos meios de comunicação explica todas as alterações do PKK e do PYD unicamente através da "visão" de Öcalan. Diz-se que, na prisão, tropeçou em Murray Bookchin (escritor anarquista, percursor das ideias da ecologia social), adoptou o seu "municipalismo libertário" e, com algumas modificações, rebaptizou-o de "confederalismo democrático" e, mesmo atrás de grades, promoveu a criação do Grupo de Comunidades do Curdistão (Koma Civakên Kurdistan, ou KCK), uma experiência territorial do PKK de uma sociedade livre e de democracia directa.
3 Há, aliás, um texto que explora as semelhanças entre Rogava e Chiapas (http://roarmag.org/2014/07/rojava-autonomy-syrian-kurds/)
4 Como curiosidade, refira-se que Janet Biehl, viúva de Bookchin, tem estudado as KCK no terreno e tem escrito sobre as suas experiências do site **http://new-compass.net**. Também traduziu e publicou o livro Democratic Autonomy in North Kurdistan: The Council Movement, Gender Liberation, and Ecology (2013)
5 O texto completo da Constituição de Rojava pode ser encontrado em castelhano, por exemplo em **http://www.resumenlatinoamericano.org/?p=5926**

À espera da mãe Rússia

A guerra civil ucraniana e sua contextualização geo-política, vista por um fotojornalista que, no último ano, tem documentado o conflito que conta já com mais de 4300 mortos.

TEXTO E FOTOGRAFIAS:
WILLIAM SANDS
WILLIAMSANDS@FRACTURESPHOTO.COM
FRACTURESPHOTO.COM

Há pouco mais de um ano, aterrei em Kiev, juntando-me a dezenas de outros jornalistas que cobriam o levantamento de Maidan. O Inverno tinha chegado e os termómetros desceram muito abaixo dos zero graus. Na praça central da cidade, que dá nome ao movimento de protesto, as *babushkas* (avós em ucraniano e russo) serviam *wurst* gratuitamente, uma sopa típica de Inverno, e grupos de cossacos atropelavam-se à volta de pequenas fogueiras onde aqueciam os seus pés. A entrada da sede do Sindicato Nacional fervilhava de actividade, enquanto as pessoas esperavam ser dispensadas pelos trabalhadores corpulentos que, guarnecidos de armaduras, guardavam as portas. Lá dentro, um centro de imprensa tinha sido montado e havia uma farmácia e uma cozinha improvisadas. Lá fora, barricadas de mais de 3 metros de altura protegiam o interior do acampamento. Construídas a partir de carcaças de carros queimados, de sacas cheias de gelo e de distintas peças de metal, eram decoradas com as bandeiras dos diferentes partidos da oposição.

Na noite que antecedeu a minha chegada, os batalhões da Berkut, a força de operações especiais da polícia, tinham carregado sobre os manifestantes e feito a multidão recuar até às últimas linhas de defesa da praça. Aí, as primeiras unidades de autodefesa do Maidan, vestidas com armaduras caseiras, resistiram à polícia com pedras e paus. Dezenas de pessoas ficaram feridas e os vídeos pungentes dos ataques tornaram-se virais no *youtube*. Na manhã seguinte, uma tranquilidade tensa regressou à praça. As pessoas sentiram-se encorajadas pela vitória da noite anterior. A repressão brutal documentada nos vídeos acabou por legitimar involuntariamente o Maidan, fazendo engrossar as fileiras de manifestantes.

Situada no coração do continente europeu, a Ucrânia foi sempre um importante campo de batalha para exércitos estrangeiros rivais. Vikings, góticos, bizantinos, mongóis, polacos, czaristas, nazis e soviéticos, todos eles lutaram e morreram pelo controlo da região. Contudo, com a excepção da ocupação nazi, a Ucrânia manteve-se firme dentro da esfera de influência russa desde o reinado dos primeiros Czars. Hoje, os nacionalistas russos consideram aquela fértil estepe como pátria da sua identidade cultural eslava e da sua herança ortodoxa russa. O russo é a segunda língua na Ucrânia e o ucraniano partilha muito do mesmo alfabeto cirílico. A consanguinidade vai para além da fronteira, cimentando a ligação entre ambos os países. A nostalgia por um passado soviético idealizado continua disseminada. No entanto, é igualmente popular o ressentimento que muitos ucranianos têm pela Rússia.

A identidade nacional ucraniana está enraizada no nascimento dos cossacos, escravos que escaparam à servidão dos reis polacos e dos czares russos, estabelecendo um povoado livre nas margens do rio Deniépre. Os cossacos são celebrados pelos nacionalistas ucranianos como uma mítica nação guerreira. Enquanto derradeiros oprimidos, estes heróis nacionais lutaram pela independência do seu país através da história. Apesar disso, a expansão soviética iria eventualmente esmagar a orgulhosa identidade cossaca. Entre 1932 e 1933, Stalin é acusado de organizar na Ucrânia o "Holodomor", uma fome devastadora provocada pelo estado, que matou mais de um milhão e meio de pessoas. Durante a ocupação nazi, muitos ucranianos nacionalistas e tártaros da Crimeia foram colaboracionistas, chegando mesmo a adoptar alguns dos pilares fundamentais do nacional-socialismo alemão. Como resultado, mais de 230 mil tártaros da Crimeia foram deportados para as estepes da Ásia central como forma de castigo colectivo. Foram substituídos por pessoas de etnia russa que tinham sido deslocadas para a Ucrânia soviética para trabalhar nas indústrias florescentes.

Desde a queda do muro de Berlim e do colapso da União Soviética, os políticos ucranianos e a economia nacional foram fortemente influenciados pela ascensão de uma oligarquia regional e nacional. Estes oligarcas beneficiaram amiúde dos laços fortes que tinham com a Rússia, garantindo negócios internacionais opacos e lucrativos que reforçaram o seu poder na Ucrânia. Foi-se tecendo uma vasta rede de nepotismo, corrupção e de intimidação na paisagem política e económica da Ucrânia. Como resultado, muitos ucranianos associam directamente as políticas internacionais rus-

Situada no coração do continente europeu, a Ucrânia foi sempre um importante campo de batalha para exércitos estrangeiros rivais. Vikings, góticos, bizantinos, mongóis, polacos, czaristas, nazis e soviéticos, todos eles lutaram e morreram pelo controlo da região.

Após a queda do governo, alguns membros da oligarquia ucraniana renasceram como políticos proeminentes do Maidan, com as suas fervorosas plataformas anti-russas, e alguns nacionalistas ucranianos radicais introduziram-se estrategicamente nos novos aparelhos de segurança do país.

sas a uma gestão política e económica má, disfuncional e, frequentemente, criminosa do seu país.

Em Janeiro, a cidade-tenda que tinha visitado no Maidan meses antes tinha aumentado até o ponto de se transformar num levantamento nacional. Os edifícios governamentais, tanto municipais como federais, caíram na mãos dos manifestantes do Maidan como dominós. Em Lviv, famílias de soldados barricaram as entradas dos quartéis onde os seus filhos estavam estacionados para impedir que fossem destacados para reprimir os manifestantes. Cada vez mais activistas do Maidan iam desaparecendo, sendo os seus corpos mais tarde encontrados nas florestas à volta de Kiev.

A 19 de Fevereiro de 2014, o governo de Yanukovych deu a ordem para despejar a praça Maidan de Kiev. A acção da polícia rapidamente acabou num massacre, à medida que os atiradores furtivos do governo disparavam sobre a multidão. A sede do Sindicato Nacional, agora a sede não oficial da revolução, foi totalmente queimada. Pelo menos 110 manifestantes do Maidan e 18 polícias morreram durante os combates. A 22 de Fevereiro, o presidente Yanukovych fugiu de Kiev. Só reapareceu uma semana mais tarde em Rostov Von Don, no sul da Rússia.

Desde o Maidan, muitos jornalistas e comentadores políticos no ocidente apontaram a recusa de Yanukovych em assinar um acordo de associação com a União Europeia, que visava encorajar a integração europeia da Ucrânia, como causa para a sua queda. Havia a tendência a recuar para uma lógica de guerra fria, descrevendo a revolução da Maidan como continuação de uma luta épica entre os valores liberais democráticos e o imperialismo soviético. Os manifestantes proeminentes do Maidan e os políticos que disputavam o poder político pós-Yanukovych, eram pintados como Vaclav Havels dos tempos modernos. À medida que as inclinações neo-fascistas dentro dos grupos de auto-defesa mais eficientes eram negligenciadas, a sua significância diminuiu.

O Maidan foi uma resposta popular a anos de má gestão política e administrativa e de corrupção. Era alimentado por sentimentos anti-Kremlin e por uma identidade nacional renovada. Apesar do espírito do Maidan ter sido o de derrubar as estruturas políticas e económicas dominantes e de emancipar a Ucrânia da intervenção Russa, a revolução não podia escapar à importância histórica e geopolítica da Ucrânia.

Durante a revolução, os países ocidentais rapidamente garantiram os seus interesses políticos na Ucrânia. Enviaram políticos e diplomatas ao Maidan que apoiavam abertamente os protestos e acusavam Moscovo de intervir. Após a queda do governo, alguns membros da oligarquia ucraniana renasceram como políticos proeminentes do Maidan, com as suas fervorosas plataformas anti-russas, e alguns nacionalistas ucranianos radicais introduziram-se estrategicamente nos novos aparelhos de segurança do país. Para os falcões do Kremlin, parecia que as suas piores previsões se estavam a concretizar, a Ucrânia estava prestes a tornar-se membro da OTAN.

No Dia da Vitória, um feriado que celebra a capitulação nazi perante o exército Soviético, activistas pró-russos organizaram uma marcha na praça Lenine de Donetsk. Tinham passado meses desde a queda de Yanukovych e tropas não-oficiais russas tinham assegurado a anexação da Crimeia a Moscovo. Para desgosto dos políticos em Kiev, milhares de populares de etnia russa aprovavam a anexação num referendo informal. Em Washington e Bruxelas, haviam rumores de um possível ataque relâmpago russo a Kiev e em Donetsk havia um medo crescente de uma

A praça Maidan no centro de Kiev foi durante os primeiros meses do ano o centro neurálgico da resistência ao governo pró-russo de Yanukovych

suposta invasão nazi que estaria iminente. Na imprensa internacional, os elementos mais reaccionários do ocidente e de leste, à esquerda e à direita, pareciam definir o discurso público com as suas paranóias de uma terceira guerra mundial.

Na praça Lenine, jovens mulheres de passa-montanhas agitavam a bandeira da recém-proclamada República de Donetsk, enquanto cantavam canções tradicionais soviéticas. Uma escolta de camiões de transporte chegou e descarregou dezenas de militantes pró-russos. Membros dos batalhões Vostok e Zapad, grupos paramilitares chechenos experientes em combate e que tinham lutado conjuntamente com as forças russas na Chechênia, aceitavam afavelmente flores da multidão. A sua chegada indicava o investimento que Moscovo fez na região ucraniana de Donetsk. Também assinalava um aumento sério da capacidade de luta das forças pró-russas.

O derrube de Yanukovych e a subsequente proibição da língua russa, revigoraram a desconfiança da revolução do Maidan por parte da população de etnia russa. Sentindo-se ameaçada pelo espectro de um conflito étnico, muitos residentes do sul e do este da Ucrânia viraram-se para leste à procura de garantias. Vladimir Putin deixou claro que os seus interesses nacionais incluíam os falantes de russo da Ucrânia e o canal estatal *Russia Today* e outros meios de comunicação aliados do Kremlin, construíram meticulosamente uma narrativa para justificar a intervenção.

A proclamação da República de Donetsk é a desesperada resposta russa (juntamente à anexação da Crimeia) à intervenção ocidental em Maidan e ao pior pesadelo de Moscovo, a Ucrânia na OTAN.

Reafirmar o papel de proeminência da Rússia na economia política internacional foi sempre uma aspiração de Vladimir Putin. Para ele e para outros, o colapso da União Soviética foi uma tragédia que precisava de ser remediada. A crescente influência do Ocidente nas antigas nações soviéticas deixou uma série de guerras congeladas ao logo da fronteira russa. Nas regiões georgianas da Abkházia e da Ossétia do Sul, nos enclaves arménios de Nagorno-Karabakh no Azerbaijão e na Inguchétia na região do Cáucaso Norte, as forças russas reafirmaram-se em conflitos localizados. Com estas intervenções, Putin reinvestiu no aparelho militar do país e os seus comandantes puseram em prática e aperfeiçoaram novas estratégias para subverter os objectivos geopolíticos do Ocidente.

Simplificar a guerra actual na Ucrânia, ou como uma batalha entre os interesses democráticos ocidentais e as aspirações imperiais pós-soviéticas, ou como movimentos políticos neo-fascistas e lutas de libertação nacional, não ajuda à compreensão das verdadeiras causas desta guerra.

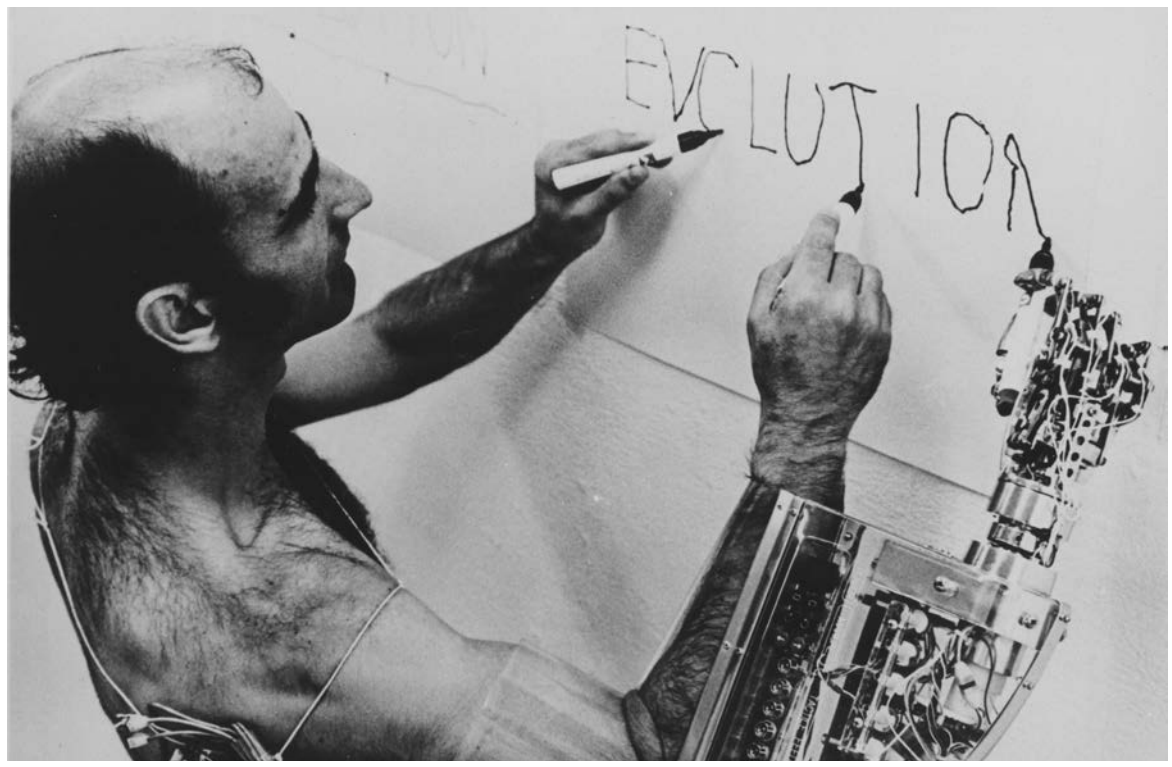
Simplificar a guerra actual na Ucrânia, ou como uma batalha entre os interesses democráticos ocidentais e as aspirações imperiais pós-soviéticas, ou como movimentos políticos neo-fascistas e lutas de libertação nacional, não ajuda à compreensão das verdadeiras causas desta guerra. Embora todas estas tendências e histórias estejam presentes no actual conflito, só através de uma exploração minuciosa das suas inter-relações complexas é que podemos encontrar uma resolução. Como em todos os conflitos, a guerra na Ucrânia tem sido destacada por momentos a preto e branco entre o certo e errado, mas é definida por um confuso e esmagador cinzento. Mais de 4300 pessoas morreram a lutar desde que o conflito começou e, infelizmente, tudo está muito menos claro agora do que quando cheguei a Kiev há pouco menos de um ano. O que é claro para mim é que são sempre os civis que pagam pelas decisões dos homens armados e de que nesses nunca importa de que lado estás.

κοινωνία

"O futuro já chegou;
mas não está uniformemente distribuído."
William Gibson

Sê tudo o que podes ser[1]

O projecto DARPA e as novas raças de super-humanos. Exércitos preparados para um futuro que já está aqui.



Joel Garreau, com o seu *Radical Evolution* (2007), tenta fazer-nos abrir os olhos para as possíveis consequências das tecnologias GRIN – Genética, Robótica, Informática e Nanotecnologia. Ao ser entrevistado no documentário francês *An monde sans humain (?)*, diz-nos que encontra sérias dificuldades em partilhar com os seus leitores a actualidade, a relevância e o alcance do fenómeno: "Se apenas 10% das investigações científicas em curso – diz – tivessem de dar resultados positivos, a natureza humana seria completamente transformada"; "Faz lembrar um tema dos livros de ficção científica, mas a linha que divide o imaginário do concreto é hoje mais subtil do que nunca": parece incrível, mas está tudo a acontecer de facto! E não é fácil responder, psicologicamente e cognitivamente, de forma adequada à "mudança exponencial", à "mutação" em acção.

Grande parte dos super-poderes dos heróis de banda desenhada dos anos trinta e quarenta já existem ou estão a ser desenvolvidos (a "visão raio-x", por exemplo, parece ter sido criada pela Camero, uma empresa israelita que afirma ter idealizado um sistema radar de forma a produzir imagens tridimensionais daquilo que se encontra entre paredes a uma distância de vinte metros, ou ainda o exoesqueleto que permite carregar pesos enormes, correr quilómetros sem fadiga ou saltar bastantes metros).

Se até agora o desenvolvimento tecnológico estava voltado para o exterior, para o controlo do ambiente circundante, hoje a sua direcção está apontada, sem mediações, para a nossa mente, memórias, metabolismo, personalidade e descendência. Os agentes deste processo histórico encontram-se difundidos de forma tentacular na sociedade civil: através da dopagem no desporto (aguardando o *doping* genético), da cirurgia plástica, das clínicas de reprodução assistida, da investigação científica institucional no seu conjunto e, por fim, de todos os consumidores de inovações *hi-tech*.

Seja como for, um dos aspectos mais controversos e inquietantes diz respeito ao poder, ao papel e às intenções dos militares. Ainda que a divulgação mediática insista na retórica filantrópica da cura das pessoas doentes ou com *handicap*, discurso que recebe o aplauso natural das pessoas, os mais sinceros profetas não excluem o advento de uma superraça "aprimorada": os primeiros candidatos são, para além dos mais ricos, o exército e as forças da ordem. O facto da tecnologia ser o volante da supremacia militar tornou-se ordem do dia da agenda das forças armadas estado-unidenses desde a Segunda Guerra Mundial, quando, através de calculadoras electrónicas, se tornou possível "simular" os efeitos de uma explosão atómica.

Ainda que não seja a única das organizações envolvidas na criação de engenheira da humanidade que vem, hoje falaremos da DARPA – *Defense Advanced Research Project Agency*. A sua sede central, na Virginia, acolhida pelo Pentágono, encontra-se próxima dos grandes edifícios da *National Science Foundation* e da *Federal Deposit Insurance Corporation*, topografia que simboliza adequadamente o entrelaçamento dos interesses científicos, financeiros e militares. No seu plano estratégico encontra-se escrito que "o *único* estatuto é a inovação radical", pesquisas de alto risco, de alto rendimento e que visam mudar o mundo. "Acelerar a gestação do futuro" é a sua razão de ser: não considerar nada impossível, desafiar mesmo as leis da física (sem falar na dos homens): nos primeiros anos da década de sessenta, J.C.R. Licklider, director das pesquisas de comando e controlo para a ARPA (progenitora da DARPA), formulou a visão de algo a que chamou *Intergalactic Computer Network*, algo que alterou desde já as nossas vidas (a Internet de hoje é o resultado transitório de uma evolução iniciada com a Arpanet, usada exclusivamente pelas instituições militares e académicas). O seu *curriculum* é conspícuo: pioneira da Internet e do correio electrónico, ajudou a financiar o rato, o sector da *computer graphics*, circuitos integrados de grandíssima escala, computadores que reconhecem a voz humana e traduzem línguas, as *workstation* informáticas, o sistema operativo Unix de Berkeley, a elaboração paralela massiva e o *head-mounted display*; foi protagonista no desenvolvimento do GPS, do telemóvel, dos sensores de visão nocturna, dos satélites meteorológicos, dos satélites espião e do foguete *Saturn V* que levou o homem à lua; colaborou na criação dos supercondensadores, células a combustível destinadas à próxima geração de automóveis, e da telecirurgia; no campo militar, todos os aviões, misseis, navios e veículos, incluindo os materiais e os processos produtivos, e tudo aquilo que tem *stealth* no nome, poderiam ter a marca "DARPA *inside*"; deu início a vários armamentos a raios, como as armas a laser, a feixes de partículas e a impulsos electromagnéticos; e às legiões de robots aéreos, terrestres e marítimos, entre os quais o drone *Predator*, que no ano 2002 foi o primeiro robot da história a incinerar seres humanos. A DARPA promove as instituições necessárias à realização do futuro por ela auspiciado e investe 90% do seu orçamento na universidade e na indústria: a NASA é uma filiação sua; o MIT, a Stanford e a Carnegie Mellon, centros académicos fundamentais no desenvolvimento da tecnologia de informação, estão unidas graças à DARPA; contribuiu para a promoção da *Sun Microsystems*, da *Silicon Graphics* e da *Cisco System*; e intervém no estabelecimento do protocolo TCP/IP, que é o fundamento da Internet.

Hoje em dia, a DARPA ocupa-se da criação de seres humanos melhorados, imunes a limitações físicas, fisiológicas, emotivas e cognitivas, capazes de comunicar apenas com o pensamento, com corpos montáveis e reparáveis, com "aprendizagem instantânea", soldados que "serão no futuro a chave da sobrevivência e do predomínio operativo" e a "nossa futura força histórica", como diz M. Goldblatt, ex-dirigente do DSO – *Defense Sciences Office* – da DARPA, pai de uma rapariga com paralisia cerebral e um entusiástico apoiante das (ameaçadoras) promessas encerradas na realização do Belle, o primeiro símio telecinético. Belle, num laboratório da Universidade de Duke na Carolina do Norte comanda, através dos impulsos eléctricos emitidos pela sua mente, dois braços robóticos situados no Massachussets.

Em Dezembro de 2013, um parágrafo do *Público* informou-nos do estado da arte desta pesquisa: uma símia, desta vez, telecomandou não um braço mecânico, mas o de uma outra símia.

O objectivo final perseguido é criar uma conexão entre diferentes tipos de inteligência, seja artificial ou humana, entre máquinas e mentes, em todo o lado (programa primeiramente denominado *Brain-Machine Interface* e posteriormente chamado *Human Assisted Neural Devices*). Poder canalizar os conteúdos de um dispositivo telemático para a mente do seu utilizador, tornar "acessível" às nossas mentes os conteúdos da *cloud* instantaneamente e, porque não, tornar acessível os conteúdos das nossas mentes! Este são os objectivos do programa de desenvolvimento de tecnologias "neuroprotéticas" promovido sob a égide da ajuda aos veteranos de guerra ou a outra vítimas de distúrbios que afectam o sistema nervoso, como os paraplégicos.

Deve salientar-se, para compreender o estado de desenvolvimento destas tendências distópicas da tecnociência, que foi através dos trabalhos pioneiros do neurólogo José Delgado que se conseguiu, nos anos sessenta, telecomandar pela primeira vez um rato (para além da estimulação motora era também efectuada a estimulação da serotonina) e, a seguir, um touro (é possível encontrar as imagens de uma corrida em cujo toureiro era o próprio Delgado com um *joystick* em vez das farpas). Num artigo de 1968, Delgado declarava: "a radioestimulação de diferentes pontos na amígdala e no hipocampo nos quatro pacientes, produziu vários efeitos, incluindo sensações de prazer, exaltação, uma concentração pensativa e profunda, sentimentos estranhos, um super-relaxamento, visões coloridas, entre outras respostas".[2]

O filósofo alemão, P. Sloterdijk, numa conferência em Roma em 2004, declarou que dentro de poucos anos servirão capacetes blindados para proteger os próprios pensamentos.

Alguns funcionários da Comissão Orçamental do Senado americano redefiniram os financiamentos à DARPA, por causa do carácter sinistro dos muitos projectos que sugerem a intenção de criar uma raça padrão de super-homens. Depois de uma breve tempestade, o sigilo sobre os financiamentos e sobre os projectos da DARPA aumentou drasticamente e a direcção do DSO é assumida por um oficial da *US Air Force*, S. Wax, e por um pediatra de fama mundial, B. Giroir, oficial sanitário na direcção da *Children's Medical Center* de Dallas, encarregado de resolver as questões éticas, sem renunciar às potencialidades do futuro e à vontade de "fazer do mundo um lugar melhor".

Depois de terminar o seu mandato como dirigente da DSO, Goldblatt passou a trabalhar com a *Functional Genetics*, fundada por S.N. Cohen, a quem se atribuiu, conjuntamente com H. Boyer, o início da indústria da engenharia genética em 1973. Os dois transformaram a medicina molecular, demonstrando ser possível inserir o DNA de um organismo nas células de um outro. O objectivo dessa companhia é remover ou desactivar os genes que desempenham um papel na propagação das doenças. Um dos seus projectos de pesquisa visa a criação de uma raça de suínos que seja imune à febre suína africana. Quando Garreau lhe pergunta se esta pesquisa "terapêutica" pode abrir o caminho para uma raça de humanos aperfeiçoados, Goldbaltt, excitado, responde: "Exacto, é algo muito parecido."

/// NOTAS

1 Slogan do exército americano, que adquire hoje uma significação nova e inquietante.

2 *Intracerebral Radio Stimulation an recording in Completely Free Patients*, Journal of Nervous and Mental Disease, Vol. 147(4), 1968, 329-340.

SADE

O LIMBO DA LÍBIDO

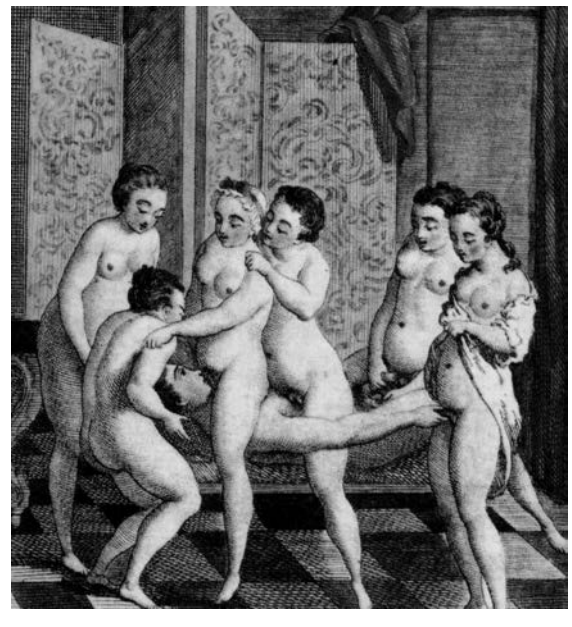
MANUEL DIAS

Há duzentos anos morria um dos autores mais radicais e contestatários da História da Literatura: Sade (1740–1814). Escritor de obra prolífera como dramaturgo, romancista ou filósofo político, é um dos mais destacados *autores malditos* de que darão conta os 27 anos de detenção em prisões e hospícios. Donatien Alphonse François, de seu nome, imprime em todas as obras uma incisiva e permanente instigação ao crime na forma como aniquila a moralidade vigente, sobretudo religiosa - à época passível de pena de morte."*Não devemos negar-nos nenhum prazer, nenhuma experiência, nenhuma satisfação, desculpando-nos com a moral, a religião ou os costumes. (…) Antes de ser um homem da sociedade, sou-o da natureza.*", afirmava. Os seus textos desafiam por negação as concepções dos principais campos filosóficos da época: o religioso e o racionalista. Propõe instituições sem leis que seriam naturalmente modelos de acções livres, anárquicas, em perpétuo movimento, em revolução permanente, imoralidade constante. "*A insurreição deve ser o estado permanente de uma república. Seria, pois, tão absurdo quanto perigoso exigir-se que aqueles que devem sustentar o perpétuo abalo da máquina fossem eles próprios seres muito morais... porque o estado imoral é um estado de movimento perpétuo que aproxima o homem da insurreição necessária, na qual o republicano deve manter sempre o governo em que participa.*", escreve. Deus e todos os princípios e dogmas da narrativa cristã são ultrajados e ridicularizados numa linguagem crua e despudorada, recheada de adjectivos corrosivos. A sua obra influenciará Nietzsche, Stirner, Freud, os surrealistas, Jean Genet e muitos outros. Conceitos como ateísmo, roubo, prostituição, incesto, sodomia, até o assassínio, são para ele institucionalizáveis. Foi preso pelos vários regimes políticos da época em que viveu: monarquia, república, consulado e império. O carácter libertino, crítico e pornográfico dos seus livros, se por um lado o apresenta como vanguardista, terá também sido responsável pela enorme confusão que com o passar dos anos se gerou em torno da vida e obra. Consciente dessa possibilidade, escrevia à esposa em 1781: "*sou um libertino, confesso; eu concebi tudo o que se pode conceber nesse género, mas seguramente não fiz tudo o que concebi e certamente nunca farei. Sou libertino, mas não sou nenhum criminoso nem assassino*". É exactamente na intersecção de ficção e realidade e na ética que erigiu, baseada numa relação identitária entre coito e crueldade, que se postula a importância e a originalidade de Sade, conhecedor das dificuldades de aceitação das suas ideias: "*Eu só me dirijo às pessoas capazes de me entender e estas ler-me-ão sem perigo.*" Mas se não existiu conciliação da vivência individual com a prática colectiva, curioso é que durante a juventude não encontremos sinais de revolta ou inconformismo, bem pelo contrário: aceita naturalmente as regras da sociedade, sendo a tal ponto obediente que não contesta o pai quando lhe impõe casamento com uma mulher por quem não revela qualquer apetência. É, portanto, a metamorfose que se torna necessário entender.

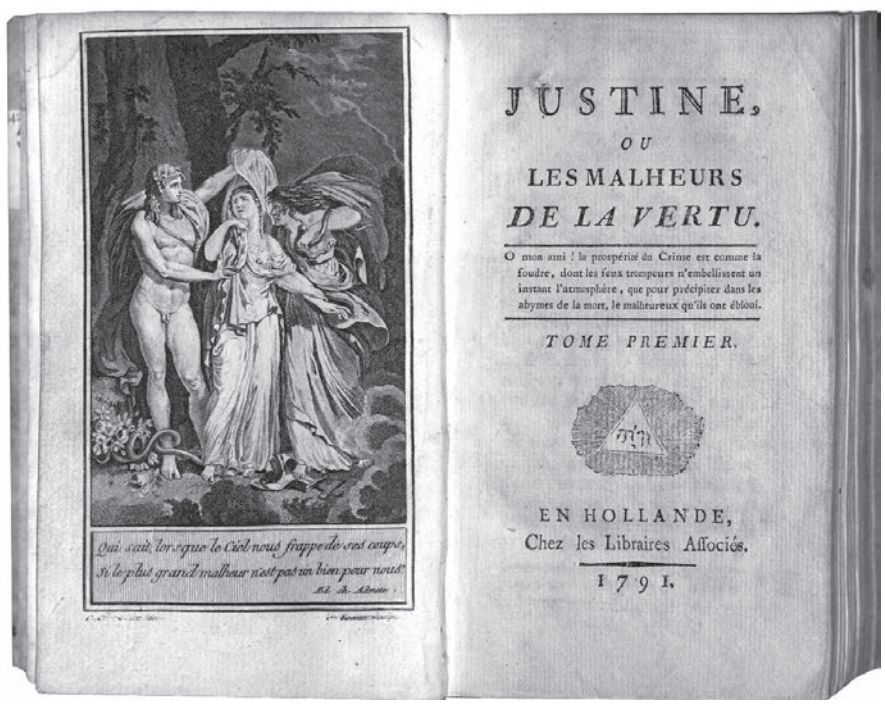
GRAMÁTICA DO CORPO E CORPO DA GRAMÁTICA.

Nasce em Paris a 2 de Junho de 1740 e estuda no College Louis-le-Grand. Quanto à infância, lamentavelmente temos pouca informação. Nada se sabe, por exemplo, da relação com a mãe, ambiente familiar ou aproveitamento escolar. *Klossowski* descreve o ódio de Sade à mãe baseando-se na obra e acrescenta: "*O fantasma sádico apoia-se num pai destruidor da própria família, levando a filha a supliciar e a assassinar a mãe*", mas tratando-se de terreno imaginário a leitura afigura-se de falibilidade possível. Em 1754 é admitido na escola de cavalaria onde progrediu até ao posto de capitão, participando na Guerra dos Sete anos. Foi desmobilizado em 1764 e obrigado pelo pai a casar-se com Renée-Pelagie de Montreuil, filha de uma família nobre com influência na corte. "*Em todos os aspectos o sadismo apresenta uma negação activa da mãe e uma inflação do pai, o pai acima das leis*", sugere Deleuze. Nessa altura assemelha-se a qualquer filho de família do seu tempo: aprecia o teatro, as artes, a leitura, frequenta *casas de meninas* e mantém uma amante. Cinco meses após o matrimónio rebenta a primeira contrariedade: é acusado por uma prostituta de a obrigar a renegar Deus e a realizar "*actos de sacrilégio*" com imagens cristãs enquanto mantinham relações sexuais. Detido, suplica ao director do presídio que os motivos sejam mantidos em segredo, caso contrário, "*estarei irremediavelmente perdido*", afirma. Solicita permissão para rever a esposa mostrando-se arrependido das ofensas e pede confessor a quem abre a alma. Será um arrependimento verdadeiro? Graças à influência da sogra, a reclusão dura menos de um mês. Depreende-se uma vida erótica com características singulares, que se iria aprimorar. Em 1766 é recebido pelo parlamento de Borgonha no cargo de lugar-tenente geral das províncias de Bresse, Bugey, Valromey e Gex. Nasce o primeiro filho, Louis Marie de Sade e encontramo-lo assumindo o papel de marido, pai, marquês e castelão, usufruindo dos privilégios que a sua posição e a fortuna da esposa garantem. Mas a personagem pública vergada às convenções está longe de o satisfazer: sente necessidade de dar aso aos sonhos. Nesse mesmo ano, 1767, morre o pai, Conde de Sade, e um ano depois dá-se o primeiro grande escândalo; a mendiga Rose Keller, atraída à sua casa de Arcueil, no domingo de Páscoa –será coincidência?- processa-o por maus tratos. Tê-la-á amarrado, chicoteado com uma corda nodosa e cortado com canivetadas, derramando cera nas escoriações, até ao auge do prazer, em que começara a "*dar gritos agudos e medonhos*", declara a vítima. Então desata-a e permite-lhe fugir nua pelas ruas. Ele confirma que experimentou o orgasmo "*como uma crise semelhante à epilepsia, agressiva e assassina como a raiva.*" Como explicar a origem deste violência? Beauvoir pretende que "*no herói sádico, a agressividade do macho não é atenuada pela comum metamorfose do corpo no prazer; nem um só momento ele se perde na sua animalidade, permanence tão lúcido e tão cerebral que, em vez de o perturbarem os seus arrebatamentos, os discursos filosóficos são um afrodisíaco.*" O outro torna-se um objecto à disposição, cuja consciência se possui através da posse da carne. E Blanchot acrescenta: "*nos heróis de Sade, o prazer da humilhação nunca altera o seu auto-domínio e a abjecção enaltece-os.*" A ideia de saber o outro gozar em conjunto impede os inefáveis encantos da dominação. O erotismo da vida real, ou imaginário, passou a ser um constante desafio intencional à sociedade, mergulhando paulatinamente no universo do crime e contrapondo o mal a todos as propostas de bondade. "*O carrasco emprega a linguagem do poder, que o desculpa e o justifica. Por isso a atitude de Sade se opõe à do carrasco. Ao escrever recusando a batota, atribuía-a a personagens que na realidade só poderiam ser silenciosas, mas servia-se delas para di-*

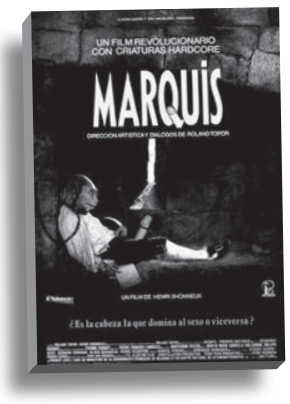
Conceitos como ateísmo, roubo, prostituição, incesto, sodomia, até o assassínio, são para ele (Sade) institucionalizáveis. Foi preso pelos vários regimes políticos da época em que viveu: monarquia, república, consulado e império.



rigir a todos os homens um discurso paradoxal.", explica Bataille, negando a possibilidade de se aliar as concepções sadianas a qualquer forma de tirania. Na voz da personagem Chigi, em Juliette, afirma: "*Não é nunca na anarquia que os tiranos nascem. Vemo-los sempre crescer à sombra das leis ou aproveitando-as.*" É a lei que torna o tirano possível e ele odeia-o. Só a ideia de um mal absoluto, Ser Supremo, pode derrubar a própria lei, superando-a em direcção à anarquia como instituição. Decidira fazer da sua intimidade uma ética singular, filosófica, ou mesmo ideológica: trata-se de mostrar que o próprio raciocínio é uma violência, que está do lado dos violentos com todo o rigor, toda a serenidade. Em carta dirigida à esposa, explica: *"Estes princípios e gostos foram por mim levados até ao fanatismo e o fanatismo é obra das perseguições dos meus tiranos. Voluntarioso, colérico, arrebatado, extremado em tudo, de um desregramento de imaginação quanto aos costumes como igual nunca houve, ateu até ao fanatismo, eis como eu sou; e repito: matem-me ou aceitem-me assim, porque eu jamais mudarei"*. Metamorfose operada e inimigo escolhido: os *tiranos* que o impediam de continuar a paixão do prazer. Obcecado pela sua força individual não é capaz de se aliar, nem à burguesia ascendente, que culpa pela opressão do povo, nem a este que lhe é estranho. Sente-se como único e sem semelhante. "*Tinha de chegar à ideia de um delírio próprio da razão. No âmago do sadismo existe o plano de sexualizar o pensamento, de sexualizar o processo especulativo como tal, como dependente do Super-Eu!*", conclui Deleuze. Um delírio da razão absolutamente dionisíaco, por oposição a toda a ética apolínea. Em 1769 nasce o segundo filho, Donatien-Claude-Armand de Sade e dois anos depois a filha, Madeleine Laure de Sade. Dir-se-ia novamente ajuizado: recebe uma homenagem da comunidade de Saumane, cuida dos jardins, lê e organiza representações de comédias no seu teatro - uma das quais de sua autoria. E, no entanto, a vida edificante parece estar-lhe vedada: em 1771 é preso por dívidas, numa reclusão de mais meia dúzia de meses. Quando sai em liberdade seduz a jovem cunhada, Anne-Prospère, professora e virgem, por quem parece ter tido uma inclinação sincera durante um curto espaço de tempo, já que no ano seguinte explode "*o caso dos bombons cantariados*". Quarto prostitutas processam Sade e o seu criado Latour por flagelações com varas de urze alfinetadas nas pontas, sodomia e ingestão forçada de grande quantidade de cantária, em Marselha. Flagelava e fazia-se flagelar, assim como se fez sodomizar pelo criado, acostumado a prestar-lhe esse género de serviço. Por esse crime fora, juntamente com o criado, condenado à morte por contumácia, mas foge para Itália com a cunhada. Se Renée fechava os olhos às escapulidas do marido, o mesmo não fez a mãe que passou de protectora a perseguidora. Solicitaria ao rei Carlos Emanuel III que expedisse uma ordem de prisão contra o Marquês, mesmo sem acusação, incumbindo-se ainda das despesas do cárcere na fortaleza de Miolans. A cunhada acabaria o resto dos seus dias num convento. Em Abril de 1773, com a ajuda da esposa, foge da prisão e isola-se no seu castelo de La Coste, onde tenta realizar o sonho que povoou os seus livros: com a cumplicidade da marquesa, reúne diversos criados bonitos, um belo secretário iletrado, uma cozinheira e uma criada de quarto apetitosas, além de duas raparigas fornecidas por cafetinas, e dá largas à sua imaginação. Em 1775 novo escândalo: uma orgia envolvendo os empregados do castelo, Sade e a esposa, torna-se pública. As raparigas fogem e a criada de quarto retira-se para dar à luz uma criança cuja paternidade atribui ao patrão. Foge novamente para Itália. Em 1777 falece a mãe. Ele volta a França e é capturado em Paris e encarcerado no castelo de Vincennes, a 13 de Fevereiro, já que a sogra conseguira do rei uma carta de detenção por tempo indeterminado. Se Renée-Pélagie é o êxito do Marquês, a sogra simboliza a sua derrota. É contra ela que reclama mais irritantemente o veneno com que pretende infectar os seres vulneráveis. É difícil não a pressentir quando se analisa a forma como a maternidade é injuriada nas últimas páginas de *A Filosofia Na Alcova*: "*Saúda aqui a malta, sua puta! Põe-te de joelhos diante de tua filha e pede-lhe perdão. Vós, Eugénia, aplicai duas boas bofetadas à senhora vossa mãe e obrigai-a a ultrapassar a soleira da porta com uns bons pontapés no cu!*" Vai então começar uma nova fase. Durante 13 anos de cativeiro, em Vincennes, e depois na Bastilha, agonizará o homem e nascerá o escritor. A carne cede e passa a sublimar o jejum sexual nos prazeres da comida. Conta o criado Carteron que "*comia por quatro*". Torna-se bulímico, mandando vir pela esposa exageradas doses de alimentos e engorda a olhos vistos. Se no processo de Marsellha o descrevem *"de bela aparência, rosto cheio, estatura média"*, ele próprio reconhecerá por esta altura: "*Adquiri, por falta de exercício, uma corpulência tão grande que mal me posso mexer. Não há paixões que melhor se aliem à luxúria do que a bebedeira e a glutoneria*". A partir daí só a literatura lhe permitirá o que a vida já não concede: agitação, desafio, sinceridade e o extase da imaginação. Escreve como come. Depois de vários títulos concebidos, em 1789 termina *Aline et Valcour*. Subleva os outros detidos colaborando activamente com os revolucionários e republicanos. É transferido, de súbito, para Charenton, na noite de 3 para 4 de Julho, por ter tentado amotinar os transeuntes gritando-lhes da janela: "*Povo de Paris, estão a matar os prisioneiros.*" Com a tomada da Bastilha os seus documentos e bens pessoais são roubados. Em 1790, no rescaldo da revolução, é libertado na Sexta-feira Santa e acredita ter chegado um tempo novo. A esposa reclama a separação, que ele concede, e inicia uma ligação à actriz Marie-Constance Renelle, que nunca mais o abandonará. É nomeado presidente da Section des Piques mas o idílio com a Revolução dura pouco. Como republicano exige um socialismo integral e a abolição da propriedade, embora se empenhe em conservar as suas terras e o solar. O mundo a que tenta adaptar-se é demasiado real, redigido por leis universais que considera abstractas, falsas e injustas. Quando em nome delas a sociedade se permite o assassínio, o marquês afasta-se com horror: o mal esvai-se quando o crime é provocado pela virtude ou por uma boa consciência. Na voz da uma personagem suspira por "*um crime cujo efeito perpétuo agisse, mesmo depois de eu ter deixado de agir, de modo a não haver um único instante da minha vida em que, mesmo adormecido, eu não provocasse alguma desordem.*" Julgar, condenar, ver morrer pessoas anónimas, não é para ele; nomeado membro do júri, de acusação defendeu sempre os réus. Recusara-se até a prejudicar em nome da lei a odiada ex-sogra e família, quando a sorte de todos estava nas suas mãos. E foi obrigado a demitir-se da Secção des Piques. Sobre o assunto escreveu a Gaufridy: "*eles queriam que eu cometesse um horror, uma desumanidade: nunca assenti.*" Esta atitude aparentemente contraditória indicia a falsidade dos mitos construídos aludindo à sua monstruosidade. Continua a escrever sofregamente e em Dezembro de 1793 sofre nova detenção, acusado de *moderantismo*. Condenado à pena de morte é libertado após um ano e dez dias de reclusão, e sobre o facto comenta: "*a minha detenção com a guilhotina debaixo dos olhos, fez-me cem vezes mais mal do que fariam todas as bastilhas imagináveis*". Dois anos depois encontramo-lo em Versailles onde vive de forma modesta. Vendidos ao desbarato todos os bens, depressa consome o proveito debatendo-se entre a miséria e a doença: *"a morte e a miséria, eis a recompensa que tenho pelo meu intransigente apego à República"*. Entretanto recebe um certificado de residência e civismo, mas no início de 1800 será hospitalizado "*morrendo de fome e de frio*" e ameaçado de prisão por dívidas. Publica oficialmente *Oxtiem* e *Crimes do Amor* e clandestinamente, *A Nova Justine*. E a 5 de Abril de 1801 é detido na editora Massé, onde apreendem a edição ilustrada em 10 volumes de *A Nova Justine* e também de *Juliette*. Permanece preso em Saint-Palagie, depois em Bicetre, tendo a família conseguido, dois anos depois, a transferência para o hospício de Charenton, onde passa a organizar espectáculos com os loucos. A sua companheira, a quem chama *Sensível*, vai também viver para o hospício, num quarto próximo do seu, fazendo-se passar por filha. As peças tornam-se atracção para as visitas da aristocracia parisiense. "*Na vida quotidiana já só deseja paz. Aceita compor um improviso para celebrar uma visita do arcebispo de Paris; no Domingo de Páscoa distribui pão bento e recolhe esmolas na igreja da paróquia. O seu testamento prova que não renegou nenhuma das suas convicções; mas estava cansado de lutar*", conclui Beauvoir. Sob o olhar tolerante de *Sensível*, enamora-se da filha de uma carcereira, de 14 anos; mas é já uma paixão sem carne. Em 1807 escreve *Diários de Florbela*. Os manuscritos deste livro serão, após a sua morte, queimados em praça pública pelo filho Donatien-Claude. Cinco anos depois publica *A Marquesa de Gange* e, no ano seguinte, com 74 anos, morre serenamente a 2 de Dezembro, vitimado por "*uma obstrução pulmonar em forma de asma*", amado por essas duas mulheres com quem planeava produzir peças teatrais pornográficas quando saísse do hospício. Sobre a sua morte escrevera: "*Uma vez fechada a cova plantem-lhe em cima bolotas, a fim de que com o tempo desapareçam da face da terra os vestígios da minha sepultura, tal como eu espero que a minha memória se apagará da lembrança dos homens*" - e bem pode dizer-se que foi respeitada a sua vontade.


JUSTINE,
OU
LES MALHEURS
DE LA VERTU.
O mon ami ! la prospérité du Crime est comme la foudre, dont les feux trompeurs n'embellissent un instant l'atmosphère, que pour précipiter dans les abymes de la mort, le malheureux qu'ils ont ébloui.
TOME PREMIER.
EN HOLLANDE,
Chez les Libraires Associés.
1791.
Qui sait, lorsque le Ciel nous frappe de ses coups, Si le plus grand malheur n'est pas un bien pour nous?

"Estes princípios e gostos foram por mim levados até ao fanatismo e o fanatismo é obra das perseguições dos meus tiranos. Voluntarioso, colérico, arrebatado, extremado em tudo, de um desregramento de imaginação quanto aos costumes como igual nunca houve, ateu até ao fanatismo, eis como eu sou; e repito: matem-me ou aceitem-me assim, porque eu jamais mudarei"


UN FILM REVOLUCIONARIO CON CRIATURAS HARDCORE
MARQUIS
DIRECCION ARTISTICA Y DIALOGOS DE ROLAND TOPOR
UN FILM DE HENRI XHONNEUX
¿Es la cabeza la que domina al sexo o viceversa ?

***Marquis* (1989)** de **Henry Xhonneux** é uma excelente proposta cinematográfica que tem como eixo principal o pensamento do Marquês de Sade. Decorre durante a sua "estadia" na Bastilha, onde um entediado e resignado Donatien Alphonse se vê constantemente superado pelo carácter rebelde do seu próprio pénis, que está decidido a deixar claro que é ele quem controla o seu amo e não o contrário.

RESSONÂNCIAS DO SONHO

Os diários íntimos perderam-se, queimaram-se os manuscritos, os seus livros foram proibidos. Foi pouco lido na sua época e assim permaneceu até ao século XIX. Em 1834 o Dicionário Universal usa o termo *sadismo*, significando: "*aberração horrível do deboche; sistema monstruoso e anti-social que revolta a natureza*". Mas o nome tornar-se-ia famoso depois de usado pelo psiquiatra Krafft-Ebing num catálogo de psicopatias sexuais, em 1886. Mesmo assim é possível folhear obras minuciosas sobre "*as Ideias e sensibilidade do século XVIII*", sem encontrar o seu nome. "*Poderemos, sem renegar a nossa individualidade, satisfazer as nossas aspirações à universalidade? Ou é apenas pelo sacrifício das nossas diferenças que poderemos integrar-nos na colectividade? Esta questão interessa-*

Cinema com terra

Nos dias 7, 8 e 9 de Novembro foi apresentado, em Idanha-a-Nova, o primeiro ciclo de cinema sobre a agricultura e o mundo rural no nosso tempo.

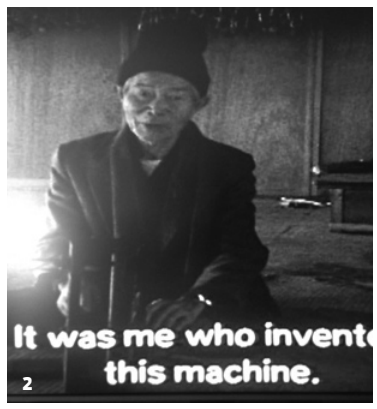
J.H.

A ideia de um festival de cinema sobre a agricultura e o mundo rural no nosso tempo surgiu-me perante o número e a qualidade de filmes que têm sido realizados sobre este assunto, em particular nos últimos dez ou quinze anos. São sintomáticos os casos de cineastas consagrados como Coline Serreau, Lech Kowalski ou José Vieira, três dos autores apresentados no Cinema com terra, que a certa altura (aqui, a partir de 2010) começam a interessar-se, empenhadamente, por algo que não fazia parte do seu universo cinematográfico. Ou seja, as convulsões que estão a ocorrer no mundo rural, nos cinco continentes, desde os anos 80, começaram a ter expressão, de forma mais manifesta, também no cinema documental. A penetração cada vez mais alargada e intensa do capitalismo na agricultura e o aumento da guerra social e biológica que disso decorre têm vindo a suscitar reacções críticas e de resistência um pouco por todo o mundo. Os organismos geneticamente modificados, os chamados biocombustíveis e o açambarcamento de terras são três das pontas de lança dessa incessante conquista de tudo quanto constitua território, na fuga para a frente que este sistema político-económico empreende no seu desenvolvimento imparável e já paroxístico.

Este primeiro ciclo (ciclo porque não é ainda um festival) foi apresentado em Idanha-a-Nova, nos dias 7, 8 e 9 de Novembro, no contexto do levantamento das variedades hortícolas e frutícolas que a associação Colher Para Semear (CPS) empreendeu neste concelho, a partir de Março, com o apoio da Câmara Municipal desta vila raiana. Tive a sorte de aderir à ideia o Gonçalo Mota, cineasta e divulgador itinerante de cinema, na altura na região de Vimioso, bem como, obviamente, a direcção da CPS.

Como acontece amiúde com as coisas que começam, este primeiro ciclo não teve a afluência que merecia ter tido, mas revelou o grande interesse causado por estes filmes junto das pessoas que tiveram oportunidade de os ver, bem como a necessidade de debate sobre as questões que levantam. A ideia, de resto, é mesmo essa: que cada filme constitua um instrumento capaz de despoletar questões de fundo que precisam de ser debatidas na praça pública.

Com efeito, o despovoamento das aldeias e do mundo rural não é um dado neutro e impessoal a registar friamente nas estatísticas, como uma espécie de conclusão inevitável do progresso. No âmago deste fenómeno late uma guerra social que vem de longe e cujos contornos convém identificar, não como arqueologia, mas como algo cujas contradições continuam presentes. O sensível documentário de José Vieira, O Pão que o Diabo Amassou (França/Portugal, 2012), revela pistas interessantes nesse sentido quando levanta o véu sobre o trabalho assalariado na indústria química (CUF, Barreiro) e nos latifúndios alentejanos em contraponto com as actividades agrícolas aldeãs de minifúndio. No centro da problemática mundo rural/mundo urbano não está a priori a actividade agrícola, em si mesma, como uma espécie de maldição, está a questão da propriedade e do poder que desta escorre; está a questão do chamado desenvolvimento e do imaginário (antes de mais estatal) financeiro e tecno-industrial a ele adstrito. Quem decide o que é desenvolvimento? E porque se aceita este termo como uma fórmula mágica?



1. *Campo Sagrado, Guerra Sagrada* de Lech Kowalski
2. *Dióspiros Vermelhos* de Shinsuke Ogawa
3. *Abelhas e Homens* de Markus Imhoof

A penetração cada vez mais alargada e intensa do capitalismo na agricultura e o aumento da guerra social e biológica que disso decorre têm vindo a suscitar reacções críticas e de resistência um pouco por todo o mundo.

O objectivo deste primeiro ciclo consistiu em apresentar alguns dos aspectos relevantes do que está a acontecer universalmente no mundo rural e na agricultura. Para isso foram seleccionados sete filmes muito diversos: abordagens intimistas, extensos inquéritos, estudos de casos. Dióspiros Vermelhos, o filme menos recente desta mostra (2001), do japonês Shinsuke Ogawa (finalizado por Peng Xiaolian), mostra a transformação de um modo de vida secular que se extingue perante as forças da modernização; Abelhas e Homens (2012), do suíço-alemão Markus Imhoof, procura compreender as causas do dramático desaparecimento das abelhas no mundo inteiro; Soluções Locais para uma Desordem Global (2010), de Coline Serreau, expõe com bastante espaço diversos modos de agroecologia que estão a ser realizados no terreno em diversas partes do mundo, identificando esta resistência como uma parte essencial da luta contra o capitalismo; Pierre Rabhi, em Nome da Terra (2013), de Marie-Monique Dhelsing, apresenta o percurso de um agricultor, escritor e activista que desde o início dos anos 60 nunca deixou de batalhar em prol de uma agronomia defensora dos princípios vitais de existência na Terra; Campo Sagrado, Guerra Sagrada (2013), de Lech Kowalski, mostra com grande eloquência cinematográfica, em campos da Polónia, um dos mais recentes ataques de empresas multinacionais da indústria energética, o apoderamento de terras com vista à exploração de gás de xisto (assunto que o MAPA tem vindo a acompanhar também em Portugal) e a resistência camponesa.

>> Continuação da página anterior

nos a todos", refere Beauvoir. Só depois do interesse de Apollinaire a obra adquiriu um lugar nas letras francesas. Há ainda quem o considere um percursor do estudo da sexualidade que teria influenciado as teorias de Freud. André Breton escreve no segundo manisfesto surrealista: "*Sade é surrealista no sadismo*" Mantém com Raymond Queneau em 1928 uma polémica sobre o autor e no ano seguinte com Bataille. Muitos outros escreveram sobre ele: Swinburne, Baudelaire, Éluard, Maurice Heine, Gilbert Lely, Jean Paulhan, Mandiargues ou Robbe-Grillet. E, com base na sua vida ou obras, uma boa dúzia de filmes foram produzidos, embora com narrativas pouco objectivas, cedendo muitas vezes a aspectos mitológicos. Os livros de Sade chegaram a ser julgados pelos tribunais franceses em 1950, sob a alegação de "*afronta à moral e aos bons costumes*". Só sete anos depois o editor Jean-Jacques Pauvert o tirou da clandestinidade publicando as suas obras, apesar da censura ainda existente, o que lhe valeu um processo em tribunal que acabaria por vencer. A verdadeira consagração de Sade em França aconteceu apenas em 1990 quando as obras completas foram editadas pela prestigiada Pléiade. Actualmente, constata-se a sua integração sob a forma de mercadoria; bem visível nas comemorações do segundo centenário da morte a decorrerem no Museu d'Orsay, onde é de realçar um curioso aviso na entrada da exposição: "*A natureza violenta de alguns trabalhos e documentos pode chocar alguns visitantes.*" Jogada de marketing?

SOMBRA DE VISIONÁRIO

Seria Sade um visionário? é a questão que surge quando folheamos a imprensa diária ou assistimos a um noticiário na televisão. Frequentemente as temáticas ressoam a hermenêutica sadiana: pedofilia, sodomia, violações, tráfico de seres humanos, escravatura, lenocínio, violência doméstica, homicídios. Se, de súbito, alguém do século XVIII aterrasse por estas bandas pensaria que jornais e canais televisivos teriam Sade como director de informação. Mas, se refletirmos em realidades ainda relativamente ocultas, como os *video-snipers*, onde mulheres e crianças raptadas são torturadas e violadas até ao prazer final em que as assassinam *realmente* a tiro, e se nos concentrarmos um pouco tentando imaginar para quem são produzidos e realizados esses filmes, entendemos, pelos elevados custos de cada cópia, que se destinam a príncipes, magnatas ou outros elementos da sociedade auto-denominados VIP, e com naturalidade lembramo-nos de Sade. E se, continuando a esmiuçar o assunto, imaginarmos as festas de visionamento, os décors, o ambiente dos encontros e os locais – Ocidente?, Oriente? - ouvindo em fundo a constante propaganda político-religiosa, naturalmente lembramo-nos de Sade. A realidade social demonstra-nos nas suas várias formas de linguagem que a ficção foi longamente ultrapassada. Como superar a realidade? - é o desafio que se coloca. Na oposição por negação aos valores vigentes, Sade antecipou a dialéctica. Na luta para concretizar os sonhos, livremente, tornou-se um percursor do existencialismo. Na realização da arte, superando-a e fazendo da sua vivência uma forma de arte, anunciava uma premissa situacionista. Se na obra podemos sinalizar uma estrutura ética que privilegia abusadores, também nos é possível imaginar a sua inversão e o momento em que se realiza a vontade do escravo em tornar-se senhor (sugerida nas situações em que o herói sádico se autoflagela). Assim acontecendo talvez as premissas sadianas se transformassem num sistema filosófico-ideológico, de síntese harmoniosa entre Mal e Bem, em plena liberdade: tempo em que o universo de Sade se fundiria no espaço de Masoch. E o amor seria vivido em plenitude. A questão que fica por averiguar é a seguinte: será possível o sado-masoquismo?

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Ao salto dos montes: **Montanhas do Gerês**

"Devo à paisagem as poucas alegrias que tive no mundo. Os homens só me deram tristezas. Ou eu nunca os entendi, ou eles nunca me entenderam. (…) A terra, com os seus vestidos e as suas pregas, essa foi sempre generosa." Dizia-o Miguel Torga no que podia ser um prefácio a esta rubrica do Salta Montes.

A "voz do Chão" deste "poeta rebelde de nascença, sem nome possível numa ficha partidária", cedo afirmou: "É o espírito da terra que eu defendo"[1]. Mas a terra, não como simples paisagem primitiva, mas como o lugar recíproco onde as suas gentes, e a condição humana, ganham sentido. Esta nossa proposta de trilhos pedestres fê-la antes Adolfo Correia da Rocha (1907-1995), que escolheu o pseudónimo de Miguel Torga, tomando o nome à planta brava das montanhas do Gerês, que lança as suas raízes fortes sob a aridez da rocha, com um caule incrivelmente rectilíneo. Assim foi a vida de Torga que declarava: "há em mim uma raiz anarquista que me não deixa tolerar o poder. Sou contra ele porque degrada tudo: quem o exerce e quem o suporta".

A autarquia de Terras de Bouro dedicou-lhe uma rede de 9 percursos pedestres[2], inspirada em passagens do seu famoso Diário, somando-se aos trilhos já existentes do Parque Nacional da Peneda-Gerês[3]. Aqui sugerimos, em Terras de Bouro, o "Trilho dos Currais" (10km/4h) a começar no Parque de Campismo do Vidoeiro, junto à Vila do Gerês; e a começar em Castro Laboreiro (Melgaço), o "Trilho Castrejo" (17km/9h). A razão desta sugestão, não é somente o desfrutar dos bosques serranos e dos aspectos únicos da fauna e flora, mas o contacto com as "tradições comunitárias" das montanhas. Apreender de como resultaram estas do saber escutar dos Homens o ritmo da Natureza.

Percorrendo Castro Laboreiro, a transumância pastorícia dera corpo a um tipo de povoamento daqui característico: as Brandas e Inverneiras. Lugares habitacionais temporários que surgem da relação directa na garantia de alimentos, o que na linguagem de hoje encaixaria nas temáticas da "soberania alimentar". A Inverneira, em tempos frios, acolhe as famílias nos vales, subindo na primavera para a Branda, onde se fazem as sementeiras e onde se passa a maior parte do ano. O Trilho dos Currais, ao longo de três currais do Baldio de Vilar da Veiga: o Curral da Espinheira, o Curral da Carvalha das Éguas e o Curral da Lomba do Vidoeiro, leva-nos a conhecer o espírito e tradições comunitárias locais, a partir da organização silvo-pastoril na forma de vezeira. Uma prática comunitária, de Maio a Setembro, em que o gado bovino da comunidade sobe aos currais da serra alta. Os vezeiros acompanham o gado, na medida dos dias e número de cabeças que possuem, e no dia dos cubais, são limpos os caminhos e arranjadas as cabanas comunitárias e as fontes.

Nestas caminhadas, talvez possamos compreender as palavras de Miguel Torga, em Coimbra a 1 de Junho de 1974: «Profundamente enraizado no chão nativo, e orgulhosamente fiel à condição da origem, sempre a lição dos livros, a dialéctica dos teóricos e a eloquência dos tribunos pesaram muito menos no meu critério do que a sabedoria ancestral do comunitarismo agrário e pastoril que me corre nas veias: as fontes de riqueza e os bens de utilidade – os baldios, as lameiras do feno, as águas de regadio, o boi de castiçagem e o forno do pão –, propriedade de todos, a vezeira do gado a rodar de casa em casa, a entreajuda pressuposta nas horas más dum incêndio ou nas boas duma sementeira, as regalias e obrigações de vizinho tidas como a mais rica das fortunas e o mais grato dos comportamentos. Não confundo, evidentemente, as modestas formas de esforço recíproco, que asseguram a subsistência de uma sociedade arcaica, com a complexidade das relações de produção, distribuição e consumo da sociedade actual. E sei, consequentemente, que comprimento deve ter o salto mental que transponha o abismo que vai da noção de uma tenda aldeã à compreensão dum supermercado. Mas como pode acontecer que, por excesso de abstracção, no advento da justiça social, que tanto desejo, a integridade da natureza humana seja sacrificada à eficácia, alarmado no mais íntimo do ser, fortaleço-me no vigor intrínseco dessa evidência que trago plasmada no sangue: as leis da existência gregária emanadas do lúcido jogo das necessidades, da correspondência afectiva e do soberano conselho do povo. Povo que nunca pude, sem corar de vergonha, ver utilizado como pretexto demagógico ou reduzido a uma versão artificial de consciências alienadas, porque sinto a sua realidade timbrada na carne e no espírito como uma tatuagem indelével e dignificadora»[4].

/// NOTAS
1 http://goo.gl/kSyBTD
2 http://goo.gl/Jk5b1i
3 http://goo.gl/i6jU8R
4 Miguel Torga: "Fogo Preso", Coimbra, 1976

Cortesia: Mónica Baptista

Espaços onde podes encontrar o MAPA

Almada: Centro de Cultura Libertária (Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto, Cacilhas) / Oficina Divagar, Rua Serpa Pinto, 4 1ºandar **Arouca:** Quiosque do Parque (Av. 25 de Abril) **Barcelos:** CCOB – círculo católico operário de barcelos (Rua D. Diogo Pinheiro)**Braga:** Livraria Centésima Página (Avenida Central) / Papelaria Unipessoal (Largo da Estação – Edificio da CP) / Tabacaria Central (Estação de Camionagem) / Quiosque Duarte (Largo Paulo Orósio) / Quiosque do Pópulo (Praça Conselheiro Torres Almeida) / Papelaria Tabacaria ARJP (Rua Frei José Vilaça – Ferreiros) **Castro Verde:** ContraCapa – Livraria Papelaria (Av. General Humberto Delgado, Nº 85, Castro Verde) **Coimbra:**Tabacaria Espirito Santo (Praça 8 de Maio, nº8) / Papelaria Botânico (Bairro S. José, nº1) **Evora:** Tabacaria Génesis (Rua João de Deus n.º 150) / Fonte das Letras (Rua 5 de Outubro n.º 51) **Guimarães:** Loja do Júlio (Rua da Rainha D. Maria II, 145) / Livraria Snob (Rua D. João I, 210A) **Lisboa:** Livraria Letra Livre (Calçada do Combro, 139) / BOESG (Rua das janelas Verdes nº13, 1º esq) / RDA (Rua regueirão dos anjos nº69) / Casa da Achada (Rua da Achada, nºs 11 r/c e 11B) / Espaço MOB (Travessa da Queimada, 33, Bairro Alto) / Zona Franca (Rua de Moçambique nº42, Anjos) / Livraria Caixa dos Livros (FLUL, Alameda da Universidade) / Associação de Estudantes da FCSH da Universidade Nova de Lisboa / Centro LGBT (Rua dos Fanqueiros nº 40) **Mangualde:** Papelaria Adrião (Largo do Rossio, nº7) **Ourique:** Quiosque Tony (Praça Garvão) **Porto:** Livraria Utopia (Rua Regeneração 22 / Gato Vadio (Rua do rosário, 281) / Casa Viva (Praça marquês pombal 167) / Espaço Musas (Rua do Bonjardim, 998) / Terra Viva (Rua dos Caldeireiros nº 213) / Dar à Sola (Rua dos Caldeireiros, nº204) / Copacabana Café (Rua de Belém, 624) / Casa da Horta (Rua de São Francisco, 12A) / Tendinha dos Poveiros (Praça dos Poveiros) / Livraria Poetria (Rua das Oliveiras, 70 r/c, loja 12) / Duas de letra (S. Lázaro) / Café Pedra Nova (Rua da Alegria) / Louie Louie (Rua do Almada, 275) / Bar Picadilly (Rua de S. Vitor) / Bazar Quental (Rua Antero de Quental, 80) **Setúbal:** Associação José Afonso, Casa da Cultura, 1º andar / Livraria Universo, Rua do Concelho nº 13 (junto à Câmara Municipal de Setúbal) / Papelaria e Tabacaria Portela (Av. 22 de Dezembro, nº21, Loja 6- Centro Comercial de São Julião) / Livraria Culsete (Avenida 22 Dezembro nº23) / Taifa bar (Avenida Luisa Todi nº 558, 2900-456 Setúbal) **Vila do Conde:** Pátio Café (Praça da República, 12, 4480-715 Vila do Conde)

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 8
Dezembro 2014 / Fevereiro 2015

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redacção: Rua Fran Paxeco, 176 r/c, 2900-Setúbal
Registo ERC: 126329

Diretor: GUilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdirector: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram neste número com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, revisão, Site e Distribuição: M.Lima*, IA*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, J. Barreira, José Smith Vargas*, Ana Rute Vila*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, José Pedro Araújo*, Granado da Silva*, José Paulo Ramalho, Olegário Bigodes, X. Espada, Huma*, António Homem Samarra, Finja Delz, Palinho, João Paulo Gomes, João Martins, J. Barreira, Pedro Bravo, Francisco Colaço Pedro, William Sands, κοινωνία, Manuel Dias, Julio Henriques, Sara Serrão, Yann Renoult

Periodicidade: Trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/JornalMapa2012
Twitter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13

Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Morada: Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, nº50-Morelena 2715-029 Pêro Pinheiro-Portugal.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 8
DEZEMBRO 2014 -FEVEREIRO 2015
3000 EXEMPLARES

JORNAL MAPA .PT

Petrolíferas abandonam Portugal

A Mohave Oil and Gas, subsidiária da americana Porto Energy Corp, anunciou o abandono dos trabalhos de prospeção de gás e petróleo em Portugal. Depois de um anúncio idêntico pela Petrobras em 2013, é agora a vez da outra Grande promotora da exploração de petróleo e gás em território português seguir o mesmo caminho. A gigante brasileira, que detinha concessões *off shore* (no mar) nas bacias de Peniche e do Alentejo, sai a reboque da sua nova estratégia global em que tenciona encerrar 38 empresas pelo mundo até ao final do ano que vem. A empresa empurra assim a sua parceira, Galp Energia, para a procura de outros parceiros para a exploração de gás.

Por seu turno, a Mohave Oil and Gas abandonou os trabalhos por falta de investidores interessados e anunciou o abandono dos trabalhos em Maio de 2014. Como causa para tal, a empresa aponta a *falta de produção de petróleo*. No decorrer do processo de abandono dos trabalhos, contactou cerca de 30 potenciais investidores, dos 250 apresentados pelos assessores financeiros, e pôs à venda os dados das prospeções e os blocos que concessionava. Os trabalhos da Mohave eram *on shore* (em terra), na Bacia Lusitânica, mais concretamente na zona de Peniche, Alcobaça, S. Pedro Moel e Torres Vedras. A Galp era também sua parceira, depois de saber da presença de gás na camada do pré-sal (camada de sal petrificado a mais de 3000 metros de profundidade) nas zonas de Aljubarrota e Alcobaça.

O gás e o petróleo continuam no solo e as petrolíferas esperam pela oportunidade de voltar aos trabalhos. Quando for economicamente viável, só uma população informada conseguirá resistir ao avanço dos trabalhos para extração de gás e petróleo não convencionais, cujos impactos ambientais e sociais são enormes e violentos. A Mohave OIl extinguiu-se, estando cotada a zero na bolsa de valores canadiana TSX Venture Exchange. A Petrobras, por sua vez, virou-se totalmente para as suas novas explorações no Brasil, deixando o seu conhecimento e tecnologia por cá para que se possam continuar os trabalhos.

No Barreiro e no Algarve, os trabalhos avançam normalmente, com empresas como a Partex Oil and Gas, Repsol, Oracle Energy a continuarem a procura de gás e petróleo. **FERNANDO FERREIRA**

MAPA BORRADO

THOMAS MANN, O FAMOSO ESCRITOR, DESEMBARCOU CONTRARIADO NUMA CIDADEZINHA DA MARGEM NORTE DO TEJO...
CONTUDO, DEPRESSA PERCEBEU QUE AS IDIOSSINCRASIAS DAQUELA PAISAGEM SERVIAM PERFEITAMENTE PARA SE CONCENTRAR NAS SUAS PESQUISAS LITERÁRIAS E PATOLÓGICAS DAS RELAÇÕES HUMANAS.
ENCONTRAREI NESTE LUGAR A ARTE E A VIRTUDE!!
O QUE É QUE AQUELE GAJO QUER?
ALUGOU UM BUNGALOO NO CAÍS PALAFÍTICO E PASSAVA OS DIAS A OLHAR OS PESCADORES QUE O AGRADAVAM...
MAS COMO SE JÁ NÃO BASTASSE A CONDIÇÃO DE SUBÚRBIO INDUSTRIAL EM PROCESSO DE DEPRESSÃO, O SÍTIO VIRIA A SER BAFEJADO POR UM SURTO BACTEREOLÓGICO QUE COMEÇAVA A CONTAMINAR A POPULAÇÃO.
CENTRAL DE CERVEJAS
ALVERCA
ADP FERTILIZANTES
VIALONGA
A1
SOLVAY
FORTE DA CASA
PÓVOA DE SANTA IRIA
AS MORTES SUCEDEM-SE. A ÁGUA SALOBRA E FÉTIDA ESTÁ CONTAMINADA NAS GOTÍCULAS DO SEU VAPOR OU PEJADA DE CLORO, TAL COMO AS TORRES DE REFRIGERAÇÃO DAS FÁBRICAS PARA DESPISTAR UM CRIME AMBIENTAL.
THOMAS PONDEROU FUGIR DALI E, COM ELE, LEVAR OS PESCADORES DO CAIS PALAFÍTICO. DERRADEIRA IDEALIZAÇÃO DE BELEZA... MAS...
DE QUE LHE SERVIRIAM AINDA A ARTE E A VIRTUDE PERANTE OS PREVILÉGIOS DO CAOS?
OLHA, AQUELE GAJO, O SENHOR MANN. MORREU DE LEGIONELLA A OLHAR PARA O RIO... GRANDA CENA!!
ESTRANHO, PENSAVA QUE QUANDO ACABASSE O CIRCO MEDIÁTICO PARÁVAMOS DE MORRER...
PEPE DA MANHÃ
OMS ELOGIA FORMA EFICAZ COMO PORTUGAL GERIU SURTO
JOSÉ SMITH VARGAS

NU STA DJUNTO é um movimento de entre ajuda e auto-gestão baseado nos princípios da união, da auto-suficiência e da solidariedade.

Num contexto, onde cada vez mais o cinto nos aperta a todos e a sobrevivência nos tenta pôr uns contra os outros, é importante sentirmos que não estamos sozinhos, para contrariar o medo que nos divide e isola.

Através da organização de eventos (normalmente concertos de Hip-Hop), bem como outras formas de contribuição, angariamos comida, roupa, mobília, etc. Também é possível, em alguns estabelecimentos comerciais, pedir a um cliente para fazer uma doação através do arredondamento do preço de uma despesa a favor do Nu Sta Junto. Para partilhar diretamente com quem precisa.

A distribuição é gerida através das mesmas pessoas que organizam o evento solidário e os bens são entregues às pessoas que mais necessitam ao seu redor, seja na sua cidade, no seu bairro ou na sua casa.

Como todos nós podemos ajudar e ser ajudados, Nu Sta Junto funciona 'de todos para todos', sem qualquer tipo de distância ou diferença entre quem dá e quem recebe. Com isto, pretendem-se criar relações e estruturas horizontais sem representantes nem representados, onde cada pessoa sinta que o movimento 'é seu' e se possa envolver livremente, enquanto indivíduo em coletivo.

Em relação às entidades, será sempre recebida com toda a gratidão todo o tipo de ajuda, enquanto a intenção da mesma for apenas o ato solidário. A boa vontade não vem com segundas intenções. Nu Sta Junto não promove nomes, não reclama méritos nem alimenta lucros. Os laços acontecem entre as pessoas.

Estamos juntos.

20 DE DEZEMBRO (14H ÀS 23H)
Grupo Excursionista dos Amigos do Minho.
Rua do Benformoso nº244, 1º. Intendente, Lisboa

28 DE FEVEREIRO
Sociedade Musical União Paredense (SMUP).
Em parceria com a Associação Cultura no Muro.
Rua Marquês de Pombal, nº319. Parede